



# Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**BERNARDO MOTA LOPES**

**ARQUIVO TRANSMASCULINO:  
UMA AUTOETNOGRAFIA SOBRE TRANSMASCULINIDADE NO BRASIL**

Brasília-DF

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**BERNARDO MOTA LOPES**

ARQUIVO TRANSMASCULINO:  
UMA AUTOETNOGRAFIA SOBRE TRANSMASCULINIDADE NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.  
Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Martinelli

Brasília-DF

2022

BERNARDO MOTA LOPES

**Arquivo Transmasculino: uma autoetnografia sobre transmasculinidade no Brasil**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Martinelli

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Fernanda Casagrande Martinelli Lima Granja Xavier da Silva  
(Orientadora)  
Universidade de Brasília**

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Jaqueline Gomes de Jesus (Examinadora)  
Instituto Federal do Rio de Janeiro**

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Tatiana Lionço (Abra Afraa), (Examinadora)  
Universidade de Brasília**

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Fabíola Calazans (Suplente)  
Universidade de Brasília**

Para todos os homens trans que tiveram algum de seus sonhos cerceados  
pela transfobia.

## **AGRADECIMENTOS**

Concluir esta dissertação só foi possível pois tantas pessoas acreditaram, contribuíram e me apoiaram. Eu vivo a partir de construções coletivas e nada disso seria possível sem uma rede de apoio tão forte, que esteve comigo desde o início até a finalização deste projeto pessoal e político.

Agradeço à minha orientadora, professora Fernanda Martinelli, por estimular meu desenvolvimento acadêmico desde a iniciação científica, em 2017, são quase cinco anos de muito aprendizado e conquistas. Dedico também gratidão aos discentes e docentes do PPG-FAC/UnB, sobretudo pelo apoio em fazer pesquisa durante a pandemia de Covid-19. Sou grato à Universidade de Brasília, território de sonhos e lutas, que contribui imensamente para um país melhor.

Sou grato às componentes da banca de qualificação e de defesa, as professoras Jaqueline Gomes de Jesus, Tatiana Lionço e Fabíola Calazans, por serem referências em minha trajetória e pela disponibilidade em ler, sugerir e me apoiar a aprimorar este trabalho.

Sou grato às leitoras atentas deste trabalho, Sara York, Barbara Medeiro e Sueli Feliziani, que por vezes dedicaram muito de seu tempo para me ajudar a expressar em palavras tantas coisas que precisava analisar e escrever.

Agradeço a minha família, meus pais, Fabiene Mota e Whiston Wagner, e ao meu irmão, Vitor Lopes. À minha companheira, Mariana Mota, agradeço por ser um pilar durante essa jornada, por me acolher e compreender durante tantas fases desse percurso; às amigas Taya Carneiro e Maria Leo Araruna, que me estimularam a seguir caminhos acadêmicos e que me inspiram em tudo que fazem. Também sou grato ao Marcelo Caetano, por ser pioneiro na luta pelo nome social na UnB.

Agradeço a todas as pessoas trans que lutaram para que este país se tornasse um lugar um pouco melhor para ser e vivenciar uma identidade travestigênere. Dedico e agradeço, especialmente, às pessoas trans anônimas, das periferias, das cidades

de interior, das fronteiras, das favelas, que lutaram para transformar suas realidades, agradeço a persistência, coragem e luta cotidiana.

Agradeço às pessoas cis parceiras que usaram de lugares estratégicos para apoiar a luta por direitos e inserção de pessoas trans e travestis no país.

Agradeço à minha teimosia e persistência em me querer onde tantos duvidaram.

## RESUMO

Esta pesquisa é um processo e um produto autoetnográfico que se inscreve na produção de arquivos sobre homens trans no Brasil. Trata-se de um trabalho desenvolvido a partir da perspectiva da Comunicação, e que se dedica a analisar a formação de um itinerário de produções transmasculinas produções, biográficas e autobiográficas, entre as quais este trabalho se inclui. Essas narrativas estão inseridas em um contexto sociocultural de crescente visibilidade e efetivação de alguns direitos para a identidade transmasculina, do qual faço parte como cidadão, ativista e pesquisador. Desde 1982, a partir do lançamento *A Queda para o Alto*, de Anderson Herzer, homens trans têm buscado, de forma mais organizada, reconhecimento, visibilidade e direitos no Brasil. Antes dos anos 2000, os registros alcançados por essa pesquisa apontam a literatura como um dos poucos espaços de arquivo, fora da perspectiva médica, utilizados para produção de narrativas feitas por transmasculinos sobre suas identidades. Com a virada do século, alguns ativistas começaram a disputar direitos para homens trans, principalmente em relação ao acesso à saúde. Em 2011, o lançamento do segundo livro de João W. Nery, *Viagem Solitária*, representou um marco na produção de visibilidade para a identidade transmasculina, pois, a partir dessa obra, é possível verificar reportagens, entrevistas e personagens de novela, inspirados no trabalho de Nery. Neste panorama, esta autoetnográfica é um mergulho em minha própria história, ao mesmo tempo em que investiga o contexto político em que as principais mudanças recentes em relação à cidadania LGBT ocorreram. O esforço desta pesquisa está nessa reflexão sobre as conexões entre minha trajetória subjetiva e a produção coletiva de transmasculinidades no Brasil. Nesse percurso, localizo algumas das obras literárias produzidas por transmasculinos no país ao mesmo tempo em que relato e analiso alguns fragmentos da minha própria vida. Nesse horizonte, recorro às teorias e aos debates sobre gênero, juventude e interseccionalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** transmasculinidade; homem trans; autoetnografia; comunicação; juventude.

## ABSTRACT

This research is a process and an autoethnographic product that is inscribed in the production of archives about trans men in Brazil. It is a work developed from the perspective of Communication, and which is dedicated to analyzing the formation of an itinerary of transmasculine productions, biographical and autobiographical productions, among which this work is included. These narratives are inserted in a sociocultural context of increasing visibility and realization of some rights for the transmasculine identity, of which I am part as a citizen, activist, and researcher. Since 1982, since Anderson Herzer's release *A Queda para o Alto*, trans men have sought, in a more organized way, recognition, visibility, and rights in Brazil. Before the 2000s, the records reached by this research point to literature as one of the few archive spaces, outside the medical perspective, used for the production of narratives made by transmasculine men about their identities. With the turn of the century, some activists began to dispute rights for trans men, especially in relation to access to healthcare. In 2011, the launch of João W. Nery's second book, *Viagem Solitária*, represented a milestone in the production of visibility for the transmasculine identity, since, from this work, it is possible to verify reports, interviews and soap opera characters, inspired by the work from Nery. In this context, this autoethnographic study is a dive into my own history, while investigating the political context in which the main recent changes in relation to LGBT citizenship took place. The effort of this research is in this reflection on the connections between my subjective trajectory and the collective production of transmasculinities in Brazil. In this way, I locate some literary works produced by transmasculine men in the country while reporting and analyzing some fragments of my own life. In this horizon, I resort to theories and debates about gender, youth, and intersectionality.

**KEYWORDS:** Transmasculinity; Trans man; Autoethnography; Youth; Communication.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Ilustração de Lino Arruda, capa do livro <i>Monstrans</i> .....	31
Figura 2 - Arte digital Convite para o ENAHT.....	39
Figura 3 - Membros eleitos tomam posse da nova gestão do IBRAT, 2020.....	51
Figura 4 - Capa da Folha de São Paulo, 07 de setembro de 2019.....	55
Figura 5 - Postagens da campanha Tcolettive .....	57
Figura 6 - Matéria no G1 sobre viralização após morte de ativista trans.....	62
Figura 7 - Matéria digitalizada da Folha de São Paulo, em 1985. ....	64
Figura 8 - campanha <i>Pantys</i> , cueca absorvente, 2021.....	68
Figura 9 - Personagem Ivan da novela <i>A Força do Querer</i> , 2017.....	79
Figura 10 - O Baphomet de Eliphas Levi, 1856.....	92
Figura 11 - Tarso Brant divulgando sua participação no reality show, 2021.....	98
Figura 12 - Thammy Miranda é o primeiro homem trans eleito a um cargo do legislativo no Brasil.....	99
Figura 13 - Solenidade no auditório do ambulatório trans do GDF, em 2019.....	111
Figura 14 - Representação do binder vendido no Brasil.....	114

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO</b>	<b>11</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>1. AUTOETNOGRAFIA, GÊNERO E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO LGBT NO BRASIL</b>	<b>23</b>
1.1 Autoetnografia: escrita de si e a produção do arquivo .....	23
1.2 Transmasculinidades: gênero, orientação sexual e identidade de gênero .....	34
1.3 Contexto sociopolítico LGBT no Brasil.....	42
<b>2. AUTONARRATIVAS DE UMA IDENTIDADE: TRANSMASCULINIDADES EM TEXTO</b>	<b>60</b>
2.1 Algumas produções autobiográficas de pessoas transmasculinas no Brasil.....	60
2.2. Narrando desconfortos: Interpelações e transfobia na construção da minha infância e adolescência .....	81
2.2.1. Menino, menina, menino: “aquele menino usa sutiã” .....	87
2.2.2 Internet, crenças e conflitos .....	89
2.2.3 Literatura, representatividade e identificação pessoal.....	94
<b>3. PENSANDO A JUVENTUDE TRANSMASCULINA</b>	<b>103</b>
3.1 Juventudes no Brasil.....	103
3.2. Jovem, trans, ativista .....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>120</b>

## PRÓLOGO

Ao finalizar este trabalho, em maio de 2022, mais de seiscentos e sessenta mil pessoas foram mortas apenas no Brasil por uma doença que, quando iniciei este projeto de pesquisa, eu e muitas outras pessoas, sequer havíamos ouvido falar, a COVID-19. Meu segundo semestre do mestrado foi subitamente interrompido. A primeira aula ocorreu às escuras por falta de energia e a administração pública distrital já iniciava tímidas medidas para impedir atividades previstas para muitas pessoas, como as aulas na Universidade de Brasília. Era março de 2020, não tínhamos dimensão do que nos aguardava: estado de calamidade, superlotação de hospitais, muitas incertezas e tantas outras expectativas. Para alguns, a ciência seria a responsável por trazer respostas e apontar caminhos para resolver este importante capítulo da história do século XXI.

O novo coronavírus, mês a mês, foi se espalhando pelas diferentes regiões do mundo. A movimentação de suas cepas evidenciava desigualdades à medida que penetrava o Sul global e a disseminação da doença nos trouxe um dos principais desafios vivenciados coletivamente nos últimos tempos: o isolamento social. Este desafio é tão potente pois, para sobrevivermos enquanto espécie, tem sido necessário reorganizar aquilo que constitui a nossa própria humanidade: a vida em sociedade.

Obviamente essas (im)possibilidades estiveram submetidas às tramas econômicas, raciais, de gênero e regionalidade. Para alguns países, culturalmente não foi uma tarefa difícil institucionalizar a utilização de máscaras e novos protocolos de higiene. Em outros, a estabilidade econômica dos Estados e dos cidadãos permitiu enfrentar a situação com um pouco mais de segurança do que aqueles que enfrentavam, além do vírus, conflitos políticos e econômicos. O Brasil, infelizmente, pertencia ao segundo grupo.

Em meados de 2020, a situação pandêmica se estabeleceu, a busca por um fim ou uma cura para a doença cada vez mais obrigava alguns Estados a reconhecer que as chaves para enfrentamento da emergência estavam na Ciência. As Ciências da saúde, médicas e farmacêuticas ganharam maior atenção, no entanto, as Ciências

Humanas, com o mesmo ímpeto, se dedicavam a compreender as consequências sociais que o manejo biopolítico do vírus provocaria sobre a vida e as comunidades.

No entanto, pensando no Brasil e em outras partes do mundo em que a democracia segue ameaçada, essa visualização da pandemia enquanto realidade não era consensual. Além de lutar para se proteger e frear a disseminação do vírus, as pessoas lidavam também com uma forte onda de desinformação.

Para mim, enquanto parte do grupo que acredita na Ciência, estávamos diante de um jogo que requeria movimentos rápidos e estratégicos. Uma frase se apresentava com bastante recorrência em minha cabeça: “aquilo que você vive hoje é resultado de suas ações quinze dias antes”. Obviamente, isso articula alguns cenários de vigilância e de culpa. Passei pelo primeiro ano de pandemia, que coincidiu com meu primeiro ano cursando o mestrado, cumprindo rigorosamente quase tudo aquilo que recomendaram para nossa segurança em relação ao vírus: pouquíssimo contato com outras pessoas de fora de minha casa, protocolos de higienização que variavam da limpeza da sola dos sapatos a cada pequeno rótulo adquirido nos mercados.

Pude trabalhar em casa, muitos privilégios articulados em uma pequena frase. Pude acompanhar o desenvolvimento desta pandemia sem me expor desnecessariamente a riscos. Porém, pude, também, ver o crescimento da população em situação de rua. Meus colegas, em sua maioria trabalhadoras/es informais ou vinculados a áreas culturais, pude vê-los com dificuldades para fechar as contas ou sem quaisquer perspectivas de renda. Acompanhei o Brasil voltar a registrar taxas de população em insegurança alimentar. Diante disso, me perguntava: como pesquisar? Como escrever e refletir sobre uma pergunta frente a uma situação a qual não sabíamos quem de nós sobreviveria?

O manejo psicológico desta situação foi o maior desafio para mim. Alternava entre cuidar e ser cuidado com a minha companheira, Mariana, que dentre tantas outras coisas é, também, profissional de saúde. Como num jogo de xadrez, víamos a todo momento a necessidade de repensar as estratégias: a saúde mental apertava -

hora de rever alguns rostos queridos. A disseminação do vírus em alta - momento de resguardar em casa. A comunidade pedindo ajuda para sobreviver - tempo de mobilizar as redes solidárias.

Esta crise já é considerada por alguns teóricos como o marco histórico do século XXI, sobretudo por seus impactos em nossa forma de estar no mundo. Se, por um lado, a urgência de uma situação como essa me obrigou a parar minha produção acadêmica e me dedicar mais ao trabalho assistencial para minha comunidade LGBT, por outro lado, foi justamente pelas desigualdades observadas no período que vivenciei a necessidade de estar em espaços de produção do conhecimento, de contribuição contra a balança das desigualdades que foram ainda mais aprofundadas pelas consequências da má gestão da produção, dos recursos e da vida.

## INTRODUÇÃO

A construção de uma dissertação é constituída por muitas possibilidades de caminhos teóricos-metodológicos, de perspectivas e, também, de escolhas sobre que será desconsiderado. Durante a elaboração da primeira versão deste trabalho, que tinha como objeto central localizar e discutir histórias e narrativas produzidas por homens trans no Brasil, leitores destas linhas iniciais, em particular a banca de qualificação desta dissertação, me provocaram a direcionar a pesquisa pelo caminho da autoetnografia.

Essa sugestão me levou a refletir sobre as razões que me guiaram a tornar-me um pesquisador, a circular com minhas palavras e reflexões pelo ambiente acadêmico, em vez de colocá-las em outros espaços de construção de saberes, por exemplo. Estar em um ambiente acadêmico, com a origem familiar e social que tenho, é inusual, estranho mesmo. Não tenho familiares com títulos de mestrado nem doutorado, no entanto, felizmente minha geração se beneficiou de uma série de políticas de expansão do ensino superior.

Um exemplo dessas políticas foi o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), iniciado em 2007, ainda no governo do presidente Lula, que possibilitou a criação de vários cursos noturnos e de ampliação de vagas em diversos *campi*. Faço menção a este programa pois o curso de graduação no qual fiz minha primeira conexão com uma Universidade Federal tinha vinculação com essa importante política pública de expansão e ampliação do acesso às universidades públicas brasileiras. Acredito que políticas como essa alteram um “campo de possibilidades”, nas palavras de Gilberto Velho.

Segundo Velho (2003), o campo de possibilidades é formado por “paradigmas culturais compartilhados em universos específicos” (VELHO, 2003, p. 46) que interferem significativamente em projetos individuais. Este foi o meu caso e o ponto de inflexão do início da minha trajetória acadêmica. Desde o ensino médio, professoras e professores falavam sobre a possibilidade de fazer uma graduação em

uma instituição pública e isso sempre representou algo fundamental dentro do que eu almejava para minha vida.

Além disso, outra das principais questões que me fizeram decidir e insistir em ingressar e me tornar parte da Academia foi o processo de entendê-la como um dos lugares institucionalmente legitimados para a preservação de memórias e de construção de epistemologias, especialmente ligadas a grupos sub-representados ou marginalizados socialmente.

Por isso, estudar e dialogar com narrativas de pessoas trans brasileiras, que reiteradamente são excluídas ou negligenciadas de espaços como esse, assume tanta importância para mim. Desse modo, proponho esta dissertação como uma inserção arquivística para as transmasculinidades brasileiras. Discuto como os acontecimentos que, de acordo com Foucault (2012), sinalizam práticas, discursos e poder, são materializados em trajetórias de homens trans e materializadas em forma de texto, seja por autobiografias ou autoetnografias. Investigo e analiso como algumas questões como a socialização, a família, a transfobia, se organizam e atuam na construção de transmasculinidades.

Ressalto que existem compromissos éticos e sociais e portanto, políticos, em fazer uma pesquisa que envolva um grupo sub-representados socialmente, como é o caso das transmasculinidades. A minha própria inscrição no mundo emerge, desde a adolescência, está fortemente ligada a processos de ativismos, individual e coletivo, em prol de direitos para pessoas LGBT. Neste trabalho reflito como esses acontecimentos podem ser acionados para problematizar a construção de uma juventude transmasculina, observando como a construção de discursos (familiar, poder público) se sustentam sob a lógica da cis-heteronormatividade.

Relatar a si mesmo, segundo Judith Butler, (2019), ainda que tenha como ponto de partida o indivíduo, está relacionado com uma "temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração" (BUTLER, 2019, p.18), isto é, diz respeito a um contexto social em que aquele que se relata passa a dialogar com as formas de interpelação que foram a ele destinadas. É uma forma de recontar a própria história,

renomeando e localizando momentos de agência e de resistência, ante situações complexas de formação da identidade.

Também é importante localizar o meu lugar de fala simultaneamente como pesquisador que constrói esse trabalho e como pessoa que tem sua história de vida aqui compartilhada, discutida e problematizada. Começo pelo meu nome. O nome “Bernardo” não me foi dado ao nascer, mas conquistado em uma história de vida de muita resiliência e resistência junto às instituições familiares, escolares e sociais pelas quais passei. Compreendo dessa forma que meu próprio nome significa também uma vitória coletiva. Se fiz parte do grupo de pessoas trans que, para terem direito ao próprio nome foram obrigadas a pleitear na justiça este reconhecimento de direito, apoiado por laudos médicos, hoje, travestis pessoas não-binárias, mulheres e homens trans podem ir até um cartório e requerer este direito. Meu processo de retificação de nome ocorreu em 2016, dois anos antes da importante decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reformula a forma de alteração de nome para pessoas trans no Brasil, agora, sem a necessidade de laudos ou processos judiciais.

Este trabalho representa, também, um ponto de virada na agência de minha história, que já foi inúmeras vezes, “objeto de pesquisas” feitas por pessoas cis (aquelas que não são trans) em suas teses e produções científicas. Agora, me (re)aproprio de minha história, como uma reintegração de posse, para pensar e problematizar transfobias e resistências articuladas por uma juventude transmasculina no Brasil.

Faço esse movimento reivindicando o direito que sempre quis de ser convidado a “sentar à mesa” para estudar, pesquisar, produzir conhecimento sobre mim e sobre a população da qual orgulhosamente faço parte. Esta é, portanto, uma inscrição por memória, uma produção de arquivo político, escrito pelo corpo rejeitado, agora em um espaço legitimado de produção de conhecimento.

Como propõe Sara York (2020, p.111), nossos arquivos envolvem nossos afetos e a população trans têm percebido e lançado maior atenção à sua produção. São as epistemologias trans que, a cada ano, se complexificam e se disseminam pelo

Brasil e pelo mundo, reivindicando uma visibilidade auto-protagonizada. Logo, me empenho aqui em transformar parte de minha história de pedra em espelho para que outras transmasculinidades, quiçá, sejam possíveis e se reconheçam (IASI, 2011). Construo mais uma ponte para que a nossa memória seja preservada, para que a nossa ancestralidade não seja mais desumanizada e descartada.

Audre Lorde, teórica feminista negra, em seu poema *A litany for survival* (1995), diz, em outras palavras, que, ainda que tenhamos medo, devemos falar, porque não fomos destinados a sobreviver. Nossa sobrevivência, além de política, é um ato de coragem e rebeldia contra um cis-tema que não nos quer vivos, tampouco na arena política da produção da ciência. Por cis-tema me refiro ao termo utilizado, segundo Vergueiro (2015, p. 225), a uma denúncia de um sistema dominado pela cisgeneridade, o qual define o gênero das pessoas compulsoriamente, a partir de sua anatomia sexual, e que marginaliza pessoas trans e travestis à medida que posiciona essa forma de identidade de gênero como não-natural. Entendo e utilizo essa grafia como forma de reforçar a atenção para a violência e a marginalização estruturais impostas à comunidade trans brasileira.

A presente pesquisa evidencia aspectos da diferença enquanto marcador social (HALL, 2008), sobretudo do ponto de vista da categoria relacional da cisgeneridade, bem como da interseccionalidade (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2015; AKOTIRENE, 2019) sobre minha própria identidade: enquanto adolescente trans, com uma identidade racial fronteiriça que se constituiu geograficamente na periferia do Distrito Federal e simbolicamente na produção da inteligibilidade das transmasculinidades no Brasil. Ao compreender que estes marcadores da diferença me anteciparam responsabilidades emocionais, financeiras, familiares, das quais discorrerei ao decorrer deste texto.

Além disso, reflito sobre os significados de estar em uma pós-graduação tendo uma trajetória em que terminar uma graduação se tornou uma tarefa hercúlea. Neste processo, eu me equilibrava entre formas precarizadas de renda, trabalhos informais e domésticos para terceiros, passagens pelos serviços de *call center*, nos quais sequer podia usar meu nome, ou “nome social” (como é atribuída a política que

permite que pessoas trans utilizem o nome que se identificam), por eu não corresponder ao que se espera do alinhamento genitália/gênero/sexualidade (BUTLER, 2013). Com todos esses implicadores postos chego ao término de um curso superior e à pós-graduação da forma que me foi possível.

Imagino que muitas outras pessoas trans e travestis, gostariam de ter ocupado lugar na academia e deixado contribuições para a construção dessas epistemologias trans, mas que por conta de transfobias embrenhadas nas organizações não puderam construir estes espaços pelo lado de dentro. De acordo com Jaqueline Gomes de Jesus, transfobias ocorrem pelo “[...] processo sociocultural que nega a cidadania das pessoas transgênero” (JESUS, 2013, p. 111) ao impedi-las de permanecer em instituições de trabalho, lazer, ensino. Logo, o ingresso na pós-graduação em uma universidade com tanta importância política e social, como a Universidade de Brasília, para mim, aciona um sentido coletivo forte ao qual vinculo-me para construir este trabalho.

Ressalto, ainda, que meu ingresso se deu por meio de uma política afirmativa que reconhece a importância de reservar um espaço para que pessoas trans e travestis também tenham direito à produção científica. Sendo o Programa de pós-graduação de Comunicação da UnB, em 2019, o pioneiro a fazer a reserva na instituição. Nos anos seguintes outros programas de pós-graduação também passaram a praticar essa política afirmativa, tal como no Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD/UnB) e em Direitos Humanos (PPGDH/UnB), ambos em 2021, além do programa de pós em Administração (PPGA/UnB), que adotou a política afirmativa já em 2022.

A partir dessa introdução, lançarei mão de três capítulos que organizam a produção desta autoetnografia para analisar e problematizar acerca da construção da identidade de uma juventude transmasculina, entendendo que aspectos da sociabilidade, como o ambiente escolar e familiar doméstico, quanto importantes espaços de construção que influenciam na forma de vivenciar a juventude.

Dentre os desdobramentos desta pesquisa está presente a tentativa de colaborar com a construção da memória sobre as pessoas trans no Brasil. Este texto se inscreve na prática de produção de arquivos *queer/transmasculinos*, a partir de acontecimentos refletidos etnograficamente. Os acontecimentos analisados nesta pesquisa indicam, assim, interações sociais na formação de uma identidade transmasculina, materializada neste corpo-pesquisa, deste arquivo vivo transfeminista e trans-orientado. Por transfeminista, me refiro a construção de discursos que visam deslocar as compreensões binárias sobre gênero, a partir de uma “literatura de fronteira” (JESUS, 2014, p. 20) que associa teoria e prática em sua formulação. Por trans-orientado, me refiro a produção que busca dialogar com outras vozes trans, corroborando para uma construção de uma episteme trans.

Além de mapear algumas obras biográficas produzidas por pessoas transmasculinas no Brasil, considerando a prosa e a poesia para construção de suas narrativas e sua localização temporal e distribuição pelas editoras do país. Relaciono de que maneira a produção destes textos influencia na construção deste trabalho, de modo mais específico, em minha identidade, e de maneira geral, na construção do imaginário coletivo sobre o que são as transmasculinidades.

Outro propósito do trabalho é analisar, através dos relatos autobiográficos sobre infância, leitura social de gênero, a relação entre a imposição religiosa e a autoenunciação, e como a transfobia e os estereótipos de gênero deixam marcas na construção da subjetividade transmasculina. Finalmente, relaciono o percurso anunciado que desemboca na forma de compreender a juventude brasileira, suas dimensões sociopolíticas, assim, apresento a sequência de três capítulos em que se organiza esta pesquisa.

No Capítulo 1, que tem como título *Autoetnografia, Gênero e contexto sociopolítico LGBT no Brasil*, aprofundo sobre este processo do fazer autoetnográfico, os principais conceitos de gênero e sexualidade levantados para a compreensão deste trabalho, além do contexto político e social da organização de movimentos sociais LGBT no Brasil, pois compreendo que sua estruturação é fundamental para

construção de um cenário em que as transmasculinidades articulam suas (in)visibilidades.

Escolho apresentar o que a autora Heewon Chang (2008) nomeia como três pilares fundamentais da autoetnografia: a influência da etnografia, a interpretação cultural e os aspectos biográficos, para formação do conteúdo autoetnográfico. Dessa forma, ainda segundo a autora, a autoetnografia se utiliza de fragmentos autobiográficos para realizar a análise etnográfica, atrelada a teorias sociológicas, como explicarei detalhadamente à frente deste texto.

Adiante, ainda neste capítulo, discuto sobre conceitos que orientam a formulação desse trabalho, como gênero, sexualidade e identidades de gênero. Faço referência ao fato de que conceitos como heterossexualidade, homossexualidade, bem como transexualidade e cisgeneridade, são historicamente localizados e que isso impacta, entre outras coisas, no processo de humanização e de exclusão de determinados corpos. Nesse sentido, é importante compreender que “transmasculinidades” é um termo guarda-chuva que significa, em linhas gerais, as pessoas que foram indicadas como mulheres, ou do “sexo feminino”, no nascimento, mas que se reconhecem e reivindicam para si uma identidade no campo das masculinidades. Dentro das transmasculinidades temos as possibilidades de nomeação como: homens trans, transmasculinos não binários, transmasculines, *boycefas*, entre outros.

Politicamente e pessoalmente, adoto a nomenclatura “homem trans” em referência a mim e a outros transmasculinos que assim o fazem, mas às vezes utilizo “transmasculinidades” para abranger um agrupamento de identidades dentro desse espectro de gênero que não se reivindica necessariamente “homem trans”. Destaco que todos esses conceitos estão sendo disputados em diversas arenas políticas, fóruns, seja online ou de forma presencial.

No Capítulo 2, *Autonarrativas de uma Identidade: transmasculinidades em texto*, proponho a apresentação e localização dos textos produzidos por transmasculinos no país, desde 1982, que lançam bases para a construção do que se

entende sobre transmasculinidades no Brasil atualmente. No segundo momento do capítulo, analiso acontecimentos da minha infância. Faço uma descrição densa de cenas e acontecimentos importantes para compreender de que forma as interpelações de figuras de poder como familiares, pastores e professores, reafirmaram e tensionam papéis de gênero, e como isso repercutiu na minha trajetória de vida até minha formação, posteriormente, enquanto jovem trans ativista.

Início com relatos da primeira infância e alguns marcadores de gênero que apareciam desde a escola. Reflito sobre as piadas LGBTfóbicas e as cantigas de “maria sapatão” que, desde muito cedo, me acompanhavam no ir e vir das aulas. Em seguida, apresento outras situações do amadurecimento juvenil em que a “confusão” da leitura de gênero me permitia também entender minha identidade. Nesse período, aspectos como a utilização de um sutiã por uma criança que em vários espaços tinha uma leitura de gênero masculina me coloca em outros lugares de tensionamentos e, também, de violências.

Na terceira parte deste subcapítulo, relato como a igreja exerceu forte influência na forma que a família lidava com minha expressão de gênero. O maniqueísmo cristão não permitia que meu corpo, fronteiro de gênero, circulasse pelos cultos e espaços religiosos. Por fim, finalizo com acontecimentos que trazem à autoafirmação de gênero e o processo de construção de comunidade fora do espectro familiar. Discuto a importância da cultura pop e da literatura para criação do senso de pertencimento, que pode ser entendido como um estímulo para a criação de uma comunidade.

No Capítulo 3, *Pensando a juventude transmasculina*, apresento alguns dados sobre a caracterização socioeconômica da juventude no Brasil e um pouco de sua respectiva literatura, questionando o que esses dados têm a dizer sobre juventude transmasculina que, na verdade, é invisível a eles. Proponho como reflexão o que significa essa juventude transmasculina se não há dados quantitativos sobre ela.

Em seguida, discuto um aspecto material da juventude transmasculina, através da eleição de um produto simbólico para construção material das identidades transmasculinas: o *binder*, que se trata de uma tecnologia de gênero importante para

alguns homens trans afirmarem sua. Percebido como uma das principais formas de representar a comunidade de homens trans, em gravuras e ilustrações, que buscam visibilizar esteticamente a identidade e que, como um rito de passagem para aqueles que querem e conseguem acessar cirurgias, apoia diversos transmasculinos em sua afirmação de gênero. Apresento e analiso um relato pessoal sobre a compra e utilização de um *binder* como parte do processo de afirmação da minha transmasculinidade.

Nas considerações finais, reflito sobre como a autoetnografia produzida por um homem trans contribui para a manutenção de um arquivo transmasculino. Como o constante diálogo trazido neste texto, entre o individual e o coletivo, as produções textuais representam uma estratégia de criação de memória e de fortalecimento da comunidade transmasculina no Brasil.

## 1. AUTOETNOGRAFIA, GÊNERO E CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO LGBT NO BRASIL

### 1.1 Autoetnografia: escrita de si e a produção do arquivo

Dou início a esta seção apresentando minha compreensão do fazer autoetnográfico, a partir das referências alcançadas no percurso e escolhidas para apoiar a produção deste trabalho. Entendo a autoetnografia como um procedimento teórico-metodológico, de pesquisa e de escrita, que organiza toda (des)construção desta pesquisa. Ela representa não somente a forma de escrever esta dissertação, mas o próprio produto e conteúdo do trabalho. Isso significa dizer que não há, necessariamente, um apartado de objeto, teoria, metodologia e resultados.

Entendo a pesquisa autoetnográfica como fazer um bolo. Ao fazermos um bolo, misturamos os ingredientes em um recipiente e o bolo, como resultado, só é possível em sua transformação, sua materialização final. Apesar de haver nele, usualmente, ovos, farinha, óleo, ingredientes comuns a várias outras receitas, o que sucede é a criação de uma nova coisa, que não é apenas a soma desses elementos. É desta maneira que compreendo a forma de fazer este trabalho, é um experimento científico que requer seus ingredientes específicos: as teorias, os fragmentos a serem analisados, a escrita científica, a pesquisa epistemológica, que envolvidos nesse processo-produto produzem uma autoetnografia.

Nesse caminho, trago para pensarmos alguns dos elementos desenvolvidos ao longo de quase duas décadas por Ellis, Adams e Bochner (2010), que, na obra conjunta *Autoethnography: an overview*, lançam pistas para a caracterização autoetnográfica. Segundo as pessoas autoras

Autoetnografia é uma abordagem de pesquisa e escrita, que busca descrever e analisar sistematicamente a experiência pessoal para compreender a experiência cultural. Essa perspectiva desafia as formas canônicas de fazer pesquisa e representar os outros, por considerá-la um ato político, socialmente justo e consciente. O pesquisador usa princípios de autobiografia e etnografia para escrever autoetnografia. Portanto, como método, a autoetnografia é um processo e um produto. (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2019, p. 18, tradução nossa).

Destaco, no trecho acima, que a experiência pessoal é chamada para articular a compreensão de fenômenos sociais e culturais. Novamente, a concepção de autoetnografia como processo e produto significa que sua expressão se realiza na construção e na articulação das análises das experiências escolhidas. Assumir isso significa que não pretendo apartar aquilo que é considerado “teoria” do que é a “prática” do fazer autoetnográfico, ambos se complementam e só se viabilizam em conjunto. Particularmente, no contexto deste trabalho, isso significou que as experiências trazidas são compostas também pela análise de suas intersecções com o coletivo, criando um sentido entre o eu e o nós.

Na academia, a intensificação de produções de autoetnografias ocorreu a partir dos anos 80, período em que havia grandes movimentos de repensar as formas de produção de conhecimento nas Ciências Sociais, sobretudo a forma de produção colonialista em que muitos desses trabalhos eram reproduzidos (ELLIS; ADAMS; BOCHNER, 2019). Por isso, também, ao pensar esta autoetnografia, priorizo dialogar com saberes produzidos no Sul, que se assemelham e fazem mais sentido para pensar e localizar as realidades daqui.

A abordagem autoetnográfica me permite assumir as posições e influências subjetivas ao fazer esta pesquisa. Admito essas questões como parte do processo de pesquisa, ao contrário de negá-las. Este trabalho só se concretiza desta forma por passar pelo corpo de uma pessoa com um pacote de experiências que orientam a captura de uma fração da realidade.

Ainda de acordo com Ellis, Adams, e Bochner (2019), a autoetnografia conjuga elementos tanto da autobiografia quanto da etnografia e, em alguns tipos de pesquisa, é estimulada a associação a outros métodos e formas de coletas, como o caso de entrevistas, que utilizarei em seção posterior deste trabalho para pensar a utilização de determinados objetos para a produção de uma inteligibilidade de gênero para alguns homens trans no Brasil. Em minha pesquisa, a escolha de mesclar outras formas de captura metodológica é orientada de forma a possibilitar que mais elementos ajudem a construir uma interpretação sobre um grupo social que emerge em visibilidade no Brasil, como é o caso das transmasculinidades.

No processo de construção de autoetnografias, os procedimentos variam muito a depender da abordagem e das epistemologias acessadas. Pessoas autoras podem, por exemplo, utilizar epifanias, momentos de grande impacto na trajetória de vida que propiciam memórias, sentimentos profundos, reflexões, como uma possibilidade de construção de percurso para o trabalho (ELLIS; ADAMS; BOCHNER; 2019, p. 22).

No âmbito desta dissertação, isso significou, para mim, eleger um capítulo com episódios que reportam à minha história de vida e que considero significativo para a construção da transmasculinidade que vivencio hoje. Mas compreendo que os eventos que escolho para abordar nessa autoetnografia dizem respeito também à construção de uma identidade coletiva, a partir de tantas trocas que exerci por anos com centenas de outros homens trans, com diferentes perspectivas, forjada não apenas na (re)produção de estereótipos de gênero ou de atribuições feitas ao nascimento, pelo contrário, em uma identidade que cotidianamente se reafirma em um *cis-tema* que insiste em negá-la.

Para pensar os aspectos processuais, as pesquisas desenvolvidas por Chang (2008) me auxiliam a entender como a autora utiliza o fazer autoetnográfico para investigar o ensino em um contexto multicultural. As autoetnografias desenvolvidas por ela me fazem refletir em maneiras de captar interações sobre etnia, gênero e etarismo nas instituições de ensino estadunidenses. Estes estudos me apoiam a pensar maneiras de analisar como acontecimentos gerados pela imposição das estruturas binárias e heteronormativas forçam crianças, adolescente, adultos, a um “alinhamento” pelo considerado “correto” e “esperado” entre genitália, gênero e sexualidade, como discutirei melhor no subcapítulo 1.2.

Ellis, Adams e Bochner (2019), compreendem que a autoetnografia combina elementos da etnografia e da autobiografia. Conjuntamente, Chang (2008) formula uma importante compreensão para a diferenciação entre as modalidades de produção de conhecimento. Para a autora, há o entendimento de que o caráter etnográfico se sobrepõe ao aspecto autobiográfico, sendo necessariamente a etnografia como método de produção científica que sustenta a distinção entre autoetnografia e autobiografia.

A reflexão proposta por Chang (2008) considera que, se na autobiografia temos uma prevalência de aspectos narrativos, a autoetnografia evoca como forma o modo descritivo, isto é, da exposição detalhada para a elaboração em conjunto da análise autoetnográfica (CHANG, 2008). Ela apresenta que

[...] a autoetnografia deve ser etnográfica em sua orientação metodológica, cultural em sua orientação interpretativa e autobiográfica em sua orientação de conteúdo. Isso implica que os escritos autorreflexivos que não possuam um desses eixos ficariam aquém da "autoetnografia". (CHANG, 2008, p. 4, tradução nossa).

Nesse sentido, o que Chang propõe é uma articulação em conjunto do método etnográfico, com uma análise a partir das simbologias culturais aplicada a um conteúdo autobiográfico. Um exemplo de autoetnografia produzido no Brasil por pessoas trans, é o texto de Viviane Vergueiro (2015), *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*, no qual a autora utiliza resgates de momentos de epifania de sua transição de gênero para discutir o controle e normatização de corpos trans e questionar o lugar da cisgeneridade neste processo.

Importante destacar que o trabalho de Vergueiro influencia, estimula e se constitui como uma referência e inspiração para a composição deste trabalho. Nas palavras de Vergueiro

[...] autoetnografia como metodologia pretende atuar no sentido de abrir uma espécie de 'fresta epistemológica' – sustentada, politicamente, em perspectivas decoloniais – para as diversidades corporais e de gênero, um processo de abertura e tensionamento que demanda a legitimação destas vozes diversas enquanto produtoras de conhecimento crítico. (VERGUEIRO, 2015, p. 25).

Não somente pelas provocações ao pensamento da cisgeneridade e do *cis-tema* que enredam pessoas trans em teias de violência e de exclusão, mas pela força convidativa para que outras/os/es pesquisadores trans, e da comunidade gênero-diversa se projetem no lugar do fazer científico. Reivindicar agência neste processo de construção epistemológica, mais especificamente de ingresso nas trincheiras da produção do conhecimento acadêmico, é uma forma de contribuir para que outras vozes e perspectivas alcancem esse debate. Pois, cada vez que uma pessoa trans

escreve seus trabalhos científicos ela, implícita ou explicitamente, lança um convite para que outras travestis e transexuais se sintam convidadas a estarem neste lugar. Este processo é, entre outras coisas, uma desmistificação do lugar acadêmico que para a maioria de nós nunca foi uma possibilidade.

Todavia, um dos desafios de se fazer pesquisa autoetnográfica, sobretudo enquanto pertencente a uma minoria política, é a vontade de querer abarcar múltiplos temas afins à transgeneridade. Como priorizar se há tantos anos de silenciamento coletivo? O que pode ser mais importante de ser considerado? Quais vontades pessoais devem ser levadas em conta? Algumas dessas perguntas me levaram à (des)construção deste texto.

Ao encontrar um caminho que viabilizasse um encontro para essa materialização, considerei imprescindível pensar esse texto a partir também de um processo de construção de memória e de arquivo transmasculino no Brasil. Por isso, além de analisar conteúdo biográfico, trago à pesquisa outras produções de homens trans, pois, em algum sentido arquivístico, elas também contam a minha história que, ao mesmo tempo, só é possível porque outras trajetórias como a minha estavam sendo escritas pelo país.

Minha investigação se inscreve na prática de produção de arquivos, a partir de acontecimentos refletidos autoetnograficamente. As passagens analisadas nesta pesquisa indicam, assim, interações sociais na formação de uma identidade transmasculina, materializada neste corpo-pesquisa, deste arquivo vivo transfeminista e trans-orientado. Por transfeminista, me refiro a teorias e práticas que visam deslocar as compreensões binárias e cisnormativas sobre gênero, a partir de uma “literatura de fronteira”, como propõe Jaqueline Gomes de Jesus (2014, p. 20). Por trans-orientado, me refiro a uma produção que busca dialogar, a partir de um autor trans, com outras vozes trans, corroborando para uma construção de uma episteme.

Uma importante articulação para este trabalho é a noção “arquivos políticos”. De acordo com a noção articulada pelo sociólogo transmasculino Sam Bourcier (2021), um expoente de produções e organizações de trabalhos *queer*, como os cadernos da trilogia *Queer Zones*, que o levou a ser considerado um dos pioneiros

dos estudos *queer* na França. Segundo Bourcier (2021), devemos olhar a produção do arquivo em seu aspecto político, tanto do ponto de vista das instituições que os produzem - com seus objetivos biopolíticos de controle - quanto em sua potência de subversão para comunidades marginalizadas e/ou arquivadas historicamente somente pela perspectiva da patologia e do crime.

Nas palavras de Bourcier, os arquivos expressam relações de poder à medida que “estamos arquivados o tempo todo, toda a nossa vida e desde os primeiros dias” (2021, n.p) o que se intensifica ainda mais com a disseminação de dispositivos tecnológicos altamente rastreáveis e monitoráveis. Dessa forma, a produção do arquivo necessariamente acontece e é parte do trabalho das instituições. No entanto, o que cabe refletir é como, quem e a qual intuito essa produção de arquivo está a serviço. Que tipo de narrativas e que tipo de histórias queremos que sejam arquivadas sobre homens trans brasileiros?

Bourcier (2021), afirma que o arquivo sempre será incompleto, e que esta lacuna diz respeito também àquelas identidades, dentre as quais, haverá maior esquecimento. Que tantos homens trans existiram no Brasil nos séculos passados que não temos memória?

É difícil e muitas vezes sisífico arquivar os buracos da história e os silêncios da representação, mesmo que seja um reflexo compreensível. Esse é todo o problema do arquivo das minorias, dos sem voz e dos subalternos. Os buracos são tão amplos que poderíamos dar uma resposta com a ficção (BOURCIER, 2021, n.p).

Nesse sentido, proponho-me a contribuir um pouco com essa tarefa complexa, trazendo à narrativa aspectos pelos quais gostaria que homens trans também fossem lembrados, rompendo com alguns estereótipos, apoiando na captura da diversidade de algumas dessas produções. Este trabalho corrobora, e só faz sentido, pois outros tantos homens trans se empenharam em construir os vestígios de nossos arquivos, alguns conseguiram visibilidade em suas produções, outros tantos foram perdidos, escondidos ou destruídos pelo caminho.

Dentre os arquivos transmasculinos brasileiros, poucos foram produzidos no espaço acadêmico - se considerados em contraste com a variedade de estudos sobre outras identidades de LGBT. No entanto, devo reconhecer que nos últimos anos é crescente a presença de homens trans pesquisadores e produtores de arquivos *queer*transmasculinos no Brasil. Entendo isto como possível devido aos recentes avanços de direitos sociais, como os instrumentos de nome social e algumas políticas afirmativas, inclusive pela maior visibilidade das transmasculinidades, que ocasiona mais formas circulação de produções sobre a identidade no país.

Pelo empreendimento da construção da memória trans, autoras e autores como Sam Bourcier (2020), Jaqueline Gomes de Jesus (2019) e Viviane Vergueiro (2015), ao produzirem, em suas distintas formas, estimulam que a comunidade gênero-diversa, LGBTQIAP+, busque viabilizar narrativas sobre si e algumas das perspectivas acerca de nossa comunidade.

Neste horizonte, proponho-me a desenvolver esse processo de reflexividade autoetnográfica, como um instrumento pelo qual corpos trans se projetam para tomar a palavra (JESUS, 2019). Escolho fazer isso através de uma autoetnografia por entender que esta metodologia possibilita projetar para análise acontecimentos e fragmentos de uma vida que concentra uma vivência no trânsito de gênero, uma militância por direitos para esta população, além de anos de pesquisa no tema.

Em diálogo com Martino (2018), percebo que as etnografias (e autoetnografias) desenvolvidas na Comunicação possibilitam mesclar análises e interseccionar com outros estudos de mídia. Por exemplo, segundo o autor, etnografias podem ser utilizadas em estudos de recepção para entender como as pessoas consomem produtos midiáticos (novelas, jornais, programas de rádio, podcasts) ou, uma outra abordagem possível para o método se aproxima dos Estudos Culturais, em que etnografias podem ser elaboradas com intuito de “compreender aspectos da cultura de grupos sociais imersos, assim como nós, em um ambiente midiático” (MARTINO, 2018, p.130). Entendo que esta pesquisa conversa com essa segunda possibilidade apresentada, contribuindo também com novas possibilidades de se fazer pesquisa em Comunicação.

O método etnográfico, através da observação participante, da descrição densa e da produção de análises, pode ser entendido como uma relevante metodologia para desenvolvimento de estudos como este, propostos no vasto campo da Comunicação. Ou seja, mais do que acontecimentos privados, esta autoetnografia utiliza da densidade etnográfica para compreender dinâmicas de poder, relações sociais, às quais os acontecimentos analisados estão submetidos.

Ainda do ponto de vista comunicacional, esta pesquisa dialoga com produções autobiográficas realizadas por outras pessoas transmasculinas, entendendo que essas histórias dialogam entre si construindo uma teia de sentido, e que mapeá-las e trazê-las para esta pesquisa é parte da pesquisa comunicacional. Igor Sacramento (2014) apresenta uma perspectiva de abordagem de estudos biográficos na Comunicação. Segundo o autor, a

[...] biografia comunicacional, na qual o foco não recai sobre a atividade individual, mas sobre o circuito comunicativo das produções discursivas imbricadas num indivíduo. Essa perspectiva busca romper com a tendência dominante nos estudos biográficos. Centrados mais no individual do que no social e mais no textual do que no contextual, eles acabam deshistoricizando as ações e celebrando as características imutáveis da personalidade. (SACRAMENTO, 2014, p. 157).

Isso significa que a abordagem adotada para trazer a este empreendimento produções biográficas transmasculinas para a discussão que desenvolvo aqui, busco ampliar e situar cronologicamente as produções, lançando um olhar preocupado orientado à conjuntura social da publicação e circulação dessas obras. Isso significa, também, dizer que não alcanço, neste trabalho, a leitura e a discussão pormenorizada desses textos, mas procuro apresentar um mapeamento visando contribuir com a produção do arquivo transmasculino no Brasil.

Outro fator que assumo nesta pesquisa autoetnográfica é seu aspecto experimental. Como ressalta Mariza Peirano, “[...] o bom texto etnográfico foi sempre um experimento.” (1995, p. 210) cuido desta citação como um encorajamento para testar. Experimentar o texto, em seu processo-produto, reescrever, reencontrar nas palavras e na transição dos capítulos as análises e (in)conclusões para pensar a

juventude transmasculina. Quem são estes *boyceetas* que disputam a narrativa sobre o que ser homem no Brasil? Por *boyceetas* me refiro a uma forma de nomeação emergente que pessoas transmasculinas têm utilizado para se auto-referir, sobretudo em ambientes virtuais.

Figura 1 - Ilustração de Lino Arruda, capa do livro *Monstrans*



Fonte: Portifólio digital do autor.<sup>1</sup>

Em 2017, na cidade de Salvador, cerca de vinte ativistas trans foram convidados pela ONG latinoamericana *Akahatá* para um curso sobre

---

<sup>1</sup> Acervo disponível em: <<https://linoarruda.com/#portfolio>>.

despatologização das identidades trans. Eu fui um dos escolhidos para participar da oficina enquanto coordenador do núcleo do IBRAT-DF. Dentre a programação do evento, estavam previstas algumas saídas, incluindo dias nas praias. Em um desses momentos de praia, estávamos eu, Alexandre Peixe, Bruno Santana, Francisco Sena, Rafael Carmo, não lembro ao certo se mais outros transmasculinos, apreciando a praia do Farol da Barra. Enquanto bebíamos e conversávamos, notava distintos olhares insistentes para nosso grupo. Um grupo de belos e diversos rapazes chamando atenção nas praias de Salvador.

Todos nós fomos operados com a mesma técnica “sorriso” de redução de seios, que leva esse nome por deixar aparente duas linhas na região do tórax. Após algum tempo lá, fomos abordados por uma mulher, aparentemente de uns 40 anos, que foi até nosso grupo para perguntar por que tínhamos a mesma marca no corpo. “Que legal vocês... o que é isso? (apontando para a cicatriz no peito de um de nós) É uma nova tribo no Brasil?”. Rimos, desconversamos e seguimos o momento de lazer.

Esta pesquisa é, portanto, uma forma de resposta e de análise a situações como esta. Estudo etnograficamente as experiências que este corpo e tantos trânsitos, incluindo o de gênero, alinhando às contribuições da biografia comunicacional, que não tem exclusivamente um fim em si mesma, mas que abre possibilidades também para explorar os processos de produção, de difusão, de rupturas e permanências, a partir do contexto e das instituições diversas com as quais dialogo, enfrento, concordo e construo o trabalho.

Os caminhos percorridos por esta pesquisa vão se alinhando ao que Martín-Barbero (2006) sugere como a demanda dos novos movimentos sociais pelo reconhecimento de suas reivindicações, “[..] especialmente no direito a ser visto e ouvido, que equivale ao de existir/contar socialmente tanto no terreno individual quanto no coletivo” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 67). É sobre essa reivindicação que também se justifica a escolha teórico-metodológica que fundamenta e ajuda a organizar este trabalho.

É importante explicitar que o fazer dessa pesquisa é situado. Não há pretensão de evocar um suposto “sujeito universal”, distante, e autointitulado como imparcial, verdadeiro pesquisador. Ao contrário, aqui, minha formação, identidade e subjetividade estarão presentes e apresentadas como fatores intrínsecos à compreensão da produção desta pesquisa.

Nesse sentido, reitero a necessidade de assentar que todo discurso vem de um lugar determinado pelas estruturas sociais que os sustentam. A filósofa Djamila Ribeiro (2017), ao explicar o conceito de lugar de fala em seu livro homônimo, versa sobre a importância de se descobrir, no sentido de deixar explícito, os imbricamentos que constituem a hegemonia, bem como seus discursos, em um sentido foucaultiano. Para Ribeiro, as categorias identitárias produzem um lugar de enunciação para todas as pessoas e que, desde os processos de dominação que estão submetidos, são ou não viabilizados

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos *lugar de fala* como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. (RIBEIRO, 2017, p. 37).

É neste processo de localização descrito por Ribeiro que este trabalho se ancora. Esta é uma autoetnografia de um homem trans brasileiro, nascido no final dos anos 90, criado na ascensão das políticas afirmativas, e que, no bojo de conquistas de direitos para a população LGBTQIAP+, se engajou na disputa por narrativas, direitos e visibilidade. Direitos estes que, sem dúvidas, apenas se materializaram pela incansável luta de milhares de pessoas trans e travestis cujas transfobias de seu tempo (possivelmente) as impossibilitaram do usufruto de seus plenos direitos.

Para reafirmar o valor da ancestralidade e fazer menção à longevidade da luta da comunidade trans e travesti no Brasil, considero fundamental reafirmar as palavras de Jaqueline Gomes de Jesus quando enfatiza, ao lembrar a trajetória de Xica Manicongo, primeira travesti conhecida na história brasileira, a necessidade de

[...] outras perspectivas sobre a multiplicidade de experiências relacionadas à vivência de uma identidade de gênero trans, a partir do protagonismo do próprio grupo social, que apreende seu passado, questiona o presente e constrói o próprio futuro. (JESUS, 2019. p. 259).

É nesse ímpeto que esta dissertação se insere, buscando se colocar como mais um pequeno fragmento de pesquisa, de história para a produção da memória e da identidade de pessoas trans brasileiras. Encorajando a produção de outras narrativas que comuniquem e expressem a pluralidade das vozes diversas, potentes e humanas de homens trans e pessoas transmasculinas.

## **1.2 Transmasculinidades: gênero, orientação sexual e identidade de gênero**

Após introduzir e explicar de que forma transcorre esta pesquisa, apresento conceitos-chave para o entendimento deste trabalho. Autoras e autores que oferecem caminhos para compreender, torcer, reformular algumas noções sobre sexo e gênero.

A antropóloga Gayle Rubin, teórica dos estudos de gênero, se destaca por seu pioneirismo em trazer à academia as discussões em torno da utilização do conceito “gênero” sob uma perspectiva feminista, no texto *O Tráfico de Mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo*, de 1975. A autora trata dos “sistemas de sexo/gênero”, no qual os define como sendo “um conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de uma maneira convencional” (RUBIN, 2017, p. 17). A autora propõe que as formulações sobre “sexo” são produzidas socialmente.

Além da compreensão do sistema sexo/gênero proposto por Rubin (2017), já haviam sido apresentados estudos voltados à análise sobre patriarcado e alguns modos de reprodução como investigações nos estudos de gênero. No entanto, ela aponta que esses estudos apresentavam algumas limitações. Para a autora, no caso dos estudos sobre modos de reprodução, o problema se dá pelo fato do sistema sexo/gênero não se restringir apenas à reprodução, mas por se inserir em um sistema maior capaz de produzir implicações sociais. Com relação aos estudos sobre

patriarcado, a crítica se orienta ao fato de a denominação tender a ofuscar outras discussões pertinentes aos debates sobre sexo/gênero, em que o patriarcado é um dos eixos - no entanto não o único, e que focar nesta categoria seria genérico e incompleto. Dessa forma, Rubin defende que

[...] nós não apenas sofremos opressão como mulheres, nós somos oprimidas por termos de ser mulheres - ou homens, conforme o caso. Pessoalmente, acho que o movimento feminista deve sonhar com algo maior do que a eliminação da opressão das mulheres. Ele deve sonhar em eliminar as sexualidades compulsórias e os papéis sexuais. O sonho que me parece mais cativante é o de uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), na qual a anatomia sexual de uma pessoa seja irrelevante para quem ela é, para o que ela faz, e para com quem ela faz amor. (RUBIN, 2017, p.55).

Trago a autora para abrir essa seção tanto por reconhecer sua contribuição para teoria feminista, quanto pela possibilidade que ela abre de iniciar as discussões imposição de gênero e papéis de gênero a partir da genitália ou do sexo atribuído.

Seguindo o debate, é oportuno trazer à discussão a contribuição de Butler (2010) que questiona estruturas discursivas. Para ela, sexo e gênero são conjuntamente construídos culturalmente, discursivamente. A autora faz um significativo movimento de questionar também a naturalização daquilo que se entende por “sexo”, quando afirma

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma.[...] resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. (BUTLER, 2010, p.25).

Neste ponto, Butler questiona a natureza pré-discursiva do sexo, compreendendo que o sexo não é da ordem do natural, tampouco o gênero, indicando que ambas as categorias são de ordem cultural. Isso significa que ambas não são inatas, pelo contrário, são localizadas e produzidas sócio-historicamente.

Ao apresentar os conceitos que fundamentam a perspectiva adotada nesta pesquisa, é central a compreensão que os “sistemas sexo/gênero não são emanções

a-históricas da mente humana; são produtos da ação humana historicamente situada.” (RUBIN, 2017, p.55). Isto implica em um importante exercício de situar historicamente as disputas em torno dos termos que são utilizados para fazer referência a identidades de gênero diversas. Ainda que dentro das minorias, como citei na introdução sobre as disputas em torno das siglas LGBT ou LGBTQIAP+.

Para a construção dos eixos de discussão desta pesquisa, cabe mencionar que a grande maioria das identidades apresentadas aqui localizam-se nos últimos dois séculos da história ocidental contemporânea. Isso não significa que as identidades às quais as nomenclaturas se referem não existiram em outros períodos históricos, vejamos o caso de Xica Manicongo no século XVI, apenas revela que estas formas de nomeação encontram razões e caminhos específicos em nosso tempo recente e, portanto, estão constantemente sujeitas a disputas políticas e sociais, incorrendo em diversas revisões, reformulações e alterações, à medida que novos sujeitos coletivos ganham visibilidade e marcam sua incidência.

Nesse sentido, proponho um exercício ao recorrer a Katz (1996) para fazer uma reflexão sobre os estudos de gênero. Pensar não apenas os corpos e as identidades não-hegemônicas, mas localizar aquelas identidades que constroem a normatividade, a cis-heteronormatividade.

No contexto deste trabalho, é relevante trazer a história da nomeação da identidade heterossexual, estudada pelo autor no livro *A Invenção da Heterossexualidade* (1996). Nessa obra, um dos principais pontos de Katz é reafirmar que a heterossexualidade, tal qual a homossexualidade, tem uma história, e que localizá-la temporalmente é necessário, tanto para compreensão da estrutura social que estamos inseridos, quanto no processo de (des)naturalização de supostas identidades inatas, ou pré-discursivas, nos termos de Butler (2010). De acordo com o autor

O termo **homossexual** só foi inventado em 1869 [agora o ano tem sido recuado para 1868]. O primeiro uso de **heterossexual** incluído no Oxford English Dictionary Supplement data de 1901. [o mais recente Oxford English Dictionary Supplement volta para o ano 1892, mas este também tem sido estabelecido como sendo 1868]. Os termos heterossexual e homossexual

aparentemente passaram a ser do uso comum apenas no primeiro quarto deste século; [...] (KATZ, 1996, p.21).

Os estudos sobre homossexualidade antecederam as investigações sobre heterossexualidade, assim como ocorreu com as pesquisas em torno da transexualidade que precederam formulações acerca da cisgeneridade. Estes termos, “cisgênero” e “heterossexual”, são também construções narrativas, ainda que haja um ímpeto discursivo que tenta pregar tais conceitos como identidades “verdadeiras”, “inatas”, “biológicas”.

Por muito tempo, e, ainda no senso comum, os termos antônimos às pessoas trans e travestis eram pessoas “normais”, “naturais”. Essa noção prejudicou e segue prejudicando o reconhecimento da humanidade das identidades e experiências trans, uma vez que, dessa forma, as mesmas estariam destinadas ao lugar do “anormal”, do “exótico”, do “fora de lugar”. Por isso, outro conceito crucial para adensamento do debate que proponho aqui é o de cisgênero. Segundo Bonassi,

Cisgênero é uma palavra cunhada na década de 1990 e difundida no ciberativismo, ativismo realizado pela internet, principalmente por pessoas trans e não binárias. Designa pessoas que se identificam única e exclusivamente com o sexo/gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. (BONASSI, 2017).

Nesse horizonte, em não havendo uma nomeação para quem não é pessoa trans, só restaria o paradigma da normalidade. Nesse sentido, a adoção dos termos cisgênero e heterossexual é importante para nomear as identidades que compõem a norma, auxiliando no processo de compreensão da sexualidade e do gênero em seu rol de possibilidades e, ao mesmo tempo, tensionando a naturalização da heterossexualidade e da cisgeneridade (cis, em sua abreviação).

É possível imaginarmos a utilização de um desses termos sem, de pronto, nos referirmos ao outro? É partindo dessa pergunta retórica que ousou afirmar que o discurso médico, ao nomear como “trans” a nossa maneira peculiar de existir, de reivindicar existência, automaticamente nomeou a outra maneira, a sua maneira, não-trans, como “cis” [...]. No que concerne ao debate das identidades de gênero, no entanto, “cis” surge apenas setenta anos após o termo que lhe faz oposição, “trans”, este na década de vinte, aquele quase que na virada para o século XXI (MOIRA, 2017, p. 365).

O fragmento acima, do texto publicado em 2017 *O cis pelo Trans*, de autoria de Amara Moira, travesti, putafeminista (como se define) e doutora em crítica literária pela Unicamp, evoca alguns elementos para localizar historicamente a nomeação da cisgeneridade, endossada por ativistas trans como um marco importante para o reconhecimento despatologizado de um conjunto de possibilidades: pessoa trans, pessoas cis.

Dentro das identidades trans e travestis é que se inserem as transmasculinidades. Este termo foi objeto de grande discussão, formulações coletivas e dissidências até ser reconhecido em plenária no primeiro Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT)<sup>2</sup>, ocorrido em 2015, na Universidade de São Paulo. Não pude ir neste encontro pelo período ainda ser adolescente e morar e depender da autorização familiar. Porém, as histórias do evento sempre eram contadas pelos coordenadores do Instituto. Lam Matos, que foi coordenadora nacional do IBRAT, entre as gestões de Luck Palhano e Kaio Lemos, me contou que o debate sobre a inserção do termo “transmasculinidades” ocorreu após longa e intensa discussão.

Figura 2 - Arte digital Convite para o ENAHT.

---

<sup>2</sup> Ver mais no site oficial, disponível em: <http://encontronacionaldehomenstrans.blogspot.com/>. Documento do site oficial disponível nos anexos.

# 1º ENAHT

ENCONTRO NACIONAL DE HOMENS TRANS  
DA INVISIBILIDADE À LUTA!

São Paulo – SP - USP  
de 20 a 23 fevereiro de 2015  
Info.: [diretoriaibrat@gmail.com](mailto:diretoriaibrat@gmail.com)





Fonte: site oficial do encontro.

O termo guarda-chuva foi eleito para contemplar identidades diversas que compartilhassem a experiência de terem sido designadas enquanto mulheres/pessoas do “sexo feminino”, mas que identificavam e construía sua identidade dentro do espectro masculino. A exemplo, as identidades de homens trans, transmasculinos, transmasculines, não-binários, boycetas, demi-boys, entre outras. Na ocasião do evento, seu primeiro dia, 20 de fevereiro, foi escolhido como “Dia Nacional de Luta e Resistência de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas”, para marcar a urgência das pautas e a visibilização desta parcela da população trans.

Reconhecendo a importância de todas as formas de nomeação das identidades transmasculinas, usualmente, priorizo a utilização da categoria “homem trans”. Primeiro lugar porque me identifico com ele, essa nomeação me manifesta de uma forma confortável. Segundamente, porque visualizo como um termo de mais fácil compreensão, uma vez que vivemos sob um regime de binaridade e as noções de

homem e mulher são largamente compreendidas socialmente, ainda que carreguem estereótipos e generalizações. Terceiro, porque minha formação e atuação profissional como Gestor e Servidor Público me influenciam a procurar por termos que possam apoiar noções gerais para construções de políticas públicas.

Ainda em relação à nomeação das transmasculinidades, Simone Ávila (2014) apresentou questionamentos acerca da carência de estudos nacionais sobre as transmasculinidades em sua tese de doutorado *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo*, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, no ano de 2014. A pesquisadora, por meio deste trabalho, buscou dar maior amplitude à pesquisa sobre identidades transmasculinas, indicou como alguns sites e pequenas organizações ajudam a construir o início de articulações que resultaram, por exemplo, na criação do IBRAT.

É possível verificar mais claramente indícios de crescimento da difusão de conteúdo sobre homens trans no Brasil no próximo subcapítulo desta dissertação, onde elenco o mapeamento de algumas das produções biográficas encontradas. Um marco para a produção biográfica transmasculina foi o lançamento do livro “Viagem Solitária” de João W. Nery, em 2011. O livro cumpriu um papel importantíssimo para a identidade transmasculina, e foi a partir da repercussão dele que outros homens trans passaram a ter mais notoriedade social.

Além de suas autobiografias, Nery produziu artigos acadêmicos, deu aula em universidades e, dentre as discussões propostas por ele, havia a ordem da nomenclatura. Em alguns de seus textos, ele se apresenta como *trans homem*, para ressaltar o aspecto da transidentidade sobre a masculinidade. Em suas palavras,

Homem trans, sendo o adjetivo “trans” uma denominação para o sujeito, ou seja, o gênero masculino tem primazia sobre o termo transexual. [...] e “Trans homem, com o “trans” antecedendo o sujeito dando ênfase à identidade de gênero que se sobrepõe ao gênero masculino [...]” (NERY, 2018. p. 394).

A primazia do *trans* sobre o *homem* que João insistia em marcar (me permito aqui essa referência em primeira pessoa por ter convivido e discutido isso com ele),

utiliza-se dessa inversão do lugar do adjetivo para provocar nas pessoas a reflexão sobre as possibilidades que o corpo e o gênero poderiam ocupar socialmente. Apesar da proposta pertinente e provocadora, esta não foi a forma que os movimentos de homens trans decidiram adotar politicamente e, atualmente, prevalecem a inscrição “homem trans” e “transmasculinidades”, tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto das produções acadêmicas. Mas, como as identidades são dinâmicas e estão submetidas a constantes disputas políticas, começam, mais recentemente, a emergir reivindicações de outras possibilidades de nomeação, como “transmasculines” e “boyceetas”, que buscam tensionar ainda mais as formas binárias de leitura de gênero, que pode ser percebido com o relato a seguir.

Um evento ilustrativo do crescimento de pesquisas e da ocupação do espaço de produção acadêmica por transmasculines aconteceu no *X Congresso Internacional de diversidade sexual, étnico-racial e de gênero*, ocorrido entre março e maio de 2021.

Na oportunidade, os professores Guilherme Almeida (UERJ), Vicente Tchalian (UFMT) e Camilo Braz (UFG), os dois primeiros trans e o terceiro cis, propuseram o simpósio temático sobre Masculinidades e Transmasculinidades numa perspectiva interseccional, na qual oito dos dez trabalhos aprovados versaram sobre transmasculinidades relacionadas a uma multiplicidade de temas, como direitos sexuais e reprodutivos, literatura transmasculina, movimentos sociais e representação midiática. Tanto a proposição do simpósio temático, quanto a diversidade de abordagens sobre as transmasculinidades são importantes indicativos de como os estudos sobre as identidades transmasculinas têm formado suas agendas de visibilidade, ainda que haja grande espaço para aprofundamento dessas discussões.

Muitos dos trabalhos produzidos sobre homens trans tinham a saúde como um importante objeto de reflexão. Pensar a gravidez masculina, os processos de intervenção corporais, o atendimento especializado no sistema único de saúde (SUS), eram assuntos abordados pelos pesquisadores, majoritariamente trans. Particpei deste simpósio temático em conjunto com Jorge Gaia Santos, outro homem trans e estudante da UnB, com texto produzido sobre o ambulatório trans do DF sob uma perspectiva transmasculina.

A despatologização das identidades trans também se mostrou como um eixo reiterado por diversos desses pesquisadores. De acordo com Tatiana Lionço (2016), essas reivindicações pelo rompimento com a patologia podem ser pensadas como o “reconhecimento da legitimidade das subjetividades trans e pela autonomia de tais sujeitos, considerando ampla variedade corporal e subjetiva [...]” (LIONÇO, 2016, p. 153). Isto é, também significa que à medida que mais transmasculinos conseguem acessar os espaços de produção de conhecimento, essa ocupação acaba por ser refletida nas próprias formas de produzir e de pautar o saber, como ilustra esta autoetnografia, que se realiza no encontro dessas produções transmasculinas.

### **1.3 Contexto sociopolítico LGBT no Brasil**

Ao produzir essa autoetnografia considerei trazer neste capítulo inicial um breve resgate do que compreendo como organização do movimento LGBT no Brasil. Essa escolha foi motivada por entender que esses acontecimentos históricos alteram e impactam a realidade do país para que pessoas jovens tenham maiores possibilidades de expressar gênero e sexualidade, sobretudo aqueles e aquelas que possuem corpos e identidades dissidentes.

Olhar para a história recente do país, as reivindicações públicas por direito à cidade, bem como ativismos individuais que abrem frestas para discussões importantes para pessoas LGBTQIAP+, por exemplo, como uma pessoa famosa estampa revistas falando sobre a possibilidade de transição de gênero ou de orientação sexual diferente da heterossexualidade.

Antes, quero destacar a diferenciação que escolhi para este trabalho entre os termos “Movimento LGBT” e pessoas “LGBTQIAP+”. Ao referir-me ao Movimento LGBT, escolho acionar e corroborar com as deliberações coletivas que convencionaram e elegeram a sigla LGBT como o termo a ser utilizado para construção de políticas públicas e reivindicações institucionais. Já o termo

LGBTQIAP+ refere-se às constantes inclusões que as pessoas que se identificam no espectro da comunidade gênero/sexodiversa estimulam para abranger outras possibilidades de ser e de se relacionar.

Em nossa história recente, no Brasil, o final dos anos 70 e a passagem para a década seguinte, foram períodos marcados por importantes processos políticos de estruturação de movimentos sociais no país. Dentre eles, o início do Movimento LGBT de forma mais organizada, com a criação em 1978 do grupo Somos - Grupo de Afirmação Homossexual em São Paulo (GREEN, 2000).

Também em São Paulo, alguns anos depois, em 1983, ocorreu um protesto em que mulheres lésbicas do Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) se manifestaram no *Ferro's Bar*, após serem impedidas de circular seu boletim de promoção da visibilidade lésbica, *Chana com Chana*, em um estabelecimento conhecido por agrupar setores de esquerda da capital. O evento por vezes é referenciado como “Stonewall brasileiro”, pelas semelhanças ao levante LGBT, que ocorreu nos Estados Unidos, atrelado ao início da reivindicação pública e política por direitos, como o caso do direito à ocupação de espaço e à expressão da sexualidade não-hegemônica fora do ambiente doméstico (MARTINS, 2019; BACCI, 2016).

Esses acontecimentos se passaram junto ao processo de redemocratização brasileiro, da formulação da nova constituição de 1988, e da chegada da Aids, que foi determinante para a organização do Movimento LGBT. Com a chegada do vírus, o preconceito e a discriminação contra as pessoas LGBT ficou mais explícito e, em alguma medida, fortaleceu a necessidade de organização política desse segmento.

Nos anos 90, organizações e fundos internacionais voltados ao combate à epidemia do HIV e da Aids passaram a financiar iniciativas para mitigação dos efeitos do vírus no país (MENDONÇA; ALVES; CAMPOS, 2010), aportando recursos em projetos e ações voltadas a profissionais do sexo, mulheres transexuais e homossexuais, principalmente.

Essa conjuntura ajudou a fomentar o nascimento do movimento de pessoas trans no país, quando, em 1992, surgiu a primeira organização, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), no Rio de Janeiro, liderada por Jovanna Baby. A partir do ano seguinte, mulheres trans e travestis começaram a se organizar em torno dos Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais no combate à Aids (ENTLAIDS) para discutir sobre seus direitos. Esses eventos tinham no Ministério da Saúde um importante apoiador (SIMPSON; SALES, 2018; JESUS, 2013).

Se, no movimento de mulheres trans e travestis, Jovanna Baby representa o ponto de início da organização, para o movimento de homens trans, Alexandre Peixe cumpre papel semelhante. Ele iniciou sua militância pelo reconhecimento de sua identidade de homem trans e demandas relacionadas ao acesso à saúde para homens trans. Peixe relatou que, por muito tempo, atuou como único representante da identidade transmasculina, se organizando em grupos LGBT mais amplos como a Associação da Parada do Orgulho LGBT, a qual chegou a presidir (PEIXE, MORELLI, 2018).

Segundo os relatos organizados por Peixe e Morelli (2018), foi em 2005 que ele foi registrado como o primeiro homem trans a participar de um processo de organização política, no ENTLAIDS daquele ano. Já em 2008, o ativista participou da I Conferência Nacional GLBT, sigla utilizada à época. Na ocasião, Peixe contou em texto que conheceu Lam Matos e Régis Vascon, outros homens trans que, mais à frente, fundaram uma das principais organizações de homens trans do país, o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), posteriormente trarei ao texto em mais detalhes.

Com relação à sigla “LGBT”, suas mudanças e reposicionamentos representam relações complexas e em constantes disputas, representando visibilidades e apagamentos de identidades ao longo da história. Segundo Regina Facchini (2005), além das relações de poder mais aparentes, nos bastidores, havia muitos debates sobre as “diferenças essenciais representadas por nomes - gay, lésbica, bissexual, transexual, travesti - e o debate pelo conteúdo descritivo de cada um desses termos” (FACCHINI, 2002, p. 214). Estas disputas representam um importante movimento, em

que as reivindicações das pessoas e das formas de nomear suas identidades apontam para as constantes reformulações, recriando e redimensionando as formas de referências aos corpos e afetos em nossa sociedade.

As conferências nacionais LGBT, a partir dos anos 2000, foram as grandes arenas de deliberação de questões como essa, da definição de sigla, além de ser um importante espaço de formulação das demandas do Movimento LGBT. Isso se deu impulsionado por contexto político que permitia uma maior e mais expressiva participação da sociedade civil organizada no Estado. A exemplo disso, cito a criação de diversos conselhos participativos, editais de financiamento a projetos de movimentos sociais, dentre diversas conferências temáticas, sobretudo durante as primeiras gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil.

A primeira conferência LGBT ocorreu em 2008, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”. O primeiro painel teve como objetivo apresentar uma introdução aos conceitos de orientação sexual e de identidade de gênero. Nele, Alexandre Peixe foi convidado para falar sobre a identidade de homens transexuais e apresentar algumas reivindicações. Ele expôs a necessidade de falar sobre direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o direito ao aborto, além da importância de cirurgias como a mastectomia e a dificuldades que homens trans encontram ao tentarem acessar a hormonioterapia (BRASIL, 2008, p. 24).

Em 2011, aconteceu a segunda, cujo tema “Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”. Já nesta edição, Marcelo Caetano, homem trans pioneiro no uso de nome social na UnB foi um dos relatores do evento, no entanto, além dele não identifiquei outros homens trans em painéis ou de forma destacada nos anais da conferência, mas foi possível localizar algumas pequenas menções em relacionando a identidade às reivindicações de segurança pública e à saúde.

Já a terceira e última conferência LGBT realizada (até o momento da finalização deste texto), que ocorreu em 2016 como parte de uma conferência conjunta de Direitos Humanos ao lado de outras quatro conferências: da pessoa idosa, da pessoa

com deficiência, da criança e do adolescente e de Direitos Humanos. Esta teve como tema o chamado “Por um Brasil Que Criminalize a Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” e registrou a entrada da militância de homens trans enquanto coletivo organizado nas instâncias de decisão. Era o início formal do IBRAT como representação transmasculina em espaços políticos nacionais.

Como tantos homens trans ativistas brasileiros, não participei pessoalmente de nenhuma dessas conferências, e analiso duas questões ao olhar para a participação transmasculina nessas edições. Nas duas primeiras, a representação com direito à fala foi restrita a um representante, Alexandre Peixe. Apesar do IBRAT indicar que houve a presença de outros ativistas transmasculinos, não consegui alcançar formalmente outros registros além deste.

Relembrando as Conferências anteriores, na 1ª Conferência Nacional LGBT tivemos 4 homens trans, na 2ª Conferência Nacional LGBT tivemos 6 e na presente Conferência Nacional LGBT temos quase 40 homens trans representando os mais diversos estados, coletivos, levando consigo a diversidade das identidades de gênero, das especificidades dos corpos, orientações sexuais, recortes geracionais, diversidade religiosa e raça/etnia. (BRASIL, 2016, p. 55)

Peixe, em seu ativismo, precisava verbalizar e representar as demandas de toda uma comunidade. A presença de um ativista como Peixe, que reivindicava a possibilidade de existências para homens trans, criava uma brecha na possibilidade de discutir sobre masculinidades não-cisgêneras, de observar as transidentidades além das feminilidades e impactar, por exemplo, em uma rasura na história das políticas para saúde do homem. Imputo a seu ativismo parte da razão do maior número de homens trans nas conferências anteriores.

No entanto, uma década depois da primeira conferência em que Peixe explicava sobre nossa identidade para gestores e outras pessoas ativistas LGB, me percebo ainda, em diferentes instâncias, repetindo esta mesma função que Peixe realizou tantas vezes. Explicando, facilitando, lutando sozinho em disputas com uma cis-heteronormatividade que sequer imaginava a possibilidade de nossa existência. Nós, como porta-vozes de uma identidade diversa, reivindicamos direitos essenciais e, ainda, básicos para o exercício da vida.

As articulações em torno das conferências movimentavam municípios e estados a discutir as pautas sobre gênero e sexualidade e a elegerem delegados representantes para a fase nacional. Nesse sentido, as conferências induziram a organização de movimentos e coletivos locais e as pautas da diversidade sexual e de gênero passaram a ganhar mais expressão na agenda política nacional, estadual e municipal.

Nesse íterim, entre a primeira e a terceira conferência LGBT que o movimento de homens trans começou sua estruturação no país, na qual Peixe contribuiu definitivamente.

De acordo com Simone Ávila (2014), é possível que a ampla divulgação em 2010 do Processo Transexualizador do SUS e da resolução do Conselho Federal de Medicina que autoriza algumas cirurgias para homens trans (ARÁN, 2010), possam ter influenciado uma janela de oportunidade (JASPER, 2016, p. 37) para o processo de organização política das transmasculinidades, pois, nos anos seguintes uma série de acontecimentos marcaram a organização do movimento de homens trans brasileiro.

Primeiro, em 2011 é relançada a biografia “Viagem Solitária” de João W. Nery, que foi uma das figuras com mais visibilidade midiática entre as transmasculinidades, tendo seu primeiro livro lançado em 1984, “Erro de Pessoa - João ou Joana”. Nery foi reconhecido e homenageado com seu nome no projeto de lei 5002/2013, que dispõe sobre o reconhecimento e o respeito à identidade de gênero para pessoas trans e travestis no Brasil, de autoria de Jean Wyllys e Erika Kokay.

No ano seguinte, 2012, foi fundada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), presidida por Leonardo Tenório - importante ativista pela despatologização das identidades trans, e militando a partir da região nordeste, rompendo com a predominâncias dos ativistas do centro-sul do país. A ABHT organizou, em 2013, o I Encontro de Homens Trans, com representantes majoritariamente do Norte e Nordeste. O evento contou com financiamento do Departamento de Aids/Ministério da Saúde (ÁVILA, 2014).

No entanto, rapidamente a ABHT se enfraqueceu por conflitos internos e acusações de centralização por parte da presidência, desse modo, parte da dissidência do coletivo deu origem ao Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT).

O IBRAT teve seu lançamento logo em seguida, no XX ENTLAIDS, em 2013 (CARVALHO, 2018). Um dos seus fundadores conta que, em sua concepção, estabeleceu-se a descentralização como um pilar, isto é, que o Instituto deveria ter núcleos em várias partes do país, para que estes conseguissem captar as diferentes demandas das transmasculinidades brasileiras (PEIXE, MORELLI, 2018, p. 412). Essa fala parece apontar uma tentativa de responder ao problema que inviabilizou a organização anterior.

Fiz parte do IBRAT por vários anos, entre 2016 e 2019, tanto como membro quanto como coordenador local. No Instituto pude vivenciar o quanto a ideia de centralização de poder e decisões por parte da coordenação era uma questão que merecia ser analisada. Como membro recém-chegado e jovem ativista, me incomodava a postura que os coordenadores adotavam em não possibilitar que membros locais participassem mais ativamente de discussões nacionais ou de eventos de representação. Sentia que a questão da idade e do tempo de ativismo contribuíam para as pessoas serem mais ou menos ouvidas na organização.

Por outro lado, foi também no IBRAT que tive minha primeira experiência enquanto coordenador de projetos e de equipes. Por mais de dois anos, consegui apoiar a implementação de diversas ações no Distrito Federal para pessoas trans. De organização de mutirão de retificação de nome, à implementação de ambulatório trans, passando por projeto de formação com a Organização das Nações Unidas no Brasil. Mas reconheço que, apesar do trabalho implementado, me faltava experiência laboral e emocional para propor uma organização menos rígida, isto é, acaba repetindo ações de centralização tão criticadas.

Voltando à história do IBRAT, ainda em 2013, o Instituto ocupou assento em dois espaços de muita relevância: o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT do Ministério da Saúde e o Conselho Nacional LGBT (COACCI, 2018, p. 169).

Após dois anos, o IBRAT conseguiu estabelecer núcleos em quase todos os estados do país e, no mesmo ano, organizou o I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), que ocorreu presencialmente na Universidade de São Paulo. Este momento foi acompanhado por mais de cem homens trans e diversos pesquisadores e gestores públicos. Entendo este episódio como a ratificação e entrada definitiva da organização transmasculina para o ativismo nacional. Algo semelhante, talvez, possa ocorrer nos próximos anos com a emergência das organizações de pessoas não-binárias e intersexo no país.

Neste evento foi registrado um grande debate para inclusão de pessoas não-binárias transmasculinas na organização. Alguns dos dirigentes relataram ter recebido a reivindicação com surpresa e receio, como se houvesse ocorrido em conflito geracional anunciado. Conceitos em inglês, as discussões sobre teoria *queer* e o fato das pessoas que reivindicavam a “inclusão” da identidade transmasculina serem demasiado jovens, brancos com maior escolaridade do que os ativistas que estavam mais à frente da organização do coletivo (CARVALHO, 2018; PEIXE; MORELLI, 2018, p. 413).

À época, o instituto era coordenado por Luck Palhano, figura que conseguia simbolizar e aglutinar diferentes estratificações da identidade transmasculina, no entanto, o IBRAT, que parecia estar em amplo processo de expansão e consolidação, buscando processos de formalização (validação do estatuto social e registro no CNPJ), sentiu o afastamento deste seu líder. Luciano anunciou uma série de processos individuais que não mais o permitiram o exercício de seu cargo, o que impactou o processo de mobilização e institucionalização do coletivo por algum tempo. (COACCI, 2018).

Com a saída de Luciano e com a ausência de uma figura que conseguisse convergir tantas expressões de transmasculinidades do país, o Instituto foi perdendo

espaço e arrefecendo sua participação política. Vários núcleos passaram a se declarar autônomos e se transformarem em outros coletivos de homens trans, e a maioria dos militantes concentrou seus esforços em iniciativas regionais. Sob minha coordenação, o núcleo do DF por alguns meses adotou o nome “Coletivo de Homens Trans” como forma de ter mais autonomia para realizar suas atividades por não conseguir dialogar com a coordenação que assumiu após a saída de Palhano.

Porém, com a chegada da pandemia de covid-19, os diálogos nacionais e a necessidade de reestruturação de um movimento de homens trans em nível nacional foi retomado. Uma nova eleição foi realizada em 2020, após quase três anos de atividades estagnadas. Participei deste momento para votar e apoiar a eleição de Kaio Lemos, ativista cearense que estava se destacando pelos trabalhos no em prol de moradia e garantia de direitos para homens trans nordestinos. Ele foi escolhido unanimemente como coordenador nacional do IBRAT<sup>3</sup> e sua gestão conseguiu restabelecer diversos núcleos pelo país além de expandir para redes latinoamericanas.

---

<sup>3</sup> Notícia disponível no perfil oficial da organização:  
<https://www.facebook.com/ATRANSCE/posts/2438527496456078>;

Figura 3 - Membros eleitos tomam posse da nova gestão do IBRAT, 2020



Fonte: Página no Facebook da Associação Transmasculina do Ceará

Conforme observado pelo histórico apresentado, no entanto, a posse do presidente da república, Jair Bolsonaro (2019 -2022), líder político que em diversas ocasiões manifestou-se contrário aos direitos da população LGBT, incidiu sobre a organização do Ministério da Saúde. O antigo “Departamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), AIDS e Hepatites Virais”, deu lugar ao “Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis”, mudança que foi objeto de manifestação por diversas organizações da Sociedade Civil, as quais chegaram a indicar este ato como o “fim” de políticas para a Aids no país<sup>4</sup>.

<sup>4</sup>Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/23/e-o-fim-do-programa-brasileiro-de-aids-denuncia-movimento-social>

O “fim” ou a redução dos recursos para a política de HIV/Aids no país significa um impacto direto em uma das principais fontes de financiamento de ações de organizações LGBT, sobretudo de pessoas trans que são um dos grupos-chave para a temática.

Cleyton Feitosa (2021) argumenta que a gestão de Bolsonaro tem atuado para promover uma desinstitucionalização das políticas LGBT no Estado, dentre elas, o Decreto nº 9.759/19 que revogou dezenas de instâncias de participação social, incluindo o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD). Este colegiado seria o responsável pela execução da IV Conferência Nacional LGBT, que havia sido convocada em 2018, ainda no governo anterior, cujo tema seria “A Garantia do Direito à Diversidade Sexual e de Gênero para a Conquista da Democracia”, porém, ela não ocorreu.

Todavia, a conjuntura brasileira que já se mostrava desafiadora para os movimentos sociais que trabalham para assegurar direitos humanos, agrava-se no ano de 2020 com a pandemia da Covid-19. Nesse contexto, movimentos sociais de pessoas trans realizaram diversas campanhas de solidariedade<sup>5</sup>, sobretudo motivados pela preocupação de grande parte de sua comunidade estar em vulnerabilidade social e possuir relações de trabalhos predominantemente informais, como a prostituição (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

A realização da IV Conferência é aguardada por muitos ativistas para rever, entre outras coisas, a sigla, bem como a situação da população LGBTQIAP+ no país. Atualmente, a sigla é alvo de questionamentos para a incorporação de outras identidades, tais quais: intersexo, pansexuais, assexuais, *queer*, e o símbolo “+” que visa indicar a contemplação de outras possibilidades de gênero e orientação sexual.

---

<sup>5</sup>Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/07/03/interna-brasil,869131/ativistas-oferecem-auxilio-para-transexuais-durante-pandemia.shtml>

Porém, não há consenso sobre a reorganização da sigla e a falta de um espaço nacional de deliberação impacta o entendimento coletivo sobre o tema.

As conferências são primordiais para a identificação das necessidades da população e para orientação de construção de políticas públicas e afirmação de direitos. Preocupo-me se, e quando, esta conferência ocorrerá, levando em consideração que a pandemia nos trouxe novos desafios e aprofundou as desigualdades preexistentes, faz-se ainda mais necessária a realização de um evento com esse caráter político e social.

Por outro lado, antes da pandemia de COVID-19, uma outra manifestação importante e até bem mais conhecida popularmente como um lugar de visibilidade da comunidade LGBT eram as paradas do Orgulho, nas quais uma grande quantidade de pessoas saíam às ruas em diferentes cidades do Brasil para hastear a bandeira colorida.

Ao longo de 23 anos em que paradas LGBT aconteceram no Brasil, se em 1997, na cidade de São Paulo, cerca de duas mil pessoas foram às ruas da capital (NETTO, 2006), na edição antes da pandemia, ocorrida em 2019, estimou-se um público de quase três milhões de pessoas na Avenida Paulista, sendo atualmente reconhecida como uma das paradas de orgulho LGBT com maior adesão popular em todo o mundo (PINHONI, 2019).

No bojo desses debates apresentados, que vão da constituição de movimentos sociais LGBT às paradas de orgulho, passando por instâncias de participação e controle social, que travestis e mulheres e homens trans conquistam mais visibilidade e alguns direitos. Aos poucos, estas organizações e ativistas vão incidindo na agenda pública e mostrando possibilidades de pensar gênero para além dos moldes tradicionais, qual seja, a perspectiva cisgênera e binária<sup>6</sup>, que determinam, a partir da genitália, o gênero e os papéis sociais que o indivíduo poderá exercer ao longo da vida.

---

<sup>6</sup> Perspectiva na qual designa-se anteriormente ao nascimento, de acordo com a sua genitália, a pessoa como do gênero feminino ou masculino, chancelada pelo saber médico tradicional.

No âmbito da disputa pela cidadania trans, a segunda década dos anos 2000, foi importante para a conquista de alguns direitos reivindicados pelos movimentos organizados de travestis e pessoas trans no Brasil. Para citar algumas dessas conquistas, em 2016 foi publicado o Decreto Federal Nº 8.727, que regulamentou a utilização do nome social em âmbito federal; em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu unanimemente pelo direito de pessoas trans e travestis alterarem o registro civil sem necessitar recorrer à instância judicial nem de utilizar laudos médicos para comprovar sua transexualidade; em 2019 o Ministério da Saúde autorizou a cirurgia de redesignação sexual para homens trans e, novamente, o STF decidiu pela criminalização da LGBTfobia, equiparando-a ao crime de racismo.

A conquista de algumas garantias civis e a maior representação social da população trans foi acompanhada por um crescimento de setores opostos às agendas de direitos humanos em todo o país, sob o pretexto de combater a “ideologia de gênero” grupos de direita e/ou fundamentalistas religiosos estimularam uma agenda política contra os direitos de LGBT e mulheres. Desde então, houve episódios de perseguição de ativistas e espaços de promoção da arte LGBT. Um exemplo disso foi o fechamento da exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em 2017, após forte mobilização desses grupos, neste caso liderado pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que associava as obras a supostas denúncias de pedofilia e de suposto desrespeito ao cristianismo. O fechamento da exposição gerou outras mobilizações apontando censura e reivindicando liberdade de expressão.

Esses movimentos de perseguições a eventos, produções culturais que tenham pessoas LGBT, são utilizados por várias figuras, como o caso do Ex-prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, como possível forma de polarização e estratégia de engajamento político que solicitou a retirada de um livro de história em quadrinhos por conter um beijo entre dois homens, em setembro de 2019.

Figura 4 - Capa da Folha de São Paulo, 07 de setembro de 2019.

# FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 99 ★ Nº 33.029

SÁBADO, 7 DE SETEMBRO DE 2019

EDIÇÃO SP/DF ★ CONCLUÍDA ÀS 03H30 ★ R\$ 5,00

## Crivella tenta censurar HQ com beijo gay, mas é barrado

O prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB), anunciou na noite de quinta que recolheria uma obra de quadrinhos com um beijo gay, exposta na Bienal do Livro. Ontem, enviou fiscais à procura de títulos com suposto conteúdo pornográfico — a equipe nada achou. Em liminar, a Justiça vetou qualquer apreensão. *Ilustrada A34*

### ANÁLISE

**Renan Quinalha**  
Argumento de que obra fere o ECA não se sustenta *A18*

### ANÁLISE

**Diogo Bercito**  
Polêmica cheira a mofo; heróis gays existem há muito *A18*

## Bolsonaro se alinha mais a evangélicos ante rejeição

Diante da avaliação popular em queda, Jair Bolsonaro iniciou articulação para se aproximar ainda mais de evangélicos. O grupo, que representa 29% dos brasileiros, é o que menos reprova o governo (27%, segundo o Datafolha). O presidente aposta neles para se blindar de ações do Congresso e se fortalecer pela reeleição. *Poder 44*

A cena da HQ "Vingadores - A Cruzada das Crianças", da Marvel, alvo do prefeito do Rio



## País espera crescimento abaixo de 2% em 2020

Datafolha aponta queda no otimismo com a situação econômica; para 59%, Brasil não volta a reagir tão cedo

Economistas de importantes bancos e consultorias têm revisado suas projeções de crescimento para níveis inferiores a 2% em 2020. Se o cenário se concretizar, será o quarto ano consecutivo em que o Brasil verá expansão abaixo dessa marca.

Fatores como a recente desaceleração da economia global, a guerra comercial entre China e Estados Unidos, a crise política e financeira na Argentina e um volume muito baixo de investimentos no Brasil contribuem para a reavaliação.

Ontem, o Bradesco reduziu de 2,2% para 1,9% sua previsão para o próximo ano. "Essa mudança é ligada principalmente ao cenário externo", diz Fernando Honorato Barbosa, economista-chefe da instituição.

A expectativa de recuperação caiu também entre a população. Pesquisa Datafolha mostra que 40% dos brasileiros avaliam que a situação do país vai melhorar, patamar mais baixo em um ano. Em dezembro de 2018, 65% dos entrevistados estavam otimistas. *Mercado A27*

## Aras se aproximou do governo após liberar licitação

Indicado para assumir a Procuradoria-Geral da República, Augusto Aras se aproximou do governo em março ao liberar a licitação do tramo central da Ferrovia Norte-Sul — que um mês antes recomendara suspender. *Poder 46*

## Garoto torturado em mercado usa crack e vive na rua

Jovem torturado em supermercado da zona sul de São Paulo foi parar nas ruas quando ainda era muito pequeno. Não sabe ler nem escrever e sobrevive pedindo esmolas. Juiz avalia deixá-lo sob os cuidados do irmão. *Cotidiano B15*

## Covas assina novos contratos de ônibus, e greve acaba em SP *B1*

Legenda: Capa da Folha de São Paulo destacando a tentativa de censura por parte do prefeito Marcelo Crivella.

O evento acima é um de tantos outros que representam o avanço destes grupos contrários aos direitos e às liberdades recém-adquiridas, se colocado em perspectiva nossa recente democracia. No âmbito legislativo, também ocorreram tentativas de retrocesso em direitos, dentre outras, o Projeto de Lei nº 346/2019, na Assembleia

Legislativa de São Paulo, cuja ementa propunha reconhecer “o sexo biológico como o único critério para definição do gênero de competidores em partidas esportivas oficiais no Estado”, um movimento claro para cercear a população trans de práticas profissionais esportivas. Projetos de lei como este tem conexão com diversos dados que apontam um alto índice de desemprego de pessoas trans atrelado a estigmas e discriminações que impactam diretamente na circulação desses corpos nos mais variados lugares, como as arenas esportivas, por exemplo.

Neste contexto de acirramento de disputas e tentativas de restrição de direitos, os impactos da pandemia de COVID-19 no ano de 2020 agravaram a situação socioeconômica da população brasileira e afetaram, ainda mais, as relações de trabalho. Os grupos organizados de ativistas trans e travestis viram-se impelidos a direcionar seus esforços para apoiar outras pessoas trans em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, por meio de diversas iniciativas pelo país para distribuição de cestas básicas, materiais de higiene e auxílios financeiros, como as ações promovidas pela campanha TColettive que coordenei entre os primeiros meses de pandemia.

A TColettive foi uma campanha de apoio socioeconômico para pessoas trans, travestis e migrantes LGBT moradores do Distrito Federal durante o primeiro ano de pandemia, na qual fiz parte como um dos coordenadores ao lado de Ludymilla Santiago, Leonardo Cruz, Lua Stabile, Hugo Carvalho, Melissa Massayury, Nathália Vasconcelos, Aru Macedo e Kona Zion. Com o objetivo de levantar fundos, identificar pessoas trans em alta vulnerabilidade, fazer repasse de auxílios financeiros e de cestas básicas<sup>7</sup>, a campanha arrecadou quase cem mil reais entre doações, editais de apoios nacionais e internacionais, e realizou dezenas de transferências de auxílios financeiros, máscaras, cestas básicas.

---

<sup>7</sup> Ver mais sobre a Campanha na página oficial, disponível em: <https://www.instagram.com/tcolettive/?hl=en>

Figura 5 - Postagens da campanha Tcolettive



Legenda: Duas capturas de tela da página oficial da campanha Tcolettive em seu Instagram oficial (<https://www.instagram.com/tcolettive/>)

Após a estruturação da Tcolettive, contamos com apoio de cis-alides, pessoas cisgênero que se voluntariaram a contribuir com a mobilização, Mariana Mota, Barbara Medeiros e Pedro Peralta. Outras pessoas trans passaram a apoiar na coordenação das atividades, porém, à medida que a pandemia se prolongou, a campanha que era para ser uma ação emergencial foi se enfraquecendo e os integrantes foram retomando suas atividades pré-pandêmicas. Um serviço de apoio assistencial como esta demanda um nível de organização e de disponibilidade alto para ser gerido voluntariamente por pessoas, ainda que ativistas com experiência, sobretudo em um contexto de crise prolongada.

Outro fator que impactou a continuidade foi sobreposição de camadas e de papéis das pessoas envolvidas na organização. Membros que trabalhavam juntos, amiga/os de longas datas, namorades, esposas, companheiros de outros espaços de militância. O que resultava em um ambiente de barreiras borradas no limite do particular e do coletivo, impactando diretamente nas funções e processos de deliberação e governança internos.

Enquanto finalizo a escrita dessa pesquisa, em maio de 2022, a disseminação da COVID-19 ainda segue e não dá sinais de que tão breve cessará. Além do

prolongado período de pandemia que, no primeiro momento fomentou a mobilização solidária, agora encontra dificuldade para se perpetuar. E, ainda que o Censo nacional não tenha sido realizado, a inflação, o preço dos produtos nos mercados e a maior percepção da quantidade de pessoas em situação de rua, apontam para um profundo impacto socioeconômico causado pela pandemia.

O isolamento social dificultou a articulação das redes de ativismo trans no DF, seja pela falta de recursos para subsistência que muitas dessas pessoas relatam, pelo estresse do acúmulo de trabalho (por vezes precarizado, não-remunerado), pela superexposição às telas ou pelo luto de centenas de milhares de mortos pela Covid-19 no país.

Utilizo esta contextualização política sobre a situação LGBT no Brasil, trazendo alguns elementos para montar o pano de fundo desta dissertação, articulando a organização de movimentos LGBT no Brasil, a reivindicação e a conquista de alguns direitos e a reconfiguração social provocada pela pandemia para analisar o lugar de onde foi produzido esta pesquisa. Selecionei essas informações, pois sinalizam uma trajetória política para analisar o contexto atual e para compreender algumas das relações sociais que envolvem a emergência de identidades transmasculinas no país, dentre elas, a formação de minha identidade.

Este processo de analisar e articular desde grandes instâncias de poder, como o STF, às pequenas organizações comunitárias, como as campanhas de solidariedade entre pessoas trans descritas acima, ajudam a mim e a quem lê estas linhas a iluminar o caminho pelo qual esta autoetnografia se desenvolve. Todos esses elementos estão relacionados ao contexto político, econômico e cultural do país que materializam o lugar em que penso, analiso e problematizo a construção de uma juventude transmasculina, sujeita a estes processos e ativa na busca por uma ampliação de direitos e políticas públicas para tantas outras juventudes transmasculinas na continentalização do Brasil.

Para mim, é impossível falar sobre transmasculinidades e homens trans se me reportar à história de João Nery, que desde 1984 levantou por demasiadas vezes a bandeira da identidade sozinho. Ou mesmo de refletir sobre meu ativismo sem

considerar que Alexandre Peixe defendeu sua identidade em conferências para milhares de pessoas de todo o país. Que ambos, ao escreverem sua vida na história deste país, impactam diretamente na forma que eu tenho hoje, e que me apoiam a pensar e a construir caminhos em direção a uma vida com direitos, com possibilidade de ser experimentada em toda sua extensão.

No próximo tópico desta autoetnografia trago algumas das biografias produzidas por transmasculinos no Brasil para ajudar na compreensão de como outros homens trans, e às vezes também ativistas, têm se pensado individual e coletivamente. Esse diálogo que proponho ao longo do texto, de me referir a produções individuais inscritas em uma teia de significados coletivos, apoiam na construção do arquivo transmasculino brasileiro, conseqüentemente, ajudam a projetar uma noção daquilo que evoco como juventude transmasculina.

## 2. AUTONARRATIVAS DE UMA IDENTIDADE: TRANSMASCULINIDADES EM TEXTO

### 2.1 Algumas produções autobiográficas de pessoas transmasculinas no Brasil

Nesta seção, trago algumas das produções alcançadas por esta pesquisa feitas por e sobre transmasculinidades. Destaco que se trata de algumas das produções, pois, ainda que utilizado uma pesquisa abrangente em diferentes fontes, creio que certamente não atingiu a totalidade das obras produzidas por transmasculinos no país, mas que o aglomerado citado aqui representa parte importante dessas produções.

As primeiras obras que alcancei, remetem ao começo dos anos 80. A primeira delas, em 1982, é de Anderson Herzer, *A Queda Para o Alto*. Publicada em diversas edições com apenas com o sobrenome do autor, a obra é caracterizada por um conjunto de textos autobiográficos e poemas em que narra sua breve e intensa vida. Até 2020, seu livro teve 25 reimpressões. Herzer era conhecido pelo apelido “bigode” e, apesar de à época não haver a organização política nem a visibilidade social das transmasculinidades, ele apresentava em seus textos uma identificação com a identidade masculina e expressava essa reivindicação entre seus amigos.

No mesmo ano em que o livro foi publicado, aos seus vinte anos Herzer, sua vida é interrompida ao saltar de um viaduto no centro da capital de São Paulo. Ao ler seus textos, consigo perceber que muitas das produções refletem um abandono afetivo, que foi refletido quando o autor narra que sua família o entregou à Fundação Estadual para o Bem-estar do Menor (FEBEM) em sua adolescência, cultivando uma tristeza e melancolia que podem ser observadas no fragmento abaixo, que trata diretamente da temática da morte.

[...] Morte de um poeta  
Uma palavra...  
Talvez de alegria ou talvez de tristeza.  
Será que alguém teria prantos para  
esse momento,  
teria voz, ou sequer um gesto para  
esse momento?  
Talvez nada possa existir agora nem  
mesmo vida...  
Porque acabaram-se as existências  
porque já é morto um pedido de vida,

agora morreu um ser que descreveu  
em vida,  
toda a beleza de uma lágrima,  
todo o sentido de um grito surdo.  
Morreu agora... o Poeta. Silêncio. [...]  
(HERZER, 1882)

Nesse excerto, além da melancolia e do abandono, é possível identificar uma denúncia de silenciamento, o “grito surdo” e o silêncio utilizados como desfecho de uma vida breve e incompreendida. Nesse breve período em que Herzer viveu, ele usou as palavras para marcar na história sua existência, e quarenta anos depois, a história ainda se repete com outros jovens transmasculinos no país, ano após ano. Ao escrever este parágrafo, minhas memórias me trazem tantos outros nomes de jovens trans com trajetórias parecidas, dezenas de nomes e um sentimento profundo de que, apesar dos avanços, o desafio emocional de ser um homem trans no Brasil insiste em encerrar dezenas de vidas.

Demétrio Campos, em 2020, aos seus vinte e três anos, foi um desses homens trans que sucumbiram ao suicídio. Ele era um artista negro que tinha bastante visibilidade em suas mídias sociais. Antes de sua morte, gravou vídeos demonstrando sinais de seu sofrimento, tal qual os poemas de Herzer.

O suicídio entra em um lugar extremamente difícil de analisar e de entender. Pessoalmente, no início do meu processo de transição eu idealizei e me coloquei nesse lugar de questionamento da vida. Cheguei a ter ideiação suicida, planejar, tentar, mas tive comigo amigas e colegas, em sua maioria outras pessoas LGBT que me acolheram, me encaminharam para serviços especializados e, graças a essa rede de apoio, hoje estou vivo e escrevo este trabalho. Mas quando penso que a história de Herzer se repete ano após ano, questiono qual a responsabilidade que plataformas virtuais como o Instagram, onde Demétrio postava os vídeos dizendo que queria atentar contra a própria vida, teriam em impedir que algo assim acontecesse?

Amara Moira (2017) entende que há grande responsabilidade da sociedade em eventos como esse. Em suas palavras, “a sociedade nos fazia doentes e talvez já seja hora de ela reconhecer sua parcela de culpa em nossa loucura, sua responsabilidade

em não conseguir nos fazer segundo aquilo que nos criou para ser.” (MOIRA, 2017, p. 367).

A autora sugere que a patologização das identidades trans promove adoecimento psíquico e, dessa forma, o cis-tema constituído, ao qual pessoas trans estão vinculadas, é causador de processos de violências externas e internas, como o suicídio. Conecto-me à vida e à obra destes jovens, pois me reconheço neste universo partilhado de experiências, temo por tantos outros que me relaciono e partilham comigo histórias de sofrimento e adoecimento. Histórias individuais que se reproduzem e se relacionam tendo como pano de fundo a transfobia.

Herzer e Demétrio são alguns dos nomes que, talvez devido às projeções que tiveram com seu fazer artístico, conquistaram de forma trágica visibilidade para si e para identidade transmasculina. No entanto, um dos objetivos que tenho ao pesquisar, difundir e produzir sobre os arquivos transmasculinos é que as obras e os trabalhos transmasculinos sejam também visibilizados positivamente, compartilhando referenciais positivos para registro na história.

Em março de 2022, uma campanha virtual foi iniciada por homens trans após a repercussão de outro suicídio transmasculino. Novamente anunciado pelo Instagram, Paulo Vaz, um ativista mineiro postou um stories falando sobre saúde mental e, em seguida, publicou seu endereço pedindo uma perícia. Algumas horas depois foi confirmado seu falecimento. Logo em seguida, a notícia repercutiu nas redes e alguns sites de notícias e foi iniciada uma campanha espontânea para visibilizar de outra forma as transmasculinidades.

Figura 6 - Matéria no G1 sobre viralização após morte de ativista trans.



Fonte: Sitio do G1 Piauí. <sup>8</sup>

O psicólogo transmasculino Jamil Ribeiro fez uma publicação dizendo "eu não quero minha foto em uma notícia triste" e fez um apelo que virou uma campanha replicada por diversos de outros transmasculinos: 'procura-se fotos de meninos trans vivos'. Logo em seguida, centenas de outros homens trans repostaram as mensagens ao lado de suas fotos como uma forma também de responder à violência e à invisibilidade de pautas positivas sobre as transmasculinidades.

Voltando à linha histórica das publicações textos, dois anos depois do lançamento e da morte de Herzer, em 1984, João W. Nery lançou seu primeiro livro autobiográfico *Erro de Pessoa: João ou Joana?*. Desde então Nery esporadicamente circulava entre alguns jornais e programas de tevê, a exemplo da entrevista concedida para Folha de São Paulo em 1985 e assim foi se consolidando como uma das principais figuras representativas da identidade transmasculina no país.

---

<sup>8</sup>Rede de apoio a transgêneros viraliza após morte de ativista em SP: 'procura-se fotos de meninos trans vivos'. G1. Acesso em: 21 de abril de 2022. Disponível em <<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/03/23/rede-de-apoio-a-transgeneros-viraliza-apos-morte-de-ativista-em-sp-procura-se-fotos-de-meninos-trans-vivos.ghtml>>



Brasil. Seu pioneirismo é reconhecido por narrar sua vida ao grande público, incluindo passagens que desafiavam as ordens legais e médicas que proibiam as cirurgias de adequação genital para homens trans. Procedimentos médicos que só foram consentidos plenamente aos homens trans, no sentido da autorização expressa pelo ministério da saúde, em 2019.

No final dos anos setenta, João conta, pouco era sabido sobre a identidade transmasculina, seja por profissionais da saúde, pela mídia ou até mesmo pelas próprias pessoas trans, como ele. Em seus textos, ele relata que mesmo se reconhecendo com o gênero diferente daquele que havia sido designado em seu nascimento, encontrava dificuldades na forma de nomear sua identidade, talvez por falta de referências.

João compartilhou sua história diversas vezes através de livros, entrevistas, artigos e dezenas de palestras pelo país. Dentre seus livros, o primeiro, já supracitado, *Erro de pessoa: João ou Joana?* (1984), depois, aos 60 anos, lançou *Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois*, sendo seu título mais conhecido e central na discussão das transmasculinidades brasileiras e, por fim, teve a publicação póstuma de *Velhice transviada* (2018), em que narra seu processo de envelhecimento.

Milhares de outras pessoas foram influenciadas direta ou indiretamente por suas obras. Seja por meio da identificação pessoal com suas histórias, seja pela organização de movimentos sociais, a exemplo da *Liga Transmasculina Carioca João W. Nery*, que funciona como grupo de acolhimento e reivindicação dos direitos de pessoas transmasculinas, dando continuidade em partes ao trabalho feito por Nery.

Nos primeiros capítulos de seu livro mais expoente, *Viagem Solitária*, Nery narra memórias da sua infância. O autor conta como, desde os primeiros anos de vida, aprendeu a usar a imaginação para construir um mundo em que pudesse existir, que coubesse sua masculinidade. Uma das maneiras que João Nery utilizava para isso, era mentalizar que era chamado no masculino pela sua família, entre uma busca por estratégia e resiliência para sobreviver.

No quinto capítulo, *Corpo trans-tornado*, que João intensifica sua procura por um nome para sua identidade. Ele afirma que “[...] desconhecia todas as categorias

‘inventadas’ em meados do século XX. Sabia que não era aprovado pela maioria. Em que grupo existente eu me enquadrava?” (NERY, 2011, p.45). Sabia desde suas primeiras lembranças que não era o que consideravam como “normal”, pois havia um descompasso com a forma que ele se via e como seus pais gostariam que ele se mostrasse, usando vestidos e enfeites tipicamente associados à feminilidade. No entanto, ele também não se identificava com as definições de homossexual.

Por essa incompatibilidade da minha mente com as partes do meu corpo, numa inversão total de imagem, tornei-me, cada vez mais, um ser angustiado. [...] nessa angústia, nada me ameaçava claramente. Não havia um objeto a ser enfrentado para prosseguir minha caminhada existencial. Percebi, então, que o “sem sentido” e o “sem valor” da minha angústia me tornavam um estrangeiro neste mundo tão cheio de categorias. A ironia era precisar de um rótulo, do que todos tentam fugir. (NERY, 2011. p.45)

A partir desse trecho, podemos entender um pouco do caminho que João começava a percorrer em busca de sua identidade. A negação aparece com mais facilidade, ele já sabia o que não era, entretanto, questionava o que então ele poderia ser.

Ao completar quatorze anos, João teve sua primeira “monstruação”. A forma de nomear a menstruação já indicava o demasiado incômodo com a questão. Este termo usado hoje por vários homens trans, indica sobre a forte influência do autor na organização de processos compartilhados das transmasculinidades. Para Nery, “monstruar” era como uma sentença daquilo que ele queria se distanciar, de um marcador fortemente associado à mulheridade.

Para mim, apesar da menstruação ter parado de acontecer a partir da primeira dose de testosterona que tomei, nunca tive problema com a questão. Entendo como um processo natural do corpo, que pouco tem a ver com meu gênero ou com a forma que eu identifico e construo minha identidade. No entanto, é impossível negar a forte associação cultural deste processo às mulheres.

Hoje, é possível promover tensões sobre processos considerados masculinos ou femininos, ativistas transmasculinos têm se colocado na arena para discussão sobre aborto, sobre gestão e sobre menstruação, propondo linguagens mais

inclusivas, por exemplo, a utilização de termos como “corpos que menstruam” e “pessoas grávidas”. Algumas marcas também têm investido em produtos voltados às necessidades menstruais de homens trans, como é o caso da “cueca absorvente”<sup>10</sup> da marca *Pantys*, que divulgou uma campanha com homens trans.

Figura 8 - campanha Pantys, cueca absorvente, 2021.



Fonte: Site da marca Pantys.

<sup>10</sup> Disponível em <<https://www.pantys.com.br/products/boxer>>, acesso em 26/06/2021.

Além das obras de João e Herzer, outros títulos foram encontrados entre os anos de 1982, ano de registro do primeiro título publicado por um homem trans no Brasil, até abril de 2022. Destes títulos, mais de 80% foram publicados na última década, sobretudo após a publicação do livro de João W. Nery, em 2011, e a repercussão que sua história gerou na mídia. Apesar disso, o quantitativo de texto ainda se mostra baixo, poucos títulos publicados dentro de quase quarenta anos demonstram a importância de levar em consideração as dinâmicas de poder e de disputa por visibilidade social.

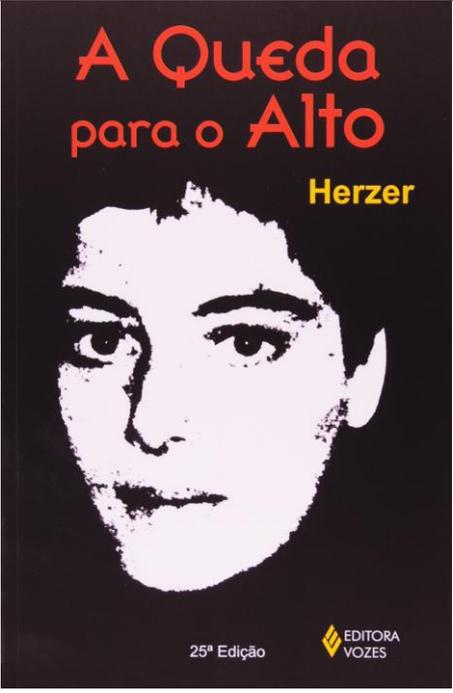
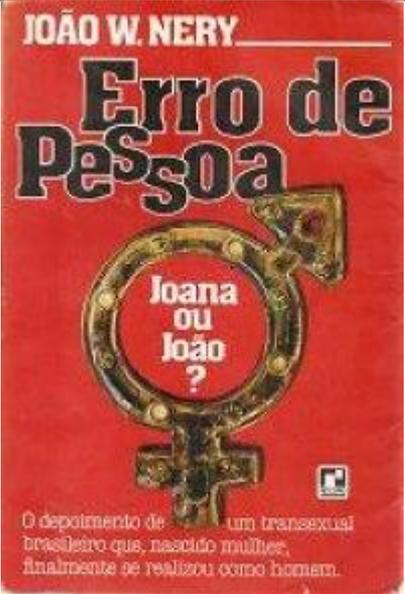
Essa falta de protagonismo e visibilidade social foi discutida em 2021, após a parada da 25ª parada do orgulho LGBTQ+ de São Paulo. O Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) e o Coletivo de Artistas Transmasculines (CATS) produziram uma petição pública<sup>11</sup> cobrando representatividade transmasculina em eventos LGBTQ. Segundo os organizadores da petição, em um evento com mais de dez horas de duração, homens trans e transmasculines tiveram apenas dois minutos de espaço de fala, o que nos leva a refletir que os avanços em termos de visibilidade ainda são precários.

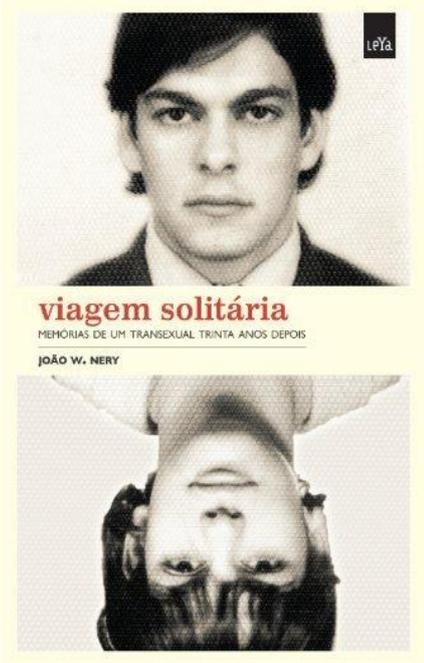
Abaixo, esquematizo em um quadro o mapeamento de algumas produções biográficas realizadas por homens trans no Brasil, a fim proporcionar uma visão geral das publicações a partir de seu ano de publicação, autor, título, editora e capa.

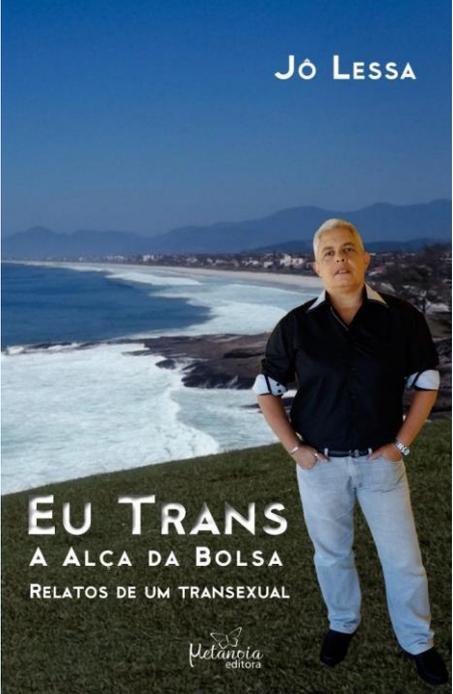
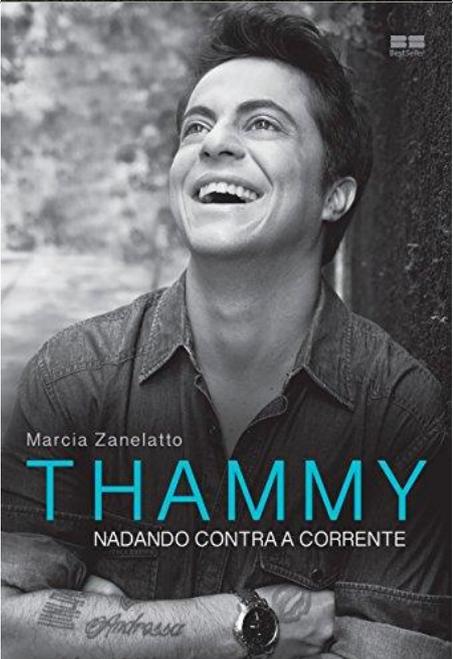
**Quadro 1** – Algumas biografias produzidas por homens trans no Brasil

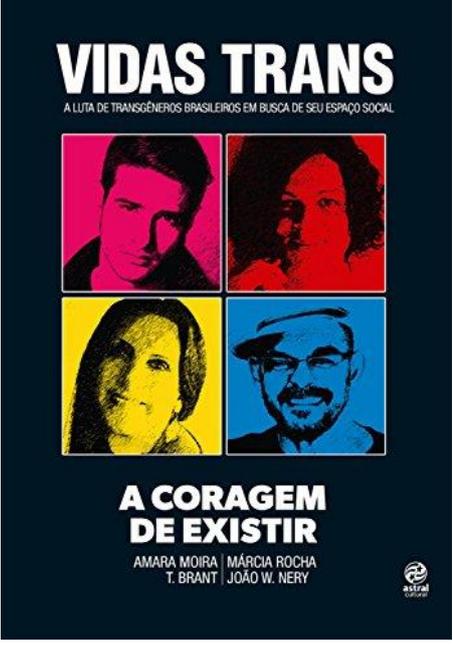
Ano	Autor	Título	Editora	Capa
1982	(Anderson) Herzer	A Queda Para o Alto	Vozes	A Queda Para o Alto

<sup>11</sup> Petição “Por mais representatividade transmasculina na parada LGBTQIA+ de São Paulo!” Disponível em: <https://www.change.org/p/paradasp-por-mais-representatividade-transmasculina-na-parada-lgbtqia-de-s%C3%A3o-paulo>

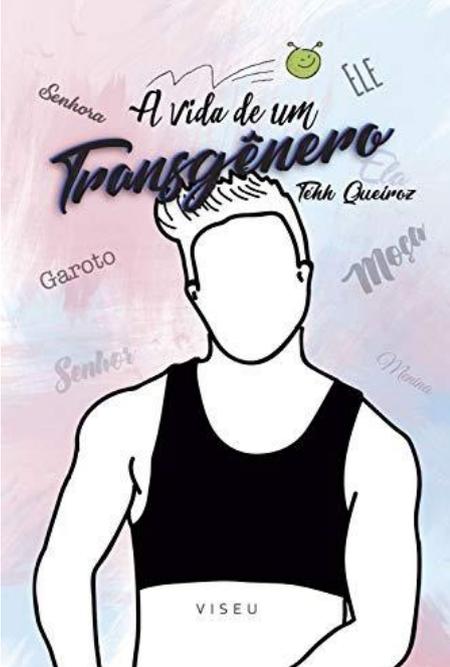
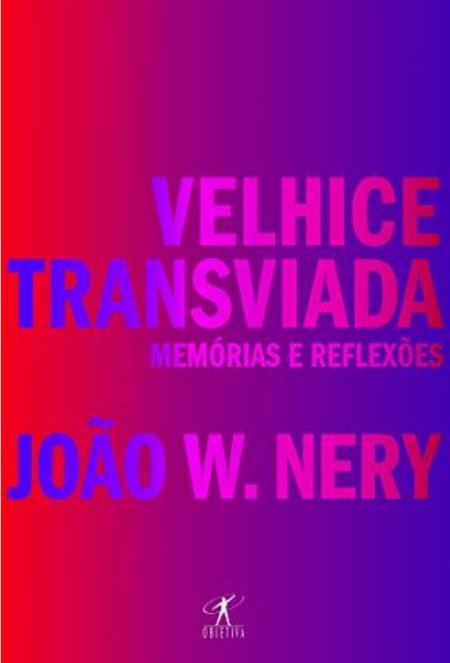
					
1984	João W. Nery	Erro de Pessoa - João ou Joana?	de - ou	Record	

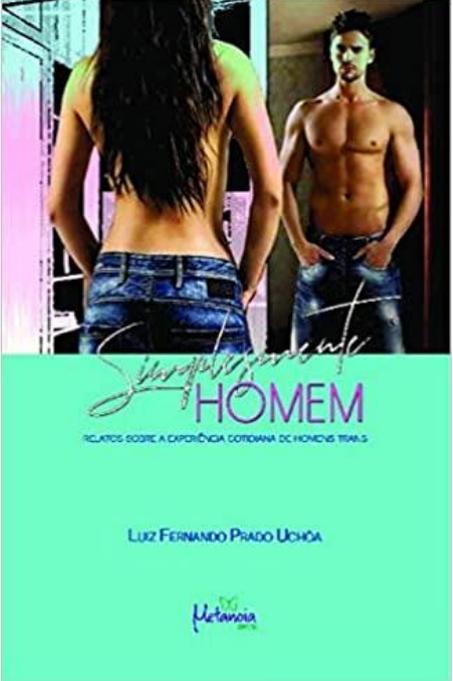
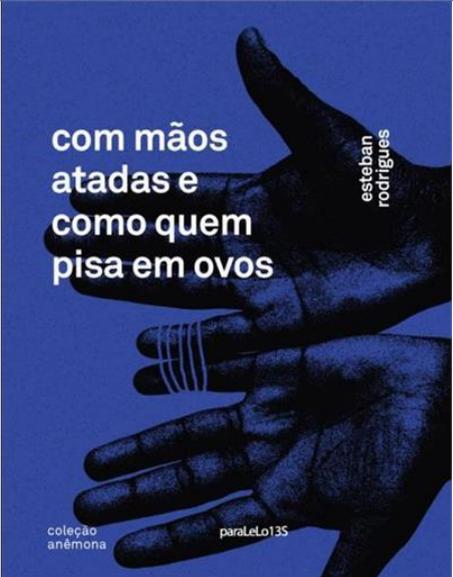
2011	João W. Nery	A viagem solitária - Memórias de um transexual 30 anos depois	Leya	 <p>viagem solitária MEMÓRIAS DE UM TRANSEXUAL TRINTA ANOS DEPOIS JOÃO W. NERY</p>
2013	Leo Moreira Sá	Lou&Leo: documentário o cênico	n/a	 <p>LOU &amp; LEO "Uma moda não define quem soudo nos limites tem nada nos sujeitos mas a liberdade para nunca própria substância" C. de Oliveira</p> <p>argumento e situação LEO MOREIRA SÁ direção NELSON BASKERVILLE</p> <p>terças e quartas / cinema e ambiente 21 horas março 8530 / maio 8515 Salvador - Praça Bonassini 214 Info: 111 9258 6345 projetoledoo.com</p>

2014	Eu Trans - A alça da bolsa	Jô Lessa	Metanoia	
2015	Thammy Miranda e Marcia Zanellato	Thammy Nadando contra corrente	- a Best-seller	

2017	Amara Moira, João W. Nery, Márcia Rocha e T. (Tarso) Brant	Vidas trans: A coragem de existir	Astral Cultural	
2018	Bruno Santana	Amar Devagari- nho	Padê Editorial	<p><b>padê editorial</b></p> <p><b>bruno santana</b></p> <p><b>amar devagarinho...</b></p>

2018	Preto Téo	EP	Padê Editorial	
2018	Esteban Rodrigues	Sal a Gosto	Padê Editorial	

2018	Téhh Queiroz	A vida de um transgênero	Viséu	
2019	João W. Nery	Velhice Transviada	Objetiva	

2020	Luiz Fernando Prado Uchoa	Simplesment e Homem: relatos sobre a experiência cotidiana de homens trans	Metanoia	
2021	Esteban Rodrigues	Com mãos atadas e como quem pisa em ovos	paraLeLo 13S	

2022	Bruno Santana, Leonardo Peçanha, Vércio Gonçalves Conceição.	Transmasculinidades Negras - Narrativas plurais em primeira pessoa	Ciclo Contínuo Editorial	
------	--	--	--------------------------	--

Fonte: quadro elaborado pelo autor.

O quadro acima demonstra temporalmente os textos autobiográficos mapeados por mim e escritos por pessoas transmasculinas, seja em forma de prosa ou poesia, publicações individuais ou em coletivo. Busquei elencar e trazer, também, as capas dessas obras, uma vez que elas também simbolizam e fazem parte do universo de significados elencados pelos autores.

Destaco que alguns autores têm seus nomes entre parênteses, pois em suas publicações, em geral, constava apenas o sobrenome. Essa forma de assinar é reveladora, também, de um ocultamento das identidades de gênero dessas pessoas. Sobretudo daqueles que publicaram antes de retificar seus nomes nos registros civis. É importante lembrar que apenas em 2018 que o Supremo Tribunal Federal assentiu a alteração de nome para pessoas trans e travestis sem a necessidade de ingressar com um dispendioso e pouco acessível processo judicial.

Nota-se que, em 2018, há uma recorrência de títulos publicados por uma mesma editora, a Padê Editorial. Fui um dos responsáveis pela sensibilização da editora para que isso ocorresse, pois, quando a editora foi contemplada em um edital do fundo de investimento social, Fundo Elas<sup>12</sup>, que proporcionou o financiamento de dezenas de obras para publicação, foi divulgado um chamado para que mulheres trans se inscrevessem na seleção. O primeiro chamado para seleção de textos feito pela Padê Editorial contemplava apenas mulheres cis e trans, porém, quando li o chamado, escrevi para organização no intuito de chamar atenção para possibilidade de incluir homens trans como elegíveis para este financiamento. Em 1 de maio escrevi, entre outras coisas gostaria de chamar atenção aos textos “produzidos por homens trans, pois quase tudo que foi publicado sobre nós foi feito por pessoas cisgêneras, logo este espaço será muito importante para que a gente consiga ecoar nossas próprias narrativas.”. Prontamente, a organização aderiu ao pedido abrindo a possibilidade de seleção de onze textos para publicação, com ênfase especial nas transmasculinidades negras.

Este processo resultou em um significativo número de obras produzidas e publicadas por transmasculinos no ano, o que leva a apontar para a importância de financiamentos como este para o fomento de escritores pertencentes a identidades marginalizadas. Destaco que este foi o primeiro espaço de publicação de homens trans negros, com destaque aos escritos de Bruno Santana, Esteban Rodrigues e Preto Téo que, posteriormente, não só lançaram outras obras, como também têm atuado na organização de coletivos transmasculinos negros. Bruno, por exemplo, foi um dos organizadores da posterior coletânea “Transmasculinidades Negras - Narrativas plurais em primeira pessoa”, obra que reúne vinte escritores transmasculinos negros e conta com prefácio de Guilherme Almeida, professor doutor transmasculino negro, um dos primeiros a escrever academicamente sobre identidades transmasculinas no Brasil.

Ainda sobre o quadro, reforço que se trata de um levantamento a partir de pesquisas em diversos buscadores online, de anotação de obras que acompanhei o

---

<sup>12</sup> Disponível em: <[Fundo ELAS \(fundosocialelas.org\)](http://fundosocialelas.org)>

lançamento em congressos científicos ou em eventos LGBT, mas que, certamente, motivado por uma dificuldade de encontrar outras obras produzidas por pessoas transmasculinas, este quadro não esgota sua totalidade. No entanto, o esforço de agrupá-las faz parte da colaboração a este arquivo *queer* (BOURCIER, 2021) de produções transmasculinas no Brasil.

A terminologia *queer* de acordo com Helena Vieira (2015), pode ser entendida tanto como uma teoria, dentro do campo de produção científica, quanto como uma forma de nomear, sobretudo em países de língua inglesa, pessoas identificadas como desviantes da cis-heteronormatividade (lésbicas, bissexuais, pessoas trans, homossexuais, entre outras identidades sexo diversas). O termo *queer* foi associado às pessoas desviantes da cis-heteronormatividade após a repercussão da notícia da prisão do escritor Oscar Wilde por relacionar-se com outros homens, na Inglaterra, em 1895, contexto que ainda se criminalizava relações homossexuais no país. Na matéria, o termo *queer* foi associado à prática sexual de Wilde e passou a ser mais difundido nesta associação.

Segundo a autora, no Brasil, o termo *queer* não é tão compreensível à população geral, mas alguns exemplos como “sapatona”, “viado” podem ser assemelhados ao que a palavra *queer* remetia (VIEIRA, 2015). Além disso, essas palavras que, inicialmente, foram utilizadas como insultos, passaram por um processo de apropriação e ressignificação cultural por parte da comunidade LGBT em alguns países, em um movimento de reposicionar o entendimento sobre essas palavras com uma conotação positiva à comunidade gênero-diversa.

Por isso, quando lanço mão da proposição de criação de um arquivo *queer* transmasculino brasileiro, refiro-me à criação de um conjunto positivo de informações sobre homens trans no Brasil, para além dos saberes *psi* (psiquiátricos e psicológicos) dos estereótipos recorrentes sobre a identidade, sobretudo daqueles criados pelo olhar do outro, da pessoa cis. Para que homens trans não sejam somente associados na mídia com notícias tristes de violência ou de morte.

Fazendo uma brevíssima passagem quanto à representação midiática televisiva, quero destacar a presença de personagens que representavam pessoas trans e travestis nas tramas. Algumas delas protagonizaram novelas nos horários considerados de maior audiência na emissora de televisão de maior audiência no Brasil, a Rede Globo. Foi o caso das personagens: Ivan, interpretado pela atriz cisgênero Carol Duarte na novela *A Força do Querer*, exibida em 2017 pela TV Globo no horário das “nove”. A história do personagem foi construída com muitas referências do livro *Viagem Solitária* (2011) de João Nery, que foi um dos consultores para criação do personagem.

Figura 9 - Personagem Ivan da novela *A Força do Querer*, 2017.



Em 'A Força do Querer', Ivan (Carol Duarte) descobre que está grávido — Foto: Globo

Fonte: Gshow, 2021.

A importância de ter uma história transmasculina contada em rede nacional, que aborda com complexidade as questões da identidade, representando outras dimensões do personagem para além da questão da identidade de gênero, como a sua sexualidade, por exemplo. O fato de o papel ter sido representado por uma atriz cisgênera gerou muitos protestos por parte de ativistas trans, alegando que este seria um importante espaço para visibilidade também de atores trans.

Entendo que esta reivindicação está alinhada à baixa inserção laboral que a comunidade trans possui. Não considero que personagens trans devam ser exercidos apenas por atrizes e atores trans, no entanto, levando em consideração que não é usual atrizes e atores trans conseguirem papéis ou conseguirem trabalhar de maneira geral, entendo que esta reivindicação é uma forma de chamar atenção para a questão da empregabilidade trans em um contexto mais amplo.

Estudos mostram a importância das novelas brasileiras em pautar o tema em conversas cotidianas, provocar a agenda pública e influenciar decisões políticas. Segundo Czizewski, “há pelo menos quatro décadas que os falares e vestires da telenovela projetam-se do televisor para as ruas. É o reflexo da força do agendamento desse produto cultural sobre o tecido social” (CZIZEWSKI, 2010, p.12). Essa é uma forma de exemplificar como as produções dessas obras literárias influenciam, também, outras cadeias de produção literária e acadêmica. Minha avó materna nunca leu o livro de João W. Nery, mas acompanhou a novela e conseguia falar com as amigas, em uma cidade do interior do Mato Grosso, que o neto dela era como aquele personagem da novela, demonstrando o potencial de amplificação do debate e da visibilidade transmasculina no país.

Com essa reflexão sobre o personagem homem trans, representado grávido em rede nacional, quero conectar a trajetória, iniciada em 1982 por Anderson Herzer, passando pelo compartilhamento da história de João W. Nery, às produções coletivas sobre as transmasculinidades negras, para que hoje eu possa me projetar e construir minha juventude transmasculina. Como esses elementos se conectam e dão suporte para exercer minha identidade nos espaços familiares, nas instituições de ensino, no mercado de trabalho, nas relações afetivas. Sobre essas construções que aprofundi nos próximos capítulos, ressaltando que os processos de sociabilidade são complexos e se acumulam ao longo da vida e da construção da identidade. Nesse sentido, nos próximos subcapítulo, faço uma análise de alguns eventos ocorridos em minha infância e adolescência, momentos importantes para a construção da subjetividade e da identidade do jovem ativista transmasculino, pesquisador que constrói este trabalho.

A partir da apresentação de acontecimentos que apontam para leituras sociais de gênero, inseridas em uma matriz de opressão e de transfobia na construção de uma identidade jovem transmasculina, tratei relatos sobre a minha infância trans, os espaços de socialização, como o futebol e a igreja, e a passagem para a autoconstrução, a enunciação de si e o empoderamento político, representado pelo processo de afirmação de gênero e construção de comunidades trans-centradas.

## **2.2. Narrando desconfortos: Interpelações e transfobia na construção da minha infância e adolescência**

Como criança, considero difícil, ainda na infância, entender os motivos pelos quais havia episódios de apartamento e ridicularização, mas aprendi desde muito cedo que existia algo que implicava em ser ou não querido, respeitado e ouvido. O processo de diferenciação social ocorreu para mim muito cedo, a socialização foi ensinando parte daquilo que poderia ou não fazer, e as opressões atuaram nesse processo deixando marcas, construindo caminhos, designando centros e margens em minha história.

Ao refletir sobre meu processo de socialização, penso nas primeiras lembranças que já iluminavam algumas diferenças, a partir do que outras pessoas (crianças e adultos) liam sobre a forma como eu expressava meu gênero. Recordo de como algumas tias tentavam, insistentemente, me ensinar trejeitos de feminilidade, definitivamente, aquilo não natural, pelo contrário, era um jogo cotidiano de performar, treinar, reproduzir. Uma delas me dizia que eu precisava ter cuidado ao partir o cabelo, pois ele não podia estar centralizado, devia ficar de lado para facilitar que as pessoas entendessem que se tratava de uma “menina”. Em ocasiões como essas, reiteradas, elas ensinavam como projetar uma imagem daquilo que se espera de uma pessoa com vagina.

Repartir o cabelo alguns centímetros para o lado, engendrar a simetria do rosto para posicionar os corpos em uma escala maniqueísta, criando e ressaltando

diferenças forjadas entre o que a história ocidental recente vai entender por homem ou mulher.

Eu tinha algo como cinco ou seis anos, não me lembro bem, estava aprendendo a ler. Meus pais me tiveram perto dos seus vinte anos, minha mãe com poucos meses do meu nascimento já teve que voltar a trabalhar e, como ficava fora o dia inteiro, ela me deixava na casa de meu avô paterno. Lá, entre tias, primos, vizinhos, colegas da rua, íamos nos criando.

Nessa idade, eu estudava em uma escola subsidiada pelo governo para dependentes de pessoas com vínculo ao comércio, a escolinha do SESC, localizada em Taguatinga/DF. Lembro que uma das principais regras da escola era a padronização do calçado. Todos os alunos tinham que usar o mesmo sapato preto, uma tentativa de evitar diferenciações entre os alunos. No entanto, sabemos que se a padronização de uniformes resolvesse as desigualdades sociais, teríamos um processo muito mais simplificado para construção de uma sociedade mais justa. Porém, apesar dos bens que consumimos e usamos fazerem parte da construção de nossas identidades sociais, há muitos outros atravessamentos que reafirmam as diferenças: são os tons da pele, as formas e tamanhos das genitálias, a presença de deficiência, as expressões corporais e verbais.

A escola tentava assinalar, a partir da sua política de padronização dos calçados, um ambiente com menos insumos para a produção de discriminações, sobretudo em relação à classe, uma vez que destinava muitas vagas a alunos bolsistas, como eu. Todavia, muito pouco podia ser evitado, pois, como afirma Louro (1997), a instituição escolar tem como um de seus produtos a produção da diferença. Em suas palavras,

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. (LOURO, 1997, p. 58).

As instituições atuam para produzir diferenças. As crianças, que também não estão apartadas das instituições, interagem com elas levando e buscando preconceitos e estereótipos adquiridos e os reproduzem até que a naturalização destes seja reificada. E, ainda que houvesse uma política institucional para mitigar as desigualdades, que coordenadoras, professoras/es que tentassem imprimir uma cultura organizacional diferente em seu ambiente de trabalho, as diferenciações de poder emergem na relação entre as pessoas, conseqüentemente, as desigualdades também (FOUCAULT, 2008).

Segundo Guacira Lopes Louro (1997), “gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornam-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*” (LOURO, 1997, p. 61). E por preferir também se pressupõe o rejeitar, um em detrimento do outro, ou um em detrimento de vários, da diversidade que constitui a natureza humana, a escola primária.

Nesse sentido, apesar da política dos sapatos uniformes, faltava um tanto para que a escola representasse um ambiente de acolhimento para mim e outras tantas crianças gênero-diverso. No meu caso, eu estava sempre em um lugar “masculino demais” para estar com as meninas, e “sexo feminino” para estar com os meninos, e muito deles também já aprendiam que algo os diferenciava de mim. Eu não era escolhido para as tarefas coletivas nem para os grupos de trabalho, as crianças desde muito cedo aprenderam a não me preferir e hoje consigo atribuir isso ao fato de ser uma criança que escapava do que esperavam ver em uma menina, e o apartamento parecia uma forte de evitar a possível disseminação das tensões de gênero que meu corpo representava naquele ambiente.

Nos estudos sobre gênero, sexualidade e educação de Louro (1997) explica o lugar que homossexuais (que aqui tratei como sinônimo para experiências não normativas de gênero e sexualidade) ocupam, de forma apartada e desrespeitosa no ambiente escolar. Para a autora

A negação dos/as homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se

reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos. (LOURO, 1997, p. 68).

Dessa forma, Louro (1997) afirma que a discriminação sofrida por crianças e adolescentes LGBT no ambiente escolar as empurram para um lugar de preterimento e de ridicularização. Para além disso, o silenciamento institucional sobre crianças LGBT contribui para os processos de exclusão, uma vez que, ao ignorar a existência dessas crianças, as escolas fomentam a produção da cis-heteromatividade, que busca validar os sujeitos que serão considerados “normais”, possuidores dos comportamentos desejáveis e validados socialmente.

Em relação ao papel institucional frente às crianças e adolescentes gênero-diversas, Tatiana Lionço e Débora Diniz (2008), analisaram livros didáticos distribuídos em municípios brasileiros em 2007 e 2008, e constataram formas de LGBTfobia e apagamento sobre a diversidade sexual, bem como a disseminação da suposta naturalização das relações heterossexuais. Para as autoras, “a homofobia é consequência da heteronormatividade, sendo uma prática de discriminação baseada na suposição da normalidade da heterossexualidade e dos estereótipos de gênero.” (LIONÇO; DINIZ, 2008, p. 310). Dessa forma, como seria possível criar um ambiente inclusivo, respeitoso e acolhedor para estudantes LGBT uma vez que essas identidades eram invisibilizadas inclusive em seus materiais formativos?

É possível entender que a disseminação da cis-heteromatividade compulsória como a única possibilidade para o desenvolvimento das identidades e sexualidades das crianças, dificultava ainda mais o pleno desenvolvimento de crianças como eu, que não estavam dentro desse modelo reiterado pelos livros didáticos. A falta de compreensão, de representação da diversidade sexual e de políticas institucionais para coibir práticas discriminatórias, contribuem para o processo de exclusão e sentimento de não-pertencimento de milhares de crianças LGBT nessas instituições. Muitas delas acabam por se afastar desses espaços ou podem desenvolver receios ao os associarem a memórias de violência e desrespeito.

Para tornar um ambiente inclusivo às crianças e adolescentes LGBT, ou que simplesmente não correspondem às normas de binárias de gênero, as escolas precisam mais do que coibir práticas discriminatórias, precisam atuar ativamente apresentando possibilidades de ser e estar no mundo, ensinando que a diversidade humana comporta orientações sexuais e identidades de gênero para além da heterossexualidade e da cisgeneridade e que estas, inclusive, fazem parte de um rol de possibilidades, não são um cristalizadas nem tampouco naturais.

Nas idas e vindas da escola, dentro de casa, havia algumas tias que tomavam conta de mim e de meus primos, enquanto algumas mães, como a minha, trabalhavam fora. Havia um movimento forte por parte delas para fazer intervenções em mim e tentar delimitar marcações de gênero no meu corpo. A primeira delas, como dito anteriormente, era a insistência em pentear meu cabelo da forma que elas julgavam tornar-me mais “feminino”, com intromissões que iam da forma de posicionar o cabelo a aplicações químicas para alisá-los. Se hoje avançamos um pouco na disponibilização de produtos para cabelos crespos e cacheados, na minha infância, desde muito cedo, os alisantes e relaxantes com alto teor de toxicidade e produtos químicos faziam parte da rotina.

Nilma Gomes (2002), em seu trabalho sobre *Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo*, afirma como as “experiências do negro em relação ao cabelo começam muito cedo. [...] durante a infância, são submetidas a verdadeiros rituais de manipulação do cabelo, realizados pela mãe, tia, irmã mais velha ou pelo adulto mais próximo.” (GOMES, 2002, p. 43). Com praticamente nenhuma representatividade de crianças negras e cacheadas na televisão, meu cabelo enrolado era tratado sempre como sinônimo de “descuido”, resquícios de um racismo que também é responsável pela associação da figura ideal feminina com características fenotípicas brancas de cabelos lisos e longos.

Gênero, raça, classe, os marcadores sociais da diferença se encontram para construir a norma e desumanizar cotidianamente quem está fora dela. Perceber que não se está adequado pode ocasionar um processo de negação daquilo que é constitutivo da identidade. Por exemplo, enxergar no alisamento do cabelo a única

forma de “torná-lo” bonito, aprazível ou, até mesmo, “correto” era tanto uma forma dessas tias de tentarem me adequar a um gênero quanto um conflito com a identidade racial fenotipicamente manifestada.

Apesar de existir uma ideia em nossa cultura ocidental em que a família é construída como um lugar de proteção às crianças, para muitas pessoas esse espaço privado representa um lugar de produção e de reprodução de violências. Certa vez, ao chegar da escola na casa do meu avô, já era a hora do almoço, uma tia saiu para abrir a porta para mim e começou a cantar “*maria sapatão, sapatão, sapatão, de dia é maria, de noite é joão...*”. Eu não entendia o significado daquelas palavras direito, mas conseguia perceber que isso fazia outros adultos rirem e que me gerava embaraço.

Episódios como esses, seja em casa ou na escola, me faziam esconder ou me retirar de alguns espaços, mas, mesmo sem entender os motivos, já conseguia compreender que me passavam constantemente uma mensagem de ser inapropriado. Não importa o que fizesse, se o cabelo estivesse solto, estava errado e descuidado; se o cabelo estava preso, ouvia a música da *maria sapatão*.

Sobre essa canção e forma de chamamento, o termo se popularizou com uma marchinha de carnaval homônima gravada pelo apresentador de tevê Chacrinha e popularizada desde a década de 80. Ela foi composta pelo músico João Roberto Kelly, que tem em seu currículo outra música homofóbica, *Cabeleira do Zezé*. O autor das músicas, em recente entrevista comentou sobre a composição, dizendo ter sido “[...] uma brincadeira que o Chacrinha me encomendou. Chacrinha disse para fazer uma brincadeira com a história de sapatão. Mas não tinha a intenção de ofender ninguém.” (MANSQUE, 2020). O autor pode até alegar que não tinha dimensão de que “brincadeiras” como essas poderiam implicar em uma cadeia de sentidos pejorativos nem que poderia impactar a vida das pessoas. Uma canção como essa pode estimular, por exemplo, ridicularização de crianças que não estão em conformidade com os anseios do binarismo de gênero, e, além disso, causar constrangimentos, violências e uma série de exclusões de cunho homo-trans-lesbo-bi-fóbicos.

Em estudos etimológicos sobre xingamentos direcionados à comunidade LGBT, Rubbo (2009) afirma que *sapatão* era um modo de vocativo às mulheres que possuíam os pés grandes, ou que calçavam grandes sapatos, assemelhando-se aos homens. E, de acordo com Cittadin e Lino (2018), a “palavra Sapatão, assim que ouvida, traz a ideia de algo bruto, por isso tão utilizada para insultar mulheres lésbicas que possuem comportamento masculino.” (2018, p. 5). Ambas as canções têm sido questionadas, reinterpretadas e, até mesmo, retiradas de alguns blocos de carnaval pelo seu conteúdo propagar uma mensagem de desrespeito às pessoas LGBT.

### **2.2.1. Menino, menina, menino: “aquele menino usa sutiã”**

Um pouco mais velho, com cerca de oito anos, comecei a poder sair para rua. Minha família paterna era daquelas de dezenas de primos, somente meu pai tinha mais doze irmãos. Éramos quase todos criados na casa do meu avô em Taguatinga. E a história deste avô se misturava com a história da cidade, que era conhecida por acomodar os primeiros trabalhadores que vieram para a construção da Capital, que percorriam dezenas de quilômetros diariamente para trabalhar na zona central de Brasília.

As ruas de Taguatinga, na época da minha infância, eram povoadas por crianças brincando de queimada, jogando bola, correndo. Isso mudou muito rapidamente, talvez tenha sido a minha a última geração que ocupou as ruas daquela forma. Meu irmão, que é apenas sete anos mais novo que eu, já não experimentou essa socialização. Isso pode ter ocorrido por diversos fatores, é possível pensar no avanço das tecnologias e no desenvolvimento de videogames, também nos relatos de aumento dos níveis de violência na região, mas o que chama atenção é como, em tão pouco tempo, as ruas se tornaram cada vez mais vazias, me fazendo pensar sobre o paradigma da segurança.

Várias praças foram fechadas ou destruídas, cerceando ainda mais o direito à cidade para a população. Um caso emblemático ocorreu em 2014, com a demolição de uma pista de skate na praça do DI, um dos locais centrais da cidade. A

administração alegou que o lugar estava sendo demolido porque servia de ponto de encontro para tráfico de drogas, e dessa forma derrubaram a pista que estava presente em várias memórias da minha infância e de tantas outras pessoas que moraram na região.

O lado positivo de conviver com tantos familiares na casa do meu avô era a quantidade de primos e primas que eu tinha. Como éramos muitos, só da minha faixa etária eram seis, as tias que cuidaram de nós não conseguiam prestar tanta atenção às coisas que fazíamos. Eu sempre conseguia escapar pelas grades do portão com meus primos para jogar bola na rua. As brincadeiras associadas à “sociabilidade masculina”, como luta, skate e futebol foram muito presentes na minha infância. Isso me permitiu, de algum modo, acessar o mundo partilhado pelos meninos, ao qual me expressava com um pouco mais de liberdade, principalmente fora vigilância dos adultos.

Em um desses períodos de férias, insisti para ser matriculado junto aos primos no futebol. Lá, para jogar, precisava vestir todos os acessórios: camisa, colete, chuteira, meião. Eu cuidava e lavava os uniformes com muito entusiasmo. Passei algum tempo lá, os professores sempre falavam que eu “era uma ótima atleta” e eu realmente gostava muito de estar ali. Do ponto de vista de adultos, eu era a “única garota”, mas para os colegas de turma, a leitura de gênero era uma bagunça, ora me chamavam no feminino ora no masculino.

Apesar desta relativa possibilidade de vivenciar um universo compartilhado por outros meninos, a menstruação chegou para mim muito cedo, com apenas nove anos, e isso foi um completo desastre para essa socialização. Seria esta a “monstrução” que João Nery se referia quando o impediu de continuar os treinos de natação? E desde então meus seios começaram a se desenvolver e precisei usar sutiã.

Neste período, eu estava em um ótimo momento na escolinha de futebol, ganhamos vários jogos e participava do time titular. Certo dia, houve um jogo com um time de outra cidade. Quando eu estava em fila com os outros colegas, esperando para entrar em campo, um jogador do time visitante se aproximou de mim e puxou com força meu sutiã, fazendo a costura estalar em minhas costas e disse alto algo

como "aquele alí usa sutiã, aquele alí usa sutiã...". Este episódio gerou uma grande confusão e foi a última vez que joguei com o time, por decisão do responsável pelo clube.

Faço o exercício de imaginar como poderia ser a socialização, o desenvolvimento se eu tivesse tido oportunidades de escuta sobre o que me acontecia, se eu tivesse acessado, por exemplo, os grupos de apoio psicológicos para crianças e adolescentes LGBT que existem hoje no Sistema Único de Saúde de Brasília. Quantas violências poderiam ter sido evitadas se eu pudesse ter acesso a bloqueadores hormonais para retardar o desenvolvimento de características sexuais secundárias, como os seios que me trouxeram tantas questões. Ou que poderia ter me desenvolvido e me tornado um homem trans atleta profissional? Poderão ser essas possibilidades em um futuro que respeite os direitos de crianças e adolescentes trans?

### **2.2.2 Internet, crenças e conflitos**

Na casa de meu avô paterno em que ocorreu quase todo meu processo de crescimento, havia um ou dois computadores disputadíssimos para acessar a internet. Sob o pretexto dos trabalhos da escola, sempre que eu conseguia um horário para usar as máquinas - muitas dessas vezes na madrugada ou acordando às 5 da manhã para entrar nesse mundo em que eu podia explorar possibilidades, conversar e ler sobre outras pessoas LGBT, um dia esqueci meu MSN aberto (*Microsoft Service Network*, serviço de mensagens instantâneas semelhante ao aplicativo que é muito popular em 2021, *WhatsApp*).

Com um fluxo intenso de utilização dos computadores, uma tia minha reparou que minha conta no MSN estava logada e, em vez de fechá-la para resguardar o mínimo de privacidade, ela não apenas leu as mensagens como as imprimiu, circulou pela família e chamou meus pais para conversar sobre a "preocupação" que tinha pelo "conteúdo homossexual" que tinha encontrado nas mensagens. Lembro que eram

conversas que eu tinha com uma namoradinha virtual, mas que esse escândalo feito por essa tia me gerou meses de “castigo” e a necessidade de supervisão todas as vezes que fosse utilizar o computador, para não incorrer em “comportamento homossexual” novamente.

Nesse período, eu ainda era obrigado a ir para a igreja, a Assembleia de Deus. Minha família paterna, em que fui criado e passei a maior parte da infância e adolescência, tinha tradição de endereçar os homens a serem pastores/pregadores da religião e as mulheres para cuidar das crianças ou participar no coral das igrejas. Aquele espaço era um local que, desde que me lembro, era muito associado a campanhas eleitorais e ao projeto político de eleger figuras evangélicas. Os homens cis da família eram estimulados a se candidatar a cargos políticos, e a trabalhar como cabos eleitorais de outros nomes masculinos da igreja.

A bancada evangélica tem utilizado aquilo que eles intitulam como “ideologia de gênero”, isto é, sua estratégia argumentativa que criou um “campo discursivo de ação conservador transnacional que objetiva barrar avanços dos direitos humanos concernentes a demandas envolvendo direitos sexuais e reprodutivos.” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 730), para impactar em avanços em direitos para mulheres e população LGBT.

Também, de acordo com Lionço (2018), não se trata apenas de fé, ao passo “que acirram o ódio contra grupos sociais e suas agendas políticas, pretendendo justificar moralmente o machismo, a misoginia, a lesbofobia, a transfobia e a homofobia.” (LIONÇO, 2018, p. 11). O discurso sobre a “ideologia de gênero” é utilizado também para perseguir, expor e difamar publicamente ativistas LGBT, feministas, militantes de esquerda, com o intuito de cercear direitos, silenciar histórias e promover a cultura do ódio a minorias políticas.

É possível relacionar esse panorama político com as passagens que relato e as expressões de LGBTfobia em minha infância e adolescência quando esta parte de minha família coloca a exigência de frequentar os cultos como uma suposta forma de curar a minha identidade de gênero.

O domingo inteiro era investido em escovação de cabelos, a fila para passar a *chapinha* nos cabelos crespos e engomar os vestidos e os ternos dos maridos, não bastasse a violência simbólica que tudo aquilo representava, havia também forte imposição das vestimentas associadas ao gênero. Eu, numa tentativa árdua que me punham para emular uma feminilidade, via naqueles rituais grandes processos de violência, sobretudo porque começava a me entender e me afirmar enquanto LGBT.

Desde o escândalo do MSN, alguns tios começaram a proibir seus filhos, sobretudo as meninas, de estar comigo. Os cochichos de que eu ia “contaminá-las”, havia uma história que eles contavam que o “demônio” da homossexualidade passava por contato e que eu havia “pego” por falar com um tio, de parte materna, que era abertamente gay. Entre as difamações que ouvia, havia, inclusive, até relatos de medo de que eu poderia traumatizar as meninas, tudo isso me empurrava para um lugar de distanciamento e marginalização social.

Para eles, a pessoa LGBT representa um suposto lugar de promiscuidade, de “contaminação” e de desvio. Para a igreja, como afirma a Megg Rayara em sua tese *O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*, “é o corpo e não a prática que está na linha de frente dos discursos religiosos. O gay afeminado, o viado e a bicha são os primeiros a receberem a artilharia pesada.” (OLIVEIRA, 2017, p. 130). A artilharia pesada, no caso, eram as difamações e discriminações impostas a mim.

Uma dessas tias sempre me dizia uma paráfrase bíblica. Insistentemente, ela dizia: “seja frio ou seja quente, se for morno, te vomito”, numa alusão à passagem apocalíptica sobre o julgamento de ações que são consideradas ilícitas aos olhos de deus, e da necessidade de arrepender-se dos “pecados” para tentar uma salvação posterior. Ações como estas, reiteradas, me submetiam a um processo vexatório e de constante violência psicológica, pela desumanização LGBTfóbica a que estava submetido no ambiente familiar.

A experiência da solidão e do distanciamento social, experimentados coletivamente devido às restrições impostas pela COVID-19, não são novidade para

muitas pessoas trans que passaram por processos como estes relatados acima. Estes cenários antecipam muitas responsabilidades e forçam as pessoas a procurarem formas de resistência e de sobrevivência, apesar das violências.

Os insultos contra mim eram tão ferozes, que vivenciei alguns processos de adoecimento psíquico e de alucinações. Em um desses episódios, vivenciei um transe profundo e senti os chifres “rasgarem” minha cabeça, meu corpo adquirir a forma de um bode, com uma estrutura incrivelmente grande e forte. Era uma forma muito potente do meu inconsciente manifestar a força que eu precisava ter para suportar aquilo, tamanha a violência psicológica, a solidão e a desumanização. No entanto, por outro lado, essa manifestação também estava atrelada à associação simbólica dos signos que conseguia absorver, entre o que havia disponível para a interpretação e as interpelações de gênero.

Não por acaso, essa manifestação estava relacionada com a figura mística de *Baphomet* que misturava elementos marcadamente femininos, como os seios, e enfaticamente masculinos, como a barba.

Figura 10 - O Baphomet de Eliphas Levi, 1856.



Fonte: Domínio Público.

Essa figura, majoritariamente associada ao demônio por parte das leituras cristãs, para mim, significava uma das primeiras formas de identificação, no sentido de expressar um corpo que transgredia, em variados níveis, normas sociais, incluindo as de gênero, também é possível observar semelhança com a primeira figura apresentada neste trabalho (p. 31), ilustração de Lino Arruda na capa do livro *Monstrans*, que mistura e experimenta elementos parecidos para referenciar as transmasculinidades, incluindo referências a figuras animais, talvez como forma de denúncia e este lugar de não-humano em que as pessoas trans são colocadas.

A partir dessa experiência, passei a buscar mais ativamente representações sexodiversa na literatura, na cultura pop, no intuito de buscar outras referências de identificação para aquilo que atribuíam a mim, para conseguir elementos que me apoiassem a me compreender no mundo, que me dessem suporte para me enunciar e escrever esta narrativa.

### **2.2.3 Literatura, representatividade e identificação pessoal**

Acessar literatura feita por ou sobre pessoas LGBT não era tão fácil como é hoje, para mim. À época, os poucos livros que circulavam consideravam mais histórias homossexuais, já a representação e o debate sobre pessoas trans estava distante de ter a visibilidade e a expressão que hoje alcança. As poucas referências LGBT foram acessadas através de livrarias dos shoppings de Brasília. Já em Taguatinga, por mais que andasse por todas as livrarias e “sebos” de livros, eram escassas e quase inexistentes.

Apesar disso, minha vontade de me conectar com outras histórias como a minha estava à flor da pele, e eu buscava incessantemente por referências para a construção dessa minha identidade. Música, filmes, livros, *blogs*, qualquer coisa que pudesse me fazer sentir menos alheio em um mundo heteronormativo. Ainda que não soubesse ao certo que identidade era essa que eu queria reconhecer, me sentia representado por essa dimensão dos “coloridos” na televisão. A partir daí comecei a adotar símbolos (pulseiras, camisetas, chaveiros) que remetessem à bandeira LGBT, em uma tentativa de me comunicar com outras pessoas que se identificassem como eu.

Ainda em 2010, fiz uma viagem para visitar a minha avó materna em São José do Rio Preto, cidade de São Paulo. No primeiro dia na cidade, pedi para conhecer o maior shopping da cidade, já em mente que havia uma grande livraria lá e, quem sabe, eu poderia encontrar histórias que me representassem, e que me ajudassem nesse processo de autoentendimento e descoberta. Quando me deparei com uma enorme

loja de livros, a maior que já tinha visto, fui correndo perguntar a um funcionário se eles tinham algum livro com histórias de “gays ou lésbicas”.

O funcionário me atendeu com naturalidade, sem manifestar visivelmente nenhuma reprovação ou discriminação ao meu pedido. Ele me apresentou dois títulos: um deles era nacional, *Apartamento 41*, escrito por Nelson Luiz de Carvalho, da editora GLS, publicado em 2007. O livro conta a história de um homem que, após mais de dez anos casado com uma mulher, começou a questionar sua orientação sexual heterossexual e desejar vivenciar sua sexualidade também com outros homens. O enredo se desenrola ao contar seus encontros e experiências homoeróticas pelas ruas da capital paulista. O autor é mais conhecido pelo seu livro *O Terceiro Travesseiro* (1998).

O segundo livro que o vendedor havia me apresentado, *Duas Garotas* (2010), era a primeira tradução no Brasil da escritora turca Perihan Mağden. O livro, muito diferente ao anterior, contava também a história de descoberta da sexualidade de duas jovens mulheres turcas e da necessidade de colocar sua vida no armário para conseguirem viver juntas, em função de vários relatos de lesbofobia e do sistema patriarcal do país. Para Sedgwick (2007), em seu livro que investiga as dimensões do “armário” na vida de LGBT,

Mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays, há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas. [...] Cada encontro com uma nova turma de estudantes, para não falar de um novo chefe, assistente social, gerente de banco, senhorio, médico, constrói novos armários cujas leis características de ótica e física exigem, pelo menos da parte de pessoas gays, novos levantamentos, novos cálculos, novos esquemas e demandas de sigilo ou exposição. (SEDGWICK, 2007, p. 22)

A dimensão de gênero estava muito forte na obra de Mağden, e, ao ler seu romance, diferentemente do livro de Carvalho, é possível perceber como outros matizes de opressão, como o machismo e a misoginia, se direcionam à homossexualidade trazendo outras camadas de silenciamento, à medida que, para o romance lésbico, as mulheres vivenciam sua sexualidade restrita ao ambiente

doméstico, ao passo que no romance gay, o protagonista narra diversos lugares, entre clubes, boates e saunas, em que podem vivenciar sua sexualidade.

Eu estava com doze para treze anos nesse período, e esse foi o tempo em que comecei a ter minhas primeiras paixões, amores platônicos e experiências no campo afetivo-sexual. Foi o momento em que comecei a tentar nomear meus desejos e minhas relações, a partir dessa construção identitária feita na encruzilhada, mesclando as interpelações, as representações e o desejo pessoal de autonegação.

Como já dito em outros momentos, nunca tive uma leitura social dentro da cis-heteronormatividade, então, antes mesmo de eu saber o que era identidade, sexualidade, já me designavam como “maria-macho”, “sapatão”, “macho-fêmea” e tantos outros nomes que eu sequer compreendia o que significavam. Por um lado, na escola, isso me tornou uma referência, era a “lésbica da escola”, para o mal - em diversas situações de violências, piadas e exclusões; e para o bem - sendo uma referência para outras pessoas que se entendiam como LGBT, ou que também não correspondiam às normas de gênero. Ao longo da minha formação escolar, muitas pessoas da escola que estavam “no armário” me procuravam para conversar, perguntar sobre a relação com os pais, ou para compartilhar suas experiências. Isso sinalizava para uma forma de criação de pequenos “núcleos de resistência” nessas instituições, ainda que silenciosos. Apontando para um aspecto mais coletivo e menos individual do processo de ser adolescente LGBT.

Os banheiros, divididos por gênero, espaços que, em alguma medida, estão sempre em discussão e disputas, aconteciam os primeiros beijos e vivências LGBT de muitas dessas pessoas. Sempre nesse lugar privado, escondido, criando armários que eram constantemente tensionados pelas conversas de corredor, pelos apelidos e insultos.

As piadas fazem parte de discursos que, por sua vez, são instrumentos de exercício de poder que se modificam ao longo do tempo. Nós falamos e interagimos com diferentes discursos a todo momento, e as interações sociais também atuam de

forma a modificar esses discursos. De acordo com Martino, discursos vão além das expressões de fala e de escrita, elas manifestam posições de poder

Uma piada, por exemplo, revela muito sobre o modo de pensar de alguém. O discurso do humor escolhe seus alvos, e olhar esse discurso permite entender a mentalidade de quem está falando. Que, aliás, não é só dele: discursos são construções coletivas que se manifestam no indivíduo. (MARTINO, 2018, p. 164).

Esses discursos construídos coletivamente sobre os alunos LGBT estavam implicados em uma série de relações de poder que delimitavam quais sujeitos tinham direito à expressão pública do afeto e quais deveriam se esconder. Esses discursos impactam, inclusive, na forma de vestir e se apresentar socialmente.

A cultura de massas, por meio de programas de televisão como o *Big Brother Brasil (BBB)*, do canal aberto de televisão Globo, por vezes, apresentava para público pessoas assumidamente LGBT. Foi o caso da edição de 2010 do programa, que repercutiu ao anunciar três pessoas da comunidade LGBT em sua edição. Não que anteriormente outros participantes LGBT não tivessem presentes nas edições, é preciso mencionar que, em 2005, Jean Wyllys, um homem declaradamente gay, venceu o programa e se projetou como um dos principais porta-vozes da causa LGBT no Brasil, eleito três vezes deputado federal. Mas nesta edição do *reality show*, houve uma abordagem diferente, as pessoas estavam primeiramente anunciadas como parte de um time, dos “coloridos”, e traziam um estímulo a uma leitura dos três enquanto representação de uma comunidade.

Os participantes do programa definiam suas identidades como lésbica, gay e “drag queen”. O termo “coloridos” foi explicado pelo jornal como “homossexuais assumidos, que defendem com inteligência e alto astral suas convicções” (O GLOBO, 2010). Os demais grupos, chamados de “tribos” no programa, eram: belos, cabeças, ligados e sarados. Ainda que os três participantes pudessem estar em qualquer outra dessas classificações, sendo “belos” ou “sarados”, a orientação sexual foi fator determinante para agrupá-los.

Mesmo eu que não era uma pessoa tão atenta à televisão, quando soube da participação de pessoas LGBT naquele programa, me senti estimulado a me envolver com aquela história, me tornei um assíduo telespectador do programa. Acompanhava diariamente, participava de comunidades na rede social do momento, o *Orkut*, em apoio aos participantes do programa, e esse movimento foi me aproximando, ainda que virtualmente, de outras pessoas LGBT, ainda que mais relacionada à questão da orientação sexual do que da identidade de gênero.

Essa representação foi muito importante para mim, no sentido de me reconhecer em outras pessoas e em um ambiente de muita atenção midiática. Socialmente, a exposição daquelas pessoas com orgulho de suas orientações sexuais não-hegemônicas, me auxiliava a iniciar a discussão de forma positiva com outras pessoas do meu ciclo cotidiano. Esta “visibilidade positiva” pode ser analisada de forma crítica como aponta Facchini (2009, p. 142) nas relações entre movimento LGBT e mercado, em que este tipo de visibilidade se atrela a relações de consumo e a arenas em que este pode se estabelecer.

Ainda no BBB, no ano seguinte, em 2011, foi a primeira vez que uma participante trans, Ariadna Arantes, esteve no programa. Diferente das LGBT que participaram da edição passada, sua permanência foi a mais curta da temporada, sendo a primeira a ser eliminada por votação do público. Uma década depois, em 2022, a travesti Lina Pereira foi a segunda pessoa trans a participar do programa, com uma repercussão muito diferente da protagonizada por Ariadna, Lina chegou a ser considerada como uma das prováveis favoritas ao prêmio e sua participação ensejou importantes debates sobre o respeito à autodeclaração, ao nome e sobre a identidade trans, de maneira geral.

Não houve, ainda, homens trans no BBB, no entanto, em outros realities de menor repercussão como *Os Gretchens* (Multishow, 2018) e *De Férias com Ex* (Netflix, 2021) participaram Thammy Miranda e Tarso Brant, dois dos homens trans com maior visibilidade midiática, que tem parte de suas histórias contadas nas autobiografias elencadas anteriormente neste trabalho. Analiso que a boa repercussão da participação de Lina no BBB 22 pode, possivelmente, influenciar que

mais pessoas trans sejam selecionadas para participar futuramente do programa e, dentre elas, algum homem trans.

Figura 11 - Tarso Brant divulgando sua participação no reality show, em 2021.



Fonte: Publicação pública em conta do Twitter do ator, 2021.

Thammy Miranda é uma pessoa que há muitos anos tem fatos de sua vida expostos na grande mídia brasileira. Este fato, diferente do caso de Tarso Brant acima, antecede sua transição de gênero e deve-se, primeiramente, à popularidade de sua mãe, Gretchen, conhecida nacionalmente desde os anos 70 por cantar e dançar. Thammy realizou diversos trabalhos na televisão, antes e depois de sua transição de gênero. Ele apresentou programas, atuou em novelas e, desde 2016, iniciou com maior ênfase sua projeção política que o possibilitou, em 2020, ser o nono vereador mais votado de São Paulo.

Figura 12 - Thammy Miranda é o primeiro homem trans eleito a um cargo do legislativo no Brasil.

## Thammy Miranda é o 9º vereador de SP mais bem votado e comemora: 'Valeu a pena'

Político do Partido Liberal (PL) foi eleito neste domingo (15)



Thammy Miranda - Instagram-26.fev.2020/@thammymiranda

Fonte: Folha de São Paulo, 2022.

Analiso que a visibilidade que ambos conseguiram seja positiva para o debate sobre as transmasculinidades no Brasil. Do ponto de vista pessoal, se em 2016, me posicionei contrário à primeira candidatura de Thammy Miranda, à época pelo Partido Progressista (PP), devido ao fato do partido representar ideias conservadores e ter um histórico atrelado à ditadura militar. Hoje, ao retomar que a primeira mulher trans eleita, Kátia Tapety, em 1992 pelo Democratas (DEM), outro partido com posicionamento e histórico semelhante ao que Thammy se elegeu, considero que há uma abertura por parte desses partidos para que pessoas como eles pleiteiem um espaço no legislativo brasileiro e que isso carece de maiores estudos para entendimento

em seu sentido amplo. Além do fato de que é rico, para humanização das identidades trans, que pessoas trans em todos os seus espectros e sua diversidade sejam representadas, incluindo o direito a sua autonomia política.

Dentre os múltiplos elementos da construção social de uma identidade que não corresponde à cis-heteronormatividade, as interseccionalidades de identidade e de outras opressões, a questão da invisibilidade social precisa ser problematizada. Ainda que a representação transmasculina em realities seja bastante restrita e que possibilite, por enquanto, a inserção apenas de pessoas que, de certa maneira, se assemelham a um padrão desejado de beleza, analiso como um caminho que se abre um pouco mais para as histórias e narrativas transmasculinas. Este é um caminho que inicia desde 1982, com o lançamento do livro de Herzer, pavimentado culturalmente pelas contribuições de João Nery, com a militância de Alexandre Peixe, que impacta diretamente na construção da minha juventude e, também, da expressão da minha identidade de um homem trans. Se hoje é possível tecer estas páginas e análises sobre essa construção narrativa transmasculina no Brasil, é porque este quebra-cabeça é fomentado e construído por fragmentos narrativos que abrem brechas histórias e permitem o avanço em direitos, expectativas de vida e construção de memórias.

Dessa maneira, trago ao diálogo e às análises a perspectiva interseccional (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2015) a qual possibilita “[...] compreender a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinação de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (AKOTIRENE, 2019, p. 38), para compreender algumas das complexidades que interagem e permitem produzir essas narrativas que busquei tecer neste trabalho.

Para isso, é primordial que esses fenômenos e discursos, coletados e analisado aqui, sejam discutidos em outros espaços para além da academia. A mídia, a escola, a família, também são instituições importantes para a criação de espaços mais inclusivos e respeitosos para as transmasculinidades. Portanto, atuar na direção contrária da produção da violência simbólica, incentivar um rompimento com os estereótipos produzidos e a consequente construção deste arquivo transmasculino, é

uma maneira de não deixar que apenas as violências sejam definidoras das histórias contadas sobre as transmasculinidades no Brasil.

### 3. PENSANDO A JUVENTUDE TRANSMASCULINA

#### 3.1 Juventudes no Brasil

Nunca houve registro na humanidade de tantas pessoas simultaneamente vivas. Em 2019, dados globais apontam que somente a parcela jovem da população mundial era estimada em 1.2 bilhão de pessoas, segundo a Organização das Nações Unidas<sup>13</sup>. Dentre todas essas pessoas, quantos jovens trans estão espalhados e estatisticamente desconhecidos pelo mundo? Como um profissional formado em Gestão Pública, para mim, não há como pensar autoetnografia sem relacionar com os dados de uma realidade macro que estou inserido. Trago os dados abaixo para pensar de que forma essa juventude é impactada pela baixa ou inexistente política pública para inclusão trans no mercado de trabalho. De outro lado, de que forma políticas educacionais afirmativas podem ser relevantes para (re)inserir pessoas trans nos estudos formais?

O Brasil concentra grande parte de jovens em sua composição social, cerca 47,2 milhões de pessoas<sup>14</sup>, de acordo com a pesquisa nacional de amostra por domicílios (PNAD) de 2019. Muitas das análises observam esse volume de quase um quarto da população brasileira apenas como potencial mão-de-obra para o crescimento econômico. No entanto, há muitas dimensões que podem ser observadas na juventude. O Estatuto da Juventude, lei nº 12.852 (BRASIL, 2013), destaca em seu artigo 37 que pessoas jovens têm direito a uma vida sem violência e com igualdade de oportunidades. Porém, cenários de crise como o causado pela pandemia de Covid-19, agravam as dificuldades para manutenção de suas necessidades básicas, incluindo sua organização e participação política (ABERS; VON BULOW, 2020).

---

<sup>13</sup> Fonte: Organização das Nações Unidas, disponível em: [https://www.un.org/development/desa/youth/wp-content/uploads/sites/21/2019/08/WYP2019\\_10-Key-Messages\\_GZ\\_8AUG19.pdf](https://www.un.org/development/desa/youth/wp-content/uploads/sites/21/2019/08/WYP2019_10-Key-Messages_GZ_8AUG19.pdf)

<sup>14</sup> Fonte: PNAD 2019, disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6706#resultado>.

Nesse sentido, apesar de haver um Estatuto da Juventude que prevê garantias a este grupo populacional, como o direito à autonomia, à participação política, à identidade e à diversidade, as pesquisas apontam que ser jovem no Brasil é bastante desafiador. De acordo com o Atlas da Violência do IPEA, no ano de 2018, cerca de 53% das pessoas afetadas por assassinatos eram jovens. Quando observada a questão racial, os dados do relatório indicam que pessoas negras são vítimas mais recorrentes, com 74,0% mais chances de serem vitimadas para homens negros e 64,4% para as mulheres negras<sup>15</sup>.

Uma das principais críticas que os movimentos sociais LGBT fazem alude à negligência estatal na produção de dados considerando aspecto de orientação sexual e identidade de gênero. No entanto, organizações da sociedade civil como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Grupo Gay da Bahia (GGB) trabalham levantando e sistematizando dados sobre a população LGBT no país. Estas organizações registraram 297 homicídios motivados por LGBTfobia, em 2019, (GGB, 2020) e 175 assassinatos de pessoas trans em 2020 (ANTRA, 2021). Segundo o Dossiê da ANTRA, “a violência chama a atenção em todos os níveis de idade, mas as maiores chances de uma pessoa trans ser assassinada estão na faixa entre 15 e 29 anos” (ANTRA, 2021). Isto nos sinaliza que a juventude pode ser um importante marcador para análises que levem em conta a identidade de gênero.

Sobre a participação juvenil no mercado de trabalho, outro eixo de análise deste trabalho, pesquisas e censos indicam que a população jovem é uma das mais vulneráveis em contextos de instabilidades econômicas, sendo o grupo com mais impactos econômicos no primeiro ano da pandemia<sup>16</sup>. Em 2020, a taxa de desocupação de parte do grupo de pessoas jovens, entre 18 e 24 anos, foi

---

<sup>15</sup> Fonte: Atlas da Violência 2020, p. 68 disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/3519-atlasdaviolencia2020completo.pdf>

<sup>16</sup> IPEA, 2021. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com\\_content&view=article&id=37769](https://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=37769)

de 29,8%, indicando um aumento em mais de seis pontos em um índice já anteriormente alto (IPEA, 2021).

Estes dados apresentados me ajudam a pensar como o recorte da juventude pode ser importante para as análises que proponho nesta pesquisa. À medida que compreendemos que ser jovem em um país com altos índices de violência e desemprego pode significar um fator de sobreposição de vulnerabilidades, quando há uma intersecção com outros marcadores sociais da diferença, como a identidade de gênero que trago nesta reflexão.

Não é trivial colocar estes dados em perspectiva para apoiar as análises sobre juventude transmasculina no Brasil. No contexto da autoetnografia que desenvolvo aqui, isso deve ser compreendido em perspectiva com a relação entre as análises pessoais e o contexto social, em que o Estado ainda muito pouco produz estatisticamente sobre população LGBT, em geral, e ainda menos em relação às juventudes trans e transmasculinas brasileiras.

De acordo com Abramo (2005), na literatura sobre juventude brasileira, nos anos 50, o Brasil tinha como principal abordagem para a juventude como um entendimento meramente de um período “preparatório”, no qual os esforços deveriam ser orientados, quase em sua totalidade, para políticas de educação. Mais à frente, nas décadas de 80 e 90, o contexto nacional estatal difundiu uma visão de juventude enquanto fonte de “problemas”, ao relacioná-la a comportamentos considerados de risco. De acordo com a autora, “[...] a partir de questões tais como gravidez precoce, drogadição, DST e Aids, envolvimento com violência, criminalidade e narcotráfico” (ABRAMO, 2005, p 21). A autora recupera que havia grande esforço dos setores de saúde e justiça para elaborar políticas de controle para a juventude, pois a considerava mais propensa a se engajar em comportamentos considerados desviantes.

Discussões internacionais sobre juventude começaram a problematizar as formas de enxergar a juventude enquanto um problema. Além disso, foi iniciado um movimento de ampliar o olhar a respeito da caracterização juvenil e os

debates em torno das possibilidades advindas do bônus demográfico (conceito que aponta para o período de predominância etária de população economicamente ativa), a juventude passou a ser percebida por atores internacionais como uma “aposta” para protagonizar as soluções para os problemas da sociedade (ABRAMO, 2005). E qual juventude seria essa aposta para o futuro? Os tradicionais estudantes universitários advindos da classe média ou homens trans que não conseguiram terminar o ensino médio e trabalham informalmente para subsistir também fazem parte dessa solução?

Como discutido por Abramo (2005) ao refletir sobre as caracterizações propostas por Dina Krauskopf, essas formas de visualizar a juventude implicavam em pouco protagonismo desta parcela. Porém, com suporte de organismos internacionais e de setores da sociedade civil, começou-se a vislumbrar a juventude como grupo com direitos e necessidades específicas, considerando-a, ademais, como um sujeito de participação política

[...] juventude cidadã como sujeito das políticas [...] por onde os jovens passam a ser considerados como sujeitos de direitos e deixam de ser definidos por suas incompletudes ou desvios. Tal diretriz se desenvolve, em alguns países, depois dos anos 90, em grande medida inspirada nos paradigmas desenvolvidos no campo das políticas para a infância e para as mulheres. Muda os enfoques anteriores principalmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade da consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente. (ABRAMO, 2005, p.22).

Categorias sociais como juventude, infância, adolescência, devem ser localizadas em sua dimensão sócio-histórica e podem ser objetos de contestação, apropriação e disputas de sentido. Por exemplo, alguns povos indígenas brasileiros fizeram ressalvas e considerações à época da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para que este instrumento legal considerasse as diferentes concepções de povos tradicionais sobre processos como gravidez na adolescência, por exemplo (COSTA, 2010).

Luís Groppo (2015, p.7) discute a juventude como uma situação social que propicia o compartilhamento de experiências sociais e pode induzir a um tipo

de ação social. Em vista disso, segundo Claudia Pereira (2010), é possível pensar a juventude na “[...] diversidade que a constitui, expressa através dos movimentos culturais e sociais que ocupam um importante espaço na vida social moderna” (PEREIRA, 2010, p. 42). Essa definição nos ajuda a pensar e aproximar da constituição do que se pode entender por uma juventude transmasculina, pois, não se trata apenas de uma juventude, no singular, mas de juventudes.

Enquanto ativista, participei em diversos fóruns e espaços de participação social de juventudes e neles pude observar a presença, em menor ou maior grau, da questão da diversidade, em sentido amplo. Nesses espaços, havia uma reivindicação de representação de grupos dissidentes, como o que eu representava, de não se ecoar o conceito de juventude enquanto grupo homogêneo. Dentro desse recorte de ativismo, que costuma ser definido a partir apenas de suas características etárias, a exemplo do estatuto da juventude que limita aos sujeitos entre 15 e 29 anos, estão presentes as juventudes com deficiência, ribeirinhas, migrantes, de pessoas transmasculinas, entre tantas outras. Dessa forma é fundamental pensar, nesta pesquisa, como é e o que significa ser um jovem homem trans no Brasil que, legalmente, dispõe de alguns direitos, mas que na prática não necessariamente consegue alcançá-los.

Pereira (2010) menciona os movimentos sociais e culturais como importantes para esta constituição de uma juventude representada em sua diversidade. Como já apresentado no capítulo anterior, movimentos de artistas e escritores transmasculinos têm ajudado a difundir o conhecimento sobre as identidades transmasculinas, bem como têm disputado espaços para se fazerem visíveis em demandas políticas. Um exemplo que mistura esses três elementos é o CATS - Coletivo de Artistas Transmasculinos, que promoveu uma campanha cobrando que homens trans tivessem mais espaço na parada do orgulho LGBT de São Paulo, conforme contei no primeiro capítulo desta pesquisa.

Ao dizer que a compreensão de “juventudes” em sua pluralidade perpassa o entendimento de que os marcadores sociais da diferença compõem essa

grande categoria que, por vezes, desloca o imaginário social atribuído a ela, que pode remeter aos jovens cisgênero, brancos, sem deficiência, como são usualmente representados.

No âmbito da autoetnografia que desenvolvo, isso significa refletir sobre a criação de um imaginário social da juventude transmasculina. A ampliação proporcionada por essa visão é um dos objetivos deste trabalho, uma vez que se busca compreender as juventudes em sua diversidade, reconhecendo sua autonomia, seus objetos de desejo, suas reivindicações políticas, suas formas de organização e participação social. Busco, neste trabalho, lançar pistas qualitativas para fortalecer a construção de uma noção sobre uma juventude transmasculina, suportado pela compreensão da constituição da identidade.

A experiência da minha juventude transmasculina, com pilares que vão da negação daquilo que não me constitui, a cisgeneridade, às responsabilidades e obrigações que me apareceram antecipadas, o não-acesso a algumas instituições e políticas afirmativas de inserção como importantes elementos mediadores da construção desse campo de possibilidades que compartilho. Este conceito é elaborado por Velho (2003), como

[...] as alternativas construídas do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. O projeto no nível individual lida com a performance, as explorações, o desempenho e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas, por sua vez, nos termos de Schutz, são resultado de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem com e constituem toda a vida social, inextricavelmente vinculados aos códigos culturais e aos processos históricos de *longue durée*. (VELHO, 2003, p. 28)

Nesse sentido, Velho (2003) incorpora, na compreensão do campo de possibilidades, esse conjunto de alternativas traçadas no percurso sócio-histórico do indivíduo, que nos ajuda a pensar sobre os projetos que são abraçados, abandonados ou interrompidos ao longo da vida. Também de Velho (2003) cabe adicionar à discussão o potencial de metamorfose do indivíduo, no qual a realidade pode ser negociada, construída e alterada, a partir de interação com projetos coletivos.

Ao longo da pesquisa, os acontecimentos que remetem a situações concretas em que ações afirmativas, conquistas sociais, destinadas à reparação histórica de processos de exclusão de pessoas trans e travestis de espaços formais, como as instituições de ensino e de trabalho, podem ter ação concreta e alterar o campo de possibilidades de um indivíduo transmasculino, neste diálogo entre o individual e o coletivo. Por isso, dou ênfase aos “projetos coletivos” para pensar a juventude transmasculina, trajetórias e acessos, pois, compreendo que identidades só podem ser materializadas em sua dimensão social, por isso enfatizo o intercâmbio entre a autoetnografia, que analisa fragmentos de minha história, com a localização de histórias de outros homens trans.

### **3.2. Jovem, trans, ativista**

Aos dezesseis anos ingressei pela primeira vez na universidade. Neste ano iniciei minha organização política mais institucional, com a filiação em um partido de esquerda e uma inserção em espaços de disputa política mais tradicionais. Antes disso, no final do ensino médio, atuei em um coletivo secundarista de estudantes LGBT de Taguatinga: fazíamos reuniões, conversas e alguns cine-debates, principalmente para discutir sobre nossas experiências. Essa organização juvenil não era necessariamente fáceis de gerir, precisávamos sempre mudar o local de nossas reuniões. Já que as escolas dificultavam ao máximo para que os encontros não acontecessem, com a justificativa que este tipo de “reunião” atrapalhava os estudos para o vestibular. Hoje é possível nomear esse impedimento como um tipo de LGBTfobia institucional, pois, diversas outras atividades extracurriculares eram não somente permitidas como estimuladas, como os cultos cristãos que ocorriam semanalmente nas dependências da escola.

Este período de saída da escola e ingresso na Universidade de Brasília (UnB), foi o momento mais crítico na relação familiar. Eu comecei a querer me expressar mais com relação a minha identidade de gênero de homem trans e isso gerou conflitos e rupturas, quando eu não conseguia mais permanecer em casa por não me sentir seguro ao expressar meu gênero da forma que fazia sentido para mim, no masculino.

Em um desses episódios de ruptura familiar, passei algumas semanas na casa de uma conhecida que morava sozinha e me abrigou por uns dias. Foi onde comecei a ser acompanhado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social, conhecido como *CREAS da Diversidade*, a partir do encaminhamento que o ativista Fábio Félix - que atualmente é deputado distrital e o único declaradamente LGBT na Câmara Legislativa local. O serviço foi pioneiro no Brasil em proporcionar atendimento especializado à discriminação sexual, de gênero, raça e religioso. O acolhimento e atendimento que tive lá foram fundamentais para fortalecer meus vínculos com outras pessoas trans. A equipe mencionou que eu fui o primeiro homem trans a ser atendido por eles, mas, logo após o início do meu acompanhamento, outros tantos homens trans começaram a ser atendidos no equipamento.

Com a chegada de outros transmasculinos, o serviço passou a ser um ponto de encontro para nós. Após observarem a emergência da discussão sobre as identidades transmasculinas, os profissionais do serviço criaram um grupo exclusivo para que homens trans tanto pudessem estabelecer vínculos quanto tivessem orientações específicas para as necessidades.

O grupo de homens trans se reunia semanalmente. Para mim, era o principal lugar de socialização e conexão com pessoas com as quais me identificava e compartilhava vivências e anseios. Grande parte dos frequentadores do grupo tinha, em média, até 25 anos, sendo, assim como eu, jovens. Uma coisa que sempre ressaltamos era que, para muitos, aquele era o único lugar em que éramos chamados pelo nome social, que nos sentíamos à vontade para utilizar determinadas roupas e nos expressarmos livremente.

Alguns dos encontros eram guiados por profissionais seguindo o modelo de terapia em grupo. Tínhamos bastante espaço para dialogar com pares sobre assuntos que dificilmente encontrávamos referências em outros lugares. Em 2015, diferente de 2022, era muito difícil encontrar conteúdo na internet sobre transmasculinidades, principalmente conteúdo em português. As experiências que conseguia acessar eram demasiadamente longe de minha realidade. Homens trans dos Estados Unidos acessando hormônios e cirurgias, isso não fazia parte do meu campo de possibilidades. Por isso, espaços como esse, de socialização e troca de informações com outros homens trans, que nos permitia pensar estratégias e tecnologias de problemas e questões situados em nossa esfera cultural era tão importante.

Nesses encontros, alguns rapazes como Lam Matos e Fred Sóter, que já tinham iniciado suas transições de gênero, compartilhavam tecnologias que tinham acessado como *binders* e próteses penianas importadas. Essas tecnologias, para quase todos que estavam ali, só eram conhecidas através de sites estrangeiros, assim, era tão simbólico aquela troca. Para mim, me reunir com outros homens trans em um espaço no centro da capital do país, significava que, de alguma forma, havia uma materialização e uma criação de uma comunidade transmasculina no país.

Além desse suporte que tive no CREAS, o Centro era um dos principais pontos de articulação dos movimentos LGBT do DF, pois foi desse espaço que várias das pessoas que constroem, ou construíram o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT) se formaram politicamente e iniciaram na militância política em prol de direitos para população trans.

Outras organizações LGBT também reconheciam o equipamento como fundamental para o acolhimento e suporte à garantia dos direitos da comunidade. Nesse espaço, ocorreram várias das articulações com movimentos sociais, defensorias públicas, diversos mutirões para retificação de nome foram organizados quando o processo só ocorria por via judicial, além de muitas atividades de fortalecimento de vínculos entre as pessoas assistidas e a

comunidade LGBT do DF. Era um espaço orgânico de formulação política e de criação de comunidades que impactou no que, atualmente, o Distrito Federal é, em termos de articulação de movimentos LGBT e de direitos conquistados para a população.

Dentre essas articulações, após muitos anos de negociação e articulações que envolveram distintas atuações dos movimentos sociais, judiciário, servidoras e pesquisadoras que apoiavam a luta pelo acesso à saúde de pessoas trans, a criação do Ambulatório de Atendimento Especializado em Saúde a Pessoas Trans do DF foi estabelecida, em agosto de 2017.

Figura 13 - Solenidade no auditório do ambulatório trans do GDF, em 2019.



Fonte: Site do deputado distrital Fábio Félix<sup>17</sup>.

Cerca de um ano e meio à frente, em 2019, foi organizada uma jornada de 15 Dias de Ativismo Pela Visibilidade Trans, com objetivo de reivindicar melhorias nas condições de vida da população residente no Distrito Federal. Dentre as atividades, ocorreu no Ambulatório Trans, uma mesa de apresentação e prestação de contas pública, na qual eu, Melissa Massayury, ativista trans da

<sup>17</sup> Disponível em: <https://fabiofelix.com.br/2019/01/ato-em-defesa-do-ambulatorio-trans/>

União Libertária de Travestis e Transexuais (ULTRA), o deputado distrital Fábio Félix, o Secretário de Saúde, Osnei Okumoto estiveram presentes. Na ocasião, foi informado que a maioria das cerca de 400 pessoas que frequentavam o serviço se identificam enquanto homens trans e que já se iniciava uma lista de espera, pois, a disponibilidade de profissionais não acompanhava a demanda social.

O importante serviço de saúde até atualmente não se estabeleceu plenamente, restrito ao atendimento ambulatorial, analiso que uma das maiores problemáticas é a falta de habilitação junto ao Ministério da Saúde, que impede a dispensa de hormônios e a criação de um fluxo para realização de cirurgias que compõe a política do processo transexualizador. Essas lacunas fazem com que muitas das pessoas trans assistidas encontrem dificuldades em ter acesso pleno à saúde, pois, se o serviço não está habilitado para disponibilizar os hormônios, é preciso que estas pessoas procurem serviços privados para adquiri-los, o que para algumas pessoas em situação de vulnerabilidade pode ser inviável.

A questão da cirurgia também continua como um impasse para os usuários, infelizmente, é recorrente ver que vários homens trans fazem campanha de arrecadação virtual para custear um procedimento que deveria ter sido regularizado para contemplar as necessidades ao menos de mamoplastia masculinizadora, evitando, por exemplo, a danosa utilização de *binders* por pessoas transmasculinas.

Entendo o *binder*, como um símbolo para muitos homens trans. Como uma tecnologia aparentemente simples, um tecido costurado que esconde os seios, e que permite que alguns homens trans possam circular pela cidade e serem identificados em sua masculinidade. Para muitos homens trans, este produto significa uma possibilidade de existência, de materialização de uma identidade, de confiança com o corpo e fortalecimento de autoestima. Pensar um bem como este e sua articulação com a afirmação de uma identidade, nos aponta para a importância que as tecnologias podem adquirir em nossa

sociedade. Reflexões como essas nos levam a reiterar como o consumo se relaciona a processos de comunicação e de construção de sentido. Como uma leitura social de gênero pode ser tão fortemente impactada pela utilização ou não de um produto?

Figura 14 - Representação do *binder* vendido no Brasil.



Fonte: imagem retirada do site Gael Shopping Trans.

Minha experiência, antes da cirurgia retirada de seios, o *binder* era um item indispensável na rotina, ele representava um elemento fundamental do meu dia, uma forma de estar confortável com minha imagem, me dava “permissão” para realizar tarefas corriqueiras, desde levar o lixo para fora de casa, até os momentos de lazer como ir a um clube, malhar, transar. Usar um *binder* não era a coisa mais confortável do mundo, no sentido do desconforto físico, pelo contrário, era doloroso apertar os seios por horas, às vezes por dias e noites.

No entanto, o desconforto de ver-se com seios e ser lido e interpelado como “mulher” por outras pessoas era incomparavelmente maior, mitigando qualquer outro desconforto causado pelo produto. Convivi com alguns homens trans que o *binder* era tão fundamental para suas vidas que sequer para dormir eles retiravam as peças.

A compra do *binder*, para mim, foi um dos grandes eventos da afirmação de minha identidade. Esperei até receber a primeira bolsa de um projeto de extensão da universidade para conseguir comprá-lo. Lembro ter pagado cerca de setenta reais, com os custos do frete, o que representava uma quantia que não era trivial, mas que nada naquele momento parecia ser tão bem investido quanto na compra do primeiro *binder*.

O produto comprado foi a primeira coisa que pude pedir em meu nome de verdade, não o nome feminino, ainda constante no registro. Eu precisei pedir o endereço de uma amiga emprestada para poder recebê-lo, pois seria impossível recebê-lo na casa dos meus pais. Quando recebi o pacote, a sensação de conquista, de materialização da identidade foi intensa! Guardei por anos o recorte da embalagem de papel pardo com a etiqueta escrita "Bernardo Mota".

Meu *binder* ficava escondido na mochila. Eu não saía de casa com ele, seria um confronto com meus pais que eu ainda não estava preparado para ter. Assim, a rodoviária da cidade era literalmente um lugar de trânsito para mim. Brinco que precisava de um banheiro de duas portas. Se as roupas que precisava usar dentro de casa me obrigavam a usar um banheiro feminino, as roupas que guardava na mochila, que enunciavam verdadeiramente minha identidade, me causavam constrangimento na hora de sair: um homem!

Isso, inevitavelmente, me colocou em episódios de violência. Se por vezes me impediam de entrar no banheiro masculino, por outras, chamavam os vigilantes para me retirar do banheiro feminino. Apesar dessas situações, o *binder* me ajudava a encontrar conforto em minha imagem, em minha forma de cortar a cidade com meu corpo transmasculino.

Douglas e Isherwood afirmam que "O desfrute do consumo físico é só uma parte do serviço prestado pelos bens, a outra parte é o desfrute do compartilhamento de nomes." (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004. p. 124). Esses compartilhamentos de bens e de nomes é um pilar da construção deste trabalho. A autoetnografia, os textos, biografias, *binder*, todos corroboram para a construção da criação do arquivo transmasculino. A identidade masculina, a

transmasculinidade, a possibilidade do reconhecimento, podem ser pensadas a partir da produção e circulação de um produto, seja ele um livro ou um *binder*, um conjunto de tecidos ou páginas altamente engendradas. Uma faixa que comprime o tórax, abertura de um livro, expandindo as possibilidades de expressar, criar e afirmar gêneros.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho, explorei e analisei a juventude transmasculina brasileira em sua ativa participação na construção de espaços para visibilizar e construir direitos no país. Desde 1982, a publicação do livro “A Queda para o Alto”, de Anderson Herzer, representou o marco formal dessa luta, com seu texto, foi inaugurado o que busquei chamar aqui de arquivo transmasculino no Brasil. Como apresentado no capítulo primeiro deste trabalho, as últimas duas décadas representaram um expressivo aumento na articulação das transmasculinidades, no campo político ou no campo da mídia.

A construção política dos movimentos LGBT no Brasil também registra a importância de ativistas como Alexandre Peixe, Rai Carlos Duran, Leonardo Tenório, Lam Matos, em levar à arena política as demandas das transmasculinidades. Quase todos eles, de forma individual, anteriormente à formação de coletivos transmasculinos, abriram caminhos e possibilitaram que organizações se consolidassem. A exemplo do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), do Coletivo de Artistas Transmasculines (CATS), da Liga Transmasculina João W. Nery.

Acompanho o amadurecimento das redes de homens trans no Brasil, que em 2022, por exemplo, ocupou por meio da representação de Kaio Lemos (coordenador do IBRAT), uma mesa em um seminário do sistema ONU no Brasil para discutir a necessidade de dados sobre as transmasculinidades, elencando violências específicas que atingem a população, mas também apresentando

soluções e iniciativas que o movimento tem feito para pautar o debate político. Tal qual a publicação *A Dor e as Delícias das transmasculinidades no Brasil: da Invisibilidade as demandas*<sup>18</sup>, lançada no final de 2021 e apoiada pelo Instituto Internacional *Race and Equality*.

Analiso essas articulações dos movimentos de homens trans, bem como o investimento de organizações internacionais, como importantes avanços que devem ser mantidos e ampliados para fortalecer a auto-organização transmasculina, assim como expliquei no capítulo um deste trabalho, as organizações internacionais tiveram um importante papel no desenvolvimento de organizações como a ANTRA, na década de noventa e ainda atualmente, o que permite, entre outras coisas, a viabilização de documentos como o Dossiê de Assassinato de pessoas trans no Brasil. Sendo este, talvez, o principal documento de referência de dados sobre a população Trans e travesti no país.

Portanto, a construção e criação de visibilidade para uma identidade transmasculina em um país como o Brasil, em que organizações da sociedade civil registram altos índices de violência e violação de direitos humanos, é tanto uma tarefa pessoal quanto uma luta coletiva. Dessa forma, busquei demonstrar como a literatura, a autoetnografia, as autobiografias e outras produções textuais, são importantes instrumentos para conexão entre histórias individuais e coletivas, ampliação de regime de visibilidade e uma possível estratégia para a criação de memória e de fortalecimento da comunidade. João W. Nery teve um importantíssimo papel nessa seara, com seu primeiro livro registrado em 1984, até o póstumo lançamento, em 2018, ao narrar sua infância, juventude e envelhecimento para que milhares de outros homens trans pudessem vislumbrar uma possibilidade de existência e, similarmente, projetarem socialmente suas histórias.

---

<sup>18</sup> Disponível em. <[https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2021/10/TRANSMASCULINIDADES-BRASIL\\_FINAL.pdf](https://raceandequality.org/wp-content/uploads/2021/10/TRANSMASCULINIDADES-BRASIL_FINAL.pdf)>

Ao refletir e analisar os acontecimentos que moldaram minha infância, nesta autoetnografia, percebi a recorrência em outros relatos e literaturas produzidas por outros homens trans em diferentes contextos. Resguardadas as variações, a transfobia enquanto estrutura de segregação de corpos e cerceamento de direitos e oportunidades, organizou distintas histórias em destinos parecidos. Neste trabalho, isso é possível de ser observado nos relatos sobre a escola, igreja e família, como forma de representação de repressão e de apagamento de minha identidade.

No entanto, posso mencionar uma importante mudança de rota no curso, que a transfobia desenhou para tantos outros homens trans, a partir do momento em que consegui, ainda em minha juventude, acessar políticas afirmativas que me inseriram novamente na Universidade e no mercado de trabalho, além do suporte de outros equipamentos estatais, como o CREAS, que me possibilitaram a criação de laços com outros homens trans e a efetivação de alguns direitos.

Políticas afirmativas, como a que utilizei para acessar a pós-graduação a qual esta pesquisa está vinculada, fizeram a diferença na história que conto e analiso nesta pesquisa. Elas geraram a possibilidade de encontros e fortalecimentos comunitários de pessoas que, posteriormente, atuaram ativamente para construção e para a transformação de políticas como estas. A Faculdade de Comunicação, sendo pioneira nesta implementação de sistema de reserva de vagas para pessoas trans na UnB, cumpre seu papel social de reparar alguns dos cerceamentos que a transfobia gera, em termos de acesso às instituições.

A luta por visibilidade para as transmasculinidades está relacionada a todos os aspectos da vida, incluindo o aspecto material, que só se realiza à medida que essa população consegue, também, renda e condições dignas de vida. Por isso, reitero a importância de seguir produzindo estudos, dados, e que o Estado brasileiro seja cada vez mais implicado nesse processo para que outras políticas sejam elaboradas e expandidas, até o momento que a transfobia possa ser superada. Esse esforço autoetnográfico de contribuir para o arquivo

transmasculino brasileiro é uma insistente vontade de produzir políticas de vida em toda a extensão da diversidade que constitui a nossa humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ÁVILA, Simone; GROSSI, Miriam. “**Maria, Maria João, João: reflexões sobre a transexperiência masculina**”. In: FAZENDO GÊNERO 9: DIÁSPORAS, DIVERSIDADE, DESLOCAMENTOS, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.
- \_\_\_\_\_, S. **FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, SC, 2014.
- BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Discursos transfeministas e feministas radicais : disputas pela significação da mulher no feminismo** – Campinas, SP : [s.n.], 2019.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara B. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020** / Bruna G. Benevides, Sayonara Naidier Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021
- BOURDIEU, Pierre. **A Ilusão Biográfica**. in: Amado, J.; Ferreira, M. M. (org.) Usos & abusos da História Oral. São Paulo. Editora FGV; 8ª edição. 2006.
- \_\_\_\_\_, Pierre. **A ‘Juventude’ é apenas uma palavra**. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, p. 112-121, 1983.
- BOLSONARO, J. M. 2019. **Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro na cerimônia de posse**. Folha de S.Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>
- BONASSI, B. C. **Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero**. Dissertação de mestrado. Curso de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, 2017.
- BOURCIER, Sam. **As políticas do arquivo vivo**. In: IRINEU, Bruna A.; Et. Ali. Políticas da vida: coproduções de saberes e resistências. Salvador: Devires, 2021. Disponível em: <http://www.abeh.net.br/as-politicas-do-arquivo-vivo-conferencia-de-sam-bourcier-na-x-cinabeh/> Acesso em: 23 agosto de 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.**

Civilização Brasileira 3ª edição, Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.** Tradução Rogério Bertoni. 1ed; 4. reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BRASIL. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013.

BRASIL. Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT. Brasília, DF, 2008.

CHANG, Heewon. ***Autoethnography as Method: raising cultural consciousness of self and others.*** Pennsylvania: Leff Coast Press, Inc, 2008.

CITTADIN, Laura; LINO, Zaqueu. **Análise Etimológica de Palavras com Sentido Pejorativo em Relação a Membros da Comunidade LGBTTQI+.** Revista Linguagem, Ensino e Educação, Criciúma, v. 2, n. 1, jan. – jul. 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/113566232-Analise-etimologica-de-palavras-com-sentido-pejorativo-em-relacao-a-membros-da-comunidade-lgbttqi.html>

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão *In: Reflexões e práticas de transformação feminista/* Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 4), p. 13-42. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%C3%B5esepraticasdetransforma%C3%A7%C3%A3ofeminista.pdf>. Acesso em: 05 ago 2019.

COSTA, Gilberto. **ECA deverá ser revisado para incluir cultura indígena, aponta diagnóstico.** Agência Brasil, novembro de 2010. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-11-25/eca-devera-ser-revisado-para-incluir-cultura-indigena-aponta-diagnostico>> Acesso em 18 de abril de 2021.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** In: “Estudos Feministas” p171-188, 2002.

CZIZEWSKI, C. C. **Falando sobre a telenovela: agendamento temático a partir da narrativa de ficção.** In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação –INTERCOM, Caxias do Sul, RS – 2010.

ELLIS, C.; ADAMS, T.; BOCHNER, A. **Autoetnografía: un panorama In. Autoetnografía: Una metodología cualitativa.** Primera edición, 2019. Universidad Autónoma de Aguascalientes.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural?** Revista Brasileira de Educação, Nº 21 - Set/Out/Nov/Dez, 2002.

GREEN, James. N. **“Who is the Macho Who Wants to Kill Me?”: Male Homosexuality, Revolutionary Masculinity, and the Brazilian Armed Struggle of the 1960s and 70s,”** Hispanic American Historical Review, v. 92, no. 3, p. 437-69, 2012.

GROPPO, José Luís. **Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis.** Em Tese, Florianópolis, v. 12, n. 1, pp. 04-33, jan/jul, 2015.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008. cap.3, p.103-133

IASI, Mauro. **Uma razão a mais para ser anticapitalista.** Plantando ternuras, 2011. Disponível em: <https://plantandoternuras.wordpress.com/tag/mauro-iasi/> acesso em: 27/02/2021

JESUS, Jaqueline. G. **Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio.** In: MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. História Agora, v.16, nº 2, pp.101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline G. (org.). Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: **Transfeminismo: teorias & práticas.** Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

\_\_\_\_\_, Jaqueline. G. **Xica Manicongo: A Transgeneridade Toma a Palavra.** Revista de Docência e Cybercultura. Rio de Janeiro v. 3 n.1 p. 250 Jan/Abr. 2019.

KATZ, J. N. **A invenção da Heterossexualidade.** Rio de Janeiro: Ed. Ediouro, 1996.

LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206- 242.

LIONÇO, Tatiana. **A despatologização das identidades trans: questões e desafios na atualidade**. Revista EPOS; Rio de Janeiro - RJ, Vol.7, nº 2,; ISSN 2178-700X; pág. 147-156. jul-dez de 2016

LIONÇO, Tatiana. **Contra a má-fé: conjurações de uma acadêmica de ação direta / Tatiana Lionço**. – Salvador, Bahia: Editora Devires, 2018.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In: Revista Psicologia Política . VOL. 8. Nº 16 . PP. 307 - 324 . JUL - DEZ, 2008.

LORDE, Audre. **A Litany for Survival**. In: *The Collected Poems of Audre Lorde*, W. W. Norton & Company, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

MADEIRO, Carlos. **Março já é o mês com mais mortes na história do Brasil; 1/3 delas por covid**. Colaboração para o UOL, em Maceió 29/03/2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/29/marco-recorde-mortes-brasil.htm>

MANSQUE, William. **Autor de "Cabeleira do Zezé" e "Maria Sapatão" fala sobre censura e origem de suas músicas**.GZH, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/cinema/noticia/2020/02/autor-de-cabeleira-do-zeze-e-maria-sapatao-fala-sobre-censura-e-origem-de-suas-musicas-ck6w9kaqk0ix401mvafqpho75.html>  
Acesso em: 07/03/2021

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século**. In: MORAES, Denis de. *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em comunicação: projetos, ideias, práticas** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARTINELLI, F.; MOTA, B. **Cisplay: estratégia de empregabilidade para homens trans e pessoas transmasculinas no Distrito Federal**. In: *Com a diferença tecer a resistência: 3º seminário desfazendo gênero [livro eletrônico]./ - Jussara Costa Carneiro (org.)...[et.al.]*. - Campina Grande: UEPB, 2017.

MILLER, Daniel. **Consumo como cultura material**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 33-63, jul/dez. 2007. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a03v1328.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ha/v13n28/a03v1328.pdf)

MIKOLSCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. Revista Sociedade e Estado, vol. 32, n o 3, setembro/dezembro 2017, pp.723- 745.

MOIRA, A. **O cis pelo trans**. Revista Estudos Feministas, , Florianópolis, 25(1): 422, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2017000100365&script=sci_arttext&tlng=pt)

NETTO, F. C., FRANCA, I. L. e FACCHINI, R. **Parada: 10 anos do orgulho GLBT em SP**. São Paulo: Editora Produtiva, 2ª Edição, 2006.

NERY, J. W. **Viagem solitária – memórias de um transexual trinta anos depois**. SãoPaulo: Editora Leya, 2011.

O Globo. **Conheça melhor as tribos do BBB 10: Brothers se dividem em Belos, Cabeças, Coloridos, Ligados e Sarados**. Disponível em: <http://www.globo.com/BBB10/Noticias/0,,MUL1449409-17402,00-CONHECA+MELHOR+AS+TRIBOS+DO+BBB.html>; Acesso em: 28/02/2021

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. – Curitiba, 2017.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PEREIRA, Cláudia; MARTINELLI, Fernanda. **As pessoas, as coisas e as perdas: perspectivas da cultura material e do consumo nos estudos de Daniel Miller**. Sociologia & Antropologia. Rio de janeiro, v.10.03: 887 – 905 , set. – dez., 2020 . <Disponível em: [http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2021/01/5\\_v10n3\\_ClaudiaPereira-FernandaMartinelli.pdf](http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2021/01/5_v10n3_ClaudiaPereira-FernandaMartinelli.pdf)>

PEREIRA, Claudia S. **Juventude como conceito estratégico para a publicidade**. In: Revista Comunicação, mídia e consumo. São Paulo vol. 7 n . 18 p. 37-54 mar. 2010.

RIBEIRO, Darcy. **UnB: Invenção e Descaminho**. In: Revista Carta': falas, reflexões, memórias. Nº14, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?/ Djamila Ribeiro**. -- Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.

RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. São Paulo. Editora UBU, 2017.

RUBBO, Daniella. **De sapatão a sapa: uma busca por identidade**. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

SACRAMENTO, I. **A biografia do ponto de vista comunicacional**. Revista Matrizes. V.8 – No 22. Jul/dez, 2014. São Paulo, Brasil. P. 153-173.

SEDGWICK, E. **A epistemologia do armário**. cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade, v. 1s, n .2, 1990.

STF, Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.275**, Inteiro Teor do Acórdão, 2018.

PINHONI, M. G1 SP, **Parada LGBT reuniu 3 milhões na Paulista**, segundo organização; veja o que deu certo e o que deu errado. 2019.

VIEIRA , K. M. **Do fazer um saber: a contrução do biografar: o discurso de autoria sobre a prática jornalística na produção de biografias por jornalistas brasileiro** - UNISINOS, São Leopoldo, 2015.

YORK, Sara Wagner. **TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação**. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 187 p. 2020.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Dissertação – (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIEIRA, Helena. Afinal, o que é a Teoria Queer? O que fala Judith Butler?. **Diálogos do Sul**. São Paulo, 25 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/cultura/51728/afinal-o-que-e-a-teoria-queer-o-que-fala-judith-butler>>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.